



Governo do Distrito Federal  
Departamento de Trânsito do Distrito Federal

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2026

Regido pela Lei nº 14.133/2021, pelas Leis Distritais nºs 4.611/2011 e 4.770/2012, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos Distritais nºs 44.330/2023 e 32.598/2010, pelo Parecer Referencial nº 66/2024, bem como pela Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022 e, no que couber, pelas demais normas legais aplicáveis, assim como pelas disposições elencadas neste Edital e nos seus anexos.

OBJETO

Contratação de serviços de monitoramento e gestão das informações de tráfego e fiscalização eletrônica para as vias urbanas do Distrito Federal, com uso do Registrador Eletrônico de Infrações de Trânsito REIT III – avanço de sinal vermelho, com tecnologia intrusiva ou não intrusiva ao pavimento, para atender às necessidades do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran/DF, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste Edital e nos seus anexos.

SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO CERTAME

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:

Às 09 horas do dia 30/06/2026 (horário de Brasília/DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

[www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

PROCESSO:

00055-0001794/2026-23

ESTIMATIVA:

R\$ 75.789.586,80 (setenta e cinco milhões, setecentos e oitenta e nove mil, quinhentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos).

TIPO:

MENOR PREÇO / GLOBAL

MODO DE DISPUTA:

ABERTO E FECHADO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

UASG:

926142

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- Lei nº 14.133/2021;
- Lei nº 5.061/2013 - Proibição de mão de obra infantil;
- Lei nº 5.448/2015 - Proibição de conteúdo discriminatório contra a mulher;
- Lei nº 6.128/2018 - Reserva de vagas para pessoas em situação de rua;
- Lei Distrital nº 4.770/2012 - Sustentabilidade nas licitações do DF;
- Decreto nº 44.330/2023 - Recepciona a Lei nº 14.133/2021; e
- Decreto nº 11.462/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

ENDEREÇO: SEPS 713/913, Asa Sul, Bloco D, CEP 70.390-135.

E-MAIL: [licitacao@detran.df.gov.br](mailto:licitacao@detran.df.gov.br)

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

Até às 23h59 do dia 25/06/2026

**OBSERVAÇÃO:** O Edital estará disponível gratuitamente no site [www.detran.df.gov.br](http://www.detran.df.gov.br) (clicar em “Transparência Pública/Licitações/Pregão Eletrônico”) e no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Respostas a pedidos de esclarecimento ou de impugnações, bem como avisos de ordem geral, deverão ser consultadas no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), não ensejando, portanto, qualquer responsabilização ao Detran/DF por fatos oriundos da não realização de consultas por parte dos licitantes ao referido site. Todas as referências de horários neste Edital correspondem ao horário oficial de Brasília-DF. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser encaminhados em até 3 dias úteis anteriores ao dia do certame, ou seja, até às 23h59 do dia 22/06/2026.

Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do DETRAN pelo endereço [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), selecionando no menu: Acesso à informação > Consulta Detalhada > (Pregões) Em Andamento > Cód. UASG (926142).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2026

O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL – DETRAN/DF, entidade autárquica de administração superior integrante do Sistema Nacional de Trânsito, excluída da obrigatoriedade de adoção do regime de centralização das licitações de compras, obras e serviços de que trata a Lei nº 2.340/99, pelo Decreto 32.227/2010, por meio de seu Pregoeiro, servidor designado pela PORTARIA nº 273, de 16 de outubro de 2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que, às 09h00 do dia 30/06/2026 (horário de Brasília), realizará sessão pública de abertura de licitação, na modalidade PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, global, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 44.330/2023, bem como das demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e nos seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços de monitoramento e gestão das informações de tráfego e fiscalização eletrônica para as vias urbanas do Distrito Federal, com uso do Registrador Eletrônico de Infrações de Trânsito REIT III – avanço de sinal vermelho, com tecnologia intrusiva ou não intrusiva ao pavimento, para atender às necessidades do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran/DF, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste Edital e nos seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em lote único, conforme tabela constante no item 1.1 do Termo de Referência (Anexo A do Edital):

LOTE	ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADES	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
ÚNICO	1	17744	Registrador Eletrônico de Infrações de Trânsito REIT III – sistema de detecção de avanço de sinal vermelho.	381 faixas	R\$ 3.315,38	R\$ 1.263.159,78	R\$ 15.157.917,36
VALOR TOTAL GLOBAL DA LICITAÇÃO (60 MESES)							<b>R\$ 75.789.586,80</b>

1.3. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no sistema *ComprasGov* e as constantes deste Edital, prevalecerão estas últimas.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3.1. O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Em atendimento à exigência estabelecida no inc. III do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, c/c art. 23 da Lei Distrital nº 4.611/2011, os itens que compõem o objeto deste Edital serão destinados à AMPLA CONCORRÊNCIA.

2.6. Nos casos de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, cujo item possua valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte (EPP), não se aplicam os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, conforme disposto no artigo 4º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. autor do anteprojeto, do termo de referência, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. que se encontrem em processo de dissolução, liquidação ou falência;

2.7.7.1. Só será permitida a participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial se comprovada, respectivamente, a aprovação ou a homologação do plano de recuperação pelo juízo competente, bem como a aptidão econômica e financeira da empresa para o certame.

2.7.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.9. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme o § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021;

2.7.12. Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação do capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);

2.7.13. Executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas (Decreto nº 39.860/2019);

2.7.14. Agente Público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título (Decreto nº 39.860/2019);

2.7.15. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;

2.7.16. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum (Pareceres nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF);

2.7.17. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou

colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo (a) Decreto nº 37.843/2016):

- 2.7.17.1. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (inciso alterado pelo Decreto nº 37.843/2016); ou
- 2.7.17.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (inciso alterado pelo (a) Decreto nº 37.843/2016).
- 2.8. A vedação de que trata o item 2.7.5. justifica-se diante da natureza sensível das informações que serão processadas pela solução a ser contratada.
- 2.9. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 2.10. Não poderão participar, para os mesmo(s) item(ns) do certame, pessoas jurídicas que tenham sócios em comum ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras.
- 2.11. O impedimento de que trata o item 2.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens 2.7.2. e 2.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.14. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.16. A vedação de que trata o subitem 2.7.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 2.17. Não será admitida a subcontratação, nos termos do item 4.15 do Termo de Referência, Anexo A deste Edital.
- 2.18. É permitida a participação de Consórcios, segundo os termos do item 4.10 do Termo de Referência, Anexo A, deste Edital.
- 2.19. Será admitida a participação de Cooperativas, conforme os termos do item 4.10 do Termo de Referência, Anexo A, deste Edital.

### 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o menor preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
  - 3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
  - 3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
  - 3.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
  - 3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 3.5.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
  - 3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
  - 3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.
- 3.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 3.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O Licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, obedecendo ao modelo constante do anexo IV do Termo de Referência:
- 4.1.1. **Valor unitário e total** para cada item ou grupo de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;
  - 4.1.2. **Marca, modelo e fabricante** de cada item ofertado (quando for o caso); e
  - 4.1.3. **Descrição detalhada do objeto** indicando, no que for aplicável, o prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos, estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento, serão retidos, na fonte, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 4.9.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 1º, inc. XV, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 4.10. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.

#### 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data e horário indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. **O lance deverá ser ofertado considerando-se o valor global do lote.**
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de *valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado informado na capa deste Edital, o qual é **“aberto e fechado”**.
- 5.11. **O modo de disputa “aberto e fechado”**, para o envio de lances no pregão eletrônico, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública **terá duração inicial de quinze minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo **de até dez minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
  - 5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços **até 10% (dez por cento)** superiores àquela possam **ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
  - 5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
  - 5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em **até cinco minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa, ora adotado, aberto e fechado.
- 5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133/2021](#), nesta ordem:
    - 5.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
    - 5.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
    - 5.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
    - 5.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
  - 5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
    - 5.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

- 5.18.2.2. empresas brasileiras;
- 5.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e
- 5.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação, acompanhada da documentação de habilitação que não constar no SICAF e, se for o caso, de planilhas de custos detalhadas.

5.24. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.26. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado por igual período ou, verificando o Pregoeiro a complexidade dos documentos exigidos e do prazo necessário para obtê-los, por período **não superior a 24 (vinte e quatro) horas**.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante, pessoa jurídica provisoriamente classificada em primeiro lugar, atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) **SICAF**;
- b) **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);**
- c) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));**
- d) **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP); e**
- e) **Certidões Administração Pública Federal ([tcu.gov.br](http://tcu.gov.br)).**

6.1.1. As consultas mencionadas nas alíneas b), c), d) e e) acima poderão ser substituídas pela consulta consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429/1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (IN nº 3/20218, art. 29, *caput*).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (IN nº 3/20218, art. 29, § 1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN nº 3/20218, art. 29, § 2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o Edital (Não se aplica à presente licitação).

6.6. Verificadas as condições de participação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos [artigos 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas; e

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão



exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021](#).

- 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou, no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitada da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 7.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 7.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN nº 3/2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º).
- 7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).
- 7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de até 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante provisoriamente classificado em 1º lugar.
- 7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 7.15. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro ou Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.2.
- 7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda a este Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, conforme o [art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#).
- 7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 7.20. Qualificação Técnica

- 7.20.1. A qualificação técnica será exigida de acordo com o item 12.8 e subitens do Termo de Referência, Anexo A do Edital.
- 7.20.2. O pregoeiro suspenderá a sessão e solicitará manifestação da área demandante referente à documentação técnica. Após a conclusão da avaliação documental da proposta técnica, a licitante melhor classificada será convocada a realizar a etapa de avaliação de conformidade para fins de homologação de amostra, sem ônus para o CONTRATANTE, nos termos do item 12.9 do Termo de Referência.
- 7.20.3. Será informada no *chat* data e horário de retorno para continuidade do certame.

## 7.21. Habilitação Jurídica

- 7.21.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 7.21.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 7.21.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 7.21.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.21.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de

18 de março de 2020.

7.21.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.21.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.21.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.21.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 7.22. Regularidade Fiscal e Trabalhista

7.22.1. Todas as empresas licitantes, ainda que não sejam cadastradas no Distrito Federal, deverão apresentar a Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://ww1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;

7.22.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

7.22.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440, de 2011;

7.22.4. a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.22.5. a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.22.6. a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

7.22.7. a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

7.22.8. o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

7.22.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.22.10. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e, se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.22.11. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### 7.23. Qualificação Econômico-Financeira

7.23.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão, exceto no caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, quando deverá observar o item 4.7.7.1 deste Edital. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.

7.23.2. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples.

7.23.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

7.23.4. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a substituição do balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial.

7.23.5. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

7.23.6. Os documentos referidos no subitem 7.23.3. limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

7.23.7. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

7.23.8. As licitantes que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) deverão comprovar patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

7.24. O licitante, pessoa jurídica vencedora do certame, quando da assinatura do contrato, deverá **apresentar o PGR - programa de gerenciamento de riscos em vigor, assinado por profissional técnico devidamente habilitado, e implementar as medidas coletivas e individuais de proteção previstas no programa, conforme determinação do Ministério Público do Trabalho.**

#### 8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará ao disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133/2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, o que ocorrer primeiro.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.1.1. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos; e

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados somente na forma digital, no sistema SEI.

## 9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 9.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 9.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 9.3. A convocação dar-se-á por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

## 10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 10.1. A adjudicação e a homologação da licitação é de responsabilidade exclusiva da autoridade competente.
- 10.2. **O(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(s) do certame deverá(ão) promover, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da homologação, o cadastro no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, junto à Gerência de Documentação - GERDOC/DETRAN-DF (gerdoc@detran.df.gov.br), que será a responsável pelo recebimento da documentação necessária e a posterior habilitação junto àquele sistema.**

## 11. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

- 11.1. A autoridade competente poderá revogar a licitação por motivos de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

## 12. DA PROIBIÇÃO DE CONTEÚDO DISCRIMINATÓRIO CONTRA A MULHER E DE USO DE MÃO DE OBRA INFANTIL

- 12.1. Fica proibida a utilização de qualquer conteúdo discriminatório contra a mulher, nos termos da Lei nº 5.448/2015, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 38.365/2017.
- 12.2. É proibido o uso de mão de obra infantil, sob qualquer pretexto, nos termos da Lei Distrital nº 5.061/2013, sob pena de rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- 12.3. A empresa contratada deverá observar as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual de que trata o Decreto Distrital nº 46.174/2024.

## 13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame;
- 13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
- 13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 13.1.2.4. deixar de apresentar amostra.
- 13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;
- 13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 13.1.5. fraudar a licitação;
- 13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846/2013](#).
- 13.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133/2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 13.2.1. advertência;
- 13.2.2. multa;
- 13.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.3. Na aplicação das sanções, serão considerados:
- 13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 13.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
- 13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, a contar



da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos subitens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos subitens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 13.1.1., 13.1.2. e 13.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 13.1.4., 13.1.5., 13.1.6., 13.1.7. e 13.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 13.1.1., 13.1.2. e 13.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021](#).

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 13.1.4., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, § 4º, da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#).

13.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### 14. PROGRAMA DE INTEGRIDADE

14.1. Conforme disposto na Lei nº 6.112/2018, alterada pela Lei nº 6.308/2019, e regulamentada no âmbito do Distrito Federal pelo Decreto Distrital nº 40.388/2020, é obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2020, a implementação do Programa de Integridade em todas as pessoas jurídicas que celebrem contrato com a administração pública direta ou indireta do Distrito Federal em todas as esferas de poder. O adjudicatário após a assinatura do CONTRATO, terá o prazo de 10 dias para implantar o Programa de Integridade no âmbito de sua pessoa jurídica.

14.1.1. Para efetiva implantação do Programa de Integridade, os custos ou despesas resultantes correm à conta da empresa CONTRATADA, não cabendo ao órgão CONTRATANTE o seu ressarcimento.

14.1.2. Em caso de descumprimento da exigência prevista, será aplicada à empresa CONTRATADA:

14.1.2.1. Multa de 0,08%, por dia, incidente sobre o valor atualizado do CONTRATO, sendo que o montante correspondente à soma dos valores básicos da multa é limitada a 10%, do valor do CONTRATO.

14.1.3. O não cumprimento da obrigação implicará:

14.1.3.1. Inscrição em dívida ativa, em nome da pessoa jurídica sancionada;

14.1.3.2. Sujeição a rescisão unilateral da relação contratual, a critério do órgão ou entidade CONTRATANTE;

14.1.3.3. Impedimento de contratar com a administração pública do Distrito Federal, de qualquer esfera de poder, até a efetiva comprovação de implementação do Programa de Integridade, sem prejuízo do pagamento da multa aplicada.

14.2. Caso a empresa possua o programa implantado, deverá apresentar, no momento da contratação, declaração informando a sua existência.

14.3. A implementação do Programa de Integridade limita-se aos contratos com valor global igual ou superior ao que consta na tabela atualizada, publicada pelo Gabinete da Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF e, aplica-se em sua plenitude às pessoas jurídicas que firmem relação contratual com prazo de validade ou de execução igual ou superior a 180 dias.

#### 15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica.

15.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. **Havendo divergência entre a especificação constante no sistema ComprasGov e no Edital, prevalecerá este último.**

16.2. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente no ato da sessão pública.

16.3. Fica assegurado ao DETRAN/DF o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

16.4. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e/ou amostras (quando exigido) e o DETRAN/DF não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.5. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de penalidade.

16.7. Ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

16.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no DETRAN/DF, quando for o caso.

- 16.9. Para os documentos de habilitação que não apresentarem expressamente o prazo de validade, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos da data de sua emissão, exceto se houver legislação em contrário.
- 16.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.
- 16.12. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.13. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto licitado.
- 16.14. Aos casos omissos aplicar-se-ão às demais disposições constantes da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Distrital nº 44.330/2023.
- 16.15. Caso considere necessário, o pregoeiro suspenderá a sessão e solicitará parecer à área demandante referente à proposta de preço e/ou documentação.
- 16.16. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.
- 16.17. Por motivo justificado, solicitado via *chat*, e acatado pelo pregoeiro e equipe de apoio, a proposta de preço e os documentos de habilitação poderão ser encaminhados via *e-mail*: [licitacao@detran.df.gov.br](mailto:licitacao@detran.df.gov.br), devendo, nesse caso, ser disponibilizada em sua íntegra no *site* oficial do Detran/DF.
- 16.18. O Edital e os seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), bem como no *site* oficial do Detran/DF ([www.detran.df.gov.br/licitacoes](http://www.detran.df.gov.br/licitacoes)).
- 16.19. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:
- 16.19.1. ANEXO A - TERMO DE REFERÊNCIA.
- 16.19.1.1.
- 16.19.1.2. ANEXO II - DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS;
- 16.19.1.3. ANEXO III - AVALIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EM CAMPO;
- 16.19.1.4. ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA FORMAÇÃO DE PREÇOS;
- 16.19.1.5. ANEXO V - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE CORPORATIVO;
- 16.19.1.6. ANEXO VI - TERMO DE ENTREGA DE EQUIPAMENTO;
- 16.19.1.7. ANEXO VII - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE EQUIPAMENTO;
- 16.19.1.8. ANEXO VIII - FORMULÁRIO DE CADASTRO RESERVA; e
- 16.19.1.9. ANEXO IX - MODELOS DE DECLARAÇÕES.
- 16.19.2. ANEXO B - TABELA DE PREÇO MÁXIMO ADMISSÍVEL.
- 16.19.3. ANEXO C - MODELOS DE DECLARAÇÕES.
- 16.19.4. ANEXO D - MINUTA DO CONTRATO.
- 16.20. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, por meio do telefone 0800.644.9060.
- 16.21. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Brasília, com exclusão de qualquer outro.

ANEXO A (do Edital)  
TERMO DE REFERÊNCIA

Termo de Referência n.º 5/2026 - DETRAN/DG

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Objeto

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de serviços de monitoramento e gestão das informações de tráfego e fiscalização eletrônica para as vias urbanas do Distrito Federal, com uso do Registrador Eletrônico de Infrações de Trânsito REIT III – avanço de sinal vermelho, com tecnologia intrusiva ou não intrusiva ao pavimento. Tais serviços visam atender às necessidades do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran-DF, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste Termo e nos anexos, nos quantitativos previstos na tabela abaixo.

LOTE	ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADES	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
ÚNICO	1	17744	Registrador Eletrônico de Infrações de Trânsito REIT III – sistema de detecção de avanço de sinal vermelho.	381 faixas	R\$ 3.315,38	R\$ 1.263.159,78	R\$ 15.157.917,36
VALOR TOTAL GLOBAL DA LICITAÇÃO (60 MESES)							R\$ 75.789.586,80

1.2. Natureza da contratação/Enquadramento do objeto

O serviço objeto desta contratação é caracterizado como bem comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, conforme previsão no artigo 20 da Lei Federal n.º 14.133, 1º de abril de 2021, artigo 73 e artigo 74, II do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023 e o Parecer Referencial SEI-GDF n.º 45/2024 - PGDF/PGCONS, conforme justificativas constantes neste Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar - ETP DIGITAL 2 ( 200575591), bem como no Mapa de Riscos (198694896).

1.2.1. Os bens e serviços contratados serão executados na forma de execução indireta, por menor preço global do lote, de acordo com o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021.

1.2.2. O serviço é classificado como de natureza contínua, devido à avaliação realizada no Estudo Técnico Preliminar. A escolha por uma duração plurianual é justificada pela vantagem que representa em termos de segurança, ao considerar um período superior a 12 (doze) meses. Essa decisão também é embasada por outras razões apresentadas no próprio Estudo Técnico Preliminar.

1.2.3. Em razão da vedação contida no artigo 20 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e no artigo 77 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023, registra-se que os objetos desta contratação não se enquadram como bens de luxo, os quais foram definidos e caracterizados nos termos do artigo 74, inciso I, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

### 1.3. **Contrato**

1.3.1. A contratação com o(s) fornecedor(es) será formalizada por intermédio de instrumento contratual, observando o disposto no art. 95, 106, 107 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e no art. 210 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

1.3.2. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133, de 2021.

### 1.4. **Do Reajuste**

1.4.1. O índice de reajuste adotado será o IPCA, ou outro que venha a substituí-lo, conforme estabelecido no item 2.4.2 do Parecer Referencial SEI-GDF n.º 45/2024 – PGDF/PGCONS, observadas as alterações normativas vigentes.

Parecer Referencial SEI-GDF n.º 45/2024 - PGDF/PGCONS

Assunto: Contratação administrativa de aquisição de bens por meio do pregão eletrônico.

(...)

2.4.2. Na hipótese de concessão de reajuste de preço, este será aplicado com data-base vinculada à data do orçamento estimado (§7º do art. 25 da Lei 14.133/21), pelo índice do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016 apurado durante o período ou aquele que vier a substituí-lo.

## 2. **FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. O presente Termo de Referência possui como fundamentação legal os normativos a seguir elencados e os que vierem a substituí-los, desde que preservados os interesses do DETRAN/DF e o seu direito de avaliação da conveniência e oportunidade:

2.1.1. Lei n.º 14.133/2021;

2.1.2. Decreto Distrital n.º 44.330/2023;

2.1.3. Parecer Referencial SEI-GDF n.º 44/2023 – PGDF/PGCONS;

2.1.4. Parecer Referencial SEI-GDF n.º 45/2024 – PGDF/PGCONS;

2.1.5. Parecer Referencial SEI-GDF n.º 66/2024 – PGDF/PGCONS;

2.1.6. Instrução Normativa SGD/ME n.º 94, de 23 de dezembro de 2022;

2.1.7. Instrução 532/2024 Detran/DF.

### 2.2. **Justificativas**

2.2.1. O Detran/DF é o Órgão Executivo Máximo de Trânsito do Distrito Federal, conforme estabelecido pelos artigos 22 e 24, da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, sendo detentor das seguintes competências: Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito das suas atribuições; Estabelecer, em conjunto com a Polícia Militar, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito; Executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis pelas infrações previstas no CTB, no exercício regular no Poder de Polícia de Trânsito; Aplicar as penalidades por infrações previstas no CTB, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar e Coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas.

2.2.2. O Detran-DF, na função de órgão integrante da secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal pode, através deste sistema que se pretende adquirir, gerar inteligência para o monitoramento, controle e gestão de trânsito, permitindo não só mais segurança viária e mobilidade, como também, mais segurança pública. Assim, será possível através do cercamento eletrônico:

a) Mapear Pontos Críticos: Identificar corredores viários, dias da semana e horários com maior incidência de veículos infratores, com restrições de roubo e furto, identificação de passagens.

b) Orientar a Fiscalização e o Policiamento de Trânsito: Subsidiar o planejamento de operações de fiscalização ostensiva, direcionando as equipes de agentes de trânsito ou instituições policiais para os locais e momentos de maior probabilidade de flagrante, otimizando o uso de recursos humanos e materiais.

c) Fundamentar Políticas Públicas: Fornecer dados concretos para estudos de engenharia de tráfego, planejamento de manutenção viária e elaboração de políticas de restrição de circulação para veículos, investigações criminais, tempos de deslocamento, entre outros.

2.2.3. Ao término de cada contratação, é essencial que o agente público realize uma análise crítica do desempenho contratual, avaliando a qualidade dos serviços prestados, as fragilidades identificadas e os desafios enfrentados. Esse processo é fundamental para subsidiar o planejamento de futuras contratações, permitindo a correção de falhas e a implementação de melhorias que aumentem a eficiência, a segurança e a aderência ao interesse público.

2.2.4. Dessa forma, a Equipe de Planejamento da Contratação, designada por meio da Instrução n.º 14/2026, identificou a necessidade de iniciar novo processo licitatório para a contratação de solução tecnológica voltada à fiscalização eletrônica de trânsito. O objetivo é evitar a descontinuidade dos serviços essenciais atualmente prestados, bem como promover melhorias que superem as limitações observadas na contratação vigente.

2.2.5. A modernização do sistema de fiscalização eletrônica apresenta-se como uma alternativa estratégica, com potencial para gerar ganhos significativos em termos de segurança, eficiência, economia e inovação. Dentre as melhorias previstas, destacam-se:

a) Melhoria da cobertura de faixas de rolamento fiscalizadas, com base nas informações levantadas neste Estudo Técnico Preliminar.

b) Implantação de pontos de captura em áreas críticas, especialmente nas novas Regiões Administrativas e bairros em expansão;

c) Integração dos equipamentos com os sistemas do Detran-DF, garantindo a interoperabilidade dos equipamentos;

d) Otimização da gestão dos equipamentos, com recursos de automação, acesso remoto, análise de dados e manutenção preventiva.

e) Auxiliar o trabalho de Segurança Pública através dos sistemas do Detran-DF, como forma de aumentar a resolutividade de crimes.

2.2.6. Com a implementação destes equipamentos de fiscalização eletrônica previstos no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e neste Termo de Referência, será possível ampliar a capacidade de monitoramento, gestão e fiscalização das vias urbanas, promover maior segurança viária, coibir infrações e contribuir para a construção de uma mobilidade urbana mais inteligente e sustentável.

2.2.7. A contratação de uma empresa com comprovada capacidade técnica nesta tecnologia específica é fundamental para garantir a eficácia do serviço e o correto emprego dos recursos públicos, evitando a contratação de soluções que não atendam plenamente às demandas e necessidades do município.

### 2.3. **Princípio da Padronização**

2.3.1. Em relação ao princípio da padronização, disposto na Seção VI - Da Padronização- do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023 e artigos 40 e 47 da Lei n.º 14.133, de 2021, e a ainda em atendimento ao princípio da eficiência, uma vez que a padronização gera ganhos para a administração em termos de economicidade.

2.3.2. Nestes termos, verifica-se que a presente contratação não consta do catálogo eletrônico de padronização, <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao>, bem como não existe, no âmbito do Governo do Distrito Federal – GDF, nenhuma padronização nesse sentido para esse tipo de equipamento.

### 2.4. **Alinhamento com o Planos Estratégicos 2024-2030**

2.4.1. O Detran-DF estabelece no Planejamento Estratégico: 2024-2030 (195978739), em atendimento ao estabelecido pelo Decreto 37.621/2016, o desenvolvendo de um conjunto de ações com vistas ao alcance da excelência no serviço prestado à sociedade. Para tanto, utiliza um conjunto de práticas de gestão alicerçado no tripé: Inovação, Humanização e Educação, tendo entre suas finalidades a operação do sistema viário urbano.

2.4.2. Nesse contexto, o Plano estratégico do Detran-DF define como missão: “Cumprir e fazer cumprir as normas de trânsito promovendo a segurança, fluidez e

civilidade nas vias do Distrito Federal” e como visão “Ser referência nacional em gestão de trânsito e reconhecido pela excelência dos serviços prestados à população”.

2.4.3. Essas são premissas fundamentais para que a autarquia seja cada dia mais eficiente na prestação dos serviços. Nesse sentido, cabe destacar as perspectivas e os objetivos estratégicos relacionados à contratação, conforme quadro abaixo:

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	RELAÇÃO COM A PRETENSA CONTRATAÇÃO
1 – PERSPECTIVA DA SOCIEDADE	1.1 - Promover a segurança no trânsito das vias do Distrito Federal.	<b>Direta:</b> A utilização dos equipamentos de fiscalização eletrônica facilitará os deslocamentos dos usuários e a segurança nas proximidades dos cruzamentos, visando evitar sinistros de trânsito.
2 - PERSPECTIVA DO RESULTADO INSTITUCIONAL	2.1 - Aperfeiçoar as ações de educação, fiscalização e engenharia de trânsito.	<b>Direta:</b> Os Equipamentos de Fiscalização vão auxiliar no trabalho realizado pelos agentes de trânsito e também serão utilizados no ordenamento da circulação nas vias.
3 - PERSPECTIVA DAS PESSOAS, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA	3.1 - Fomentar soluções tecnológicas inovadoras, integração e compartilhamento de dados.	<b>Direta:</b> Os equipamentos são ferramentas inovadoras para a gestão inteligente do tráfego.

Fonte: Plano Estratégico do Detran-DF 2024-2030:

(<http://intranet.detran.df.gov.br/images/stories/DIRPLAN/NUPLA/Pol%C3%AAdtica%20Institucional/Planejamento%20Estrat%C3%A9gico%202024-2030.pdf>)

2.5. Alinhamento com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC 2024-2026

2.5.1. A contratação também faz parte da estratégia estabelecida no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do Detran-DF, na construção de uma autarquia interativa e munida de equipamentos capazes de criar um ambiente de interação com os usuários da via.

2.5.2. Nesse contexto, cabe ressaltar os referencias estratégicos previstos no PDTIC 2024-2026 do Detran (195979062), que orientam a atuação da Diretoria de Tecnologia e Comunicação:

- Neste PDTIC utilizou-se como Referencial Estratégico a Missão da DIRTEC, a Visão da DIRTEC e os Princípios que orientam a atuação da DIRTEC.:
- Missão: Atuar como agente de fomento para a Inovação Tecnológica e Transformação Digital do DETRAN-DF, viabilizando o desenvolvimento de produtos e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações, capazes de tornar o trânsito mais inteligente e os serviços digitais cada vez mais acessíveis.
  - Visão: Em quatro anos ser referência nacional entre os órgãos de trânsito na viabilização de tecnologias inovadoras e gestão de serviços digitais que tornam as cidades mais inteligentes e os serviços mais automatizados e acessíveis.

N7	SUB ID	PROJETO
	MT06-2024	Modernização Tecnológica: Objetivos Estratégicos
	Descrição:	Adquirir e/ou desenvolver soluções de tecnologia para operação do Detran e para atendimento ao cidadão envolvendo hardware e softwares integrados.
	Objetivo:	Este projeto tem por objetivo organizar o trânsito e fiscalizar contutores, por meio de solução voltada à contratação de serviços de monitoramento e gestão das informações de tráfego e fiscalização eletrônica para as vias urbanas do Distrito Federal, com uso do Registrador Eletrônico de Infrações de Trânsito REIT III – avanço de sinal vermelho.
	Previsão	2026
	Benefícios:	Eficiência operacional, informação, ordenamento das vias e segurança viária.
	Área(s):	Dirpol e Diren
	Índice PEI/PDTIC	IN01-2024 IN02-2024 IN03-2024 IN25-2024 IN30-2024 IN37-2024 IN24-2024
	Indicador(es):	Indicadores de qualidade e de resultados a serem estabelecidos em acordo de nível de serviço.
	Quantidade:	Equipamentos em quantidade de monitorar 381 faixas de rolamento, utilizando a tecnologia intrusiva ou não intrusiva ao pavimento.

Fonte: PDTI 2024-2026 ([www.detran.df.gov.br/wp-content/uploads/2024/09/PDTI\\_DETTRAN\\_DF.pdf](http://www.detran.df.gov.br/wp-content/uploads/2024/09/PDTI_DETTRAN_DF.pdf))

2.6. Alinhamento com o Plano de Contratações Anual 2026 - PCA 2026

2.6.1. A contratação de de serviços de monitoramento e gestão das informações de tráfego e fiscalização eletrônica para as vias urbanas do Distrito Federal, com uso do Registrador Eletrônico de Infrações de Trânsito REIT III – avanço de sinal vermelho, com tecnologia intrusiva ou não intrusiva ao pavimento, visando atender às demandas operacionais do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran-DF, sob o número 36970 e 43529, conforme Plano de Contratação Anual anexo (195979358).

2.6.2. Cumpre destacar que os valores previstos nos itens do PCA superam o montante desta pretensa contratação, tendo em vista que aquele instrumento contempla a previsão de diversas contratações relacionadas à fiscalização eletrônica nos eixos Reis I, II e III, bem como outras soluções tecnológicas. Dessa forma, a estimativa de custos constante deste processo corresponde apenas a uma fração do valor global inicialmente projetado, conforme demonstrado no quadro representativo abaixo.

ITENS NO PCA	36970 e 43529
ITEM CATSER	17744
TIPO CATÁLOGO	SERVIÇO

<b>GRUPO</b>	873 – SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO (À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO)
<b>SUBGRUPO</b>	8739 – SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE OUTROS BENS N.C.P.
<b>CLASSE</b>	LOCAÇÃO / INSTALAÇÃO / MANUTENÇÃO / OPERAÇÃO - EQUIPAMENTO ELETRÔNICO DE CONTROLE DE VELOCIDADE.

2.6.3. Na hipótese de a licitação encerrar-se antes do termo final de algum dos contratos atualmente vigentes, verifica-se que, nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021, a existência de preços registrados implica compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, sem, contudo, gerar obrigação de contratação por parte da Administração. Tal circunstância afasta qualquer caracterização de duplicidade de objetos licitados no âmbito do Órgão, uma vez que inexistente obrigatoriedade de o DETRAN-DF requisitar os serviços ou celebrar novos contratos durante a eventual vigência de ajustes anteriores com o mesmo objeto, ressalvada a hipótese de rescisão unilateral ou amigável desses contratos.

## 2.7. Minuta Padronizada

2.7.1. Foi utilizada como minuta padronizada para confecção do presente termo de referência, no que coube, o modelo para compras aprovado pela Advocacia-Geral da União, enquanto não sobrevinha o modelo a ser aplicado no âmbito do Distrito Federal, tendo em vista o permissivo do inciso III, art. 36, do Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023 e do Parecer Referencial SEI-GDF nº 59/2024 - PGDF/PGCONS.

## 2.8. Da não incidência das vedações previstas nos artigos 3º, 4º e 5º da Instrução Normativa SGD nº 94/2022

2.8.1. O objeto da presente contratação não se enquadra nas hipóteses vedadas pelos artigos 3º, 4º e 5º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, por se tratar de contratação de serviços tecnológicos voltados ao apoio à atividade finalística de fiscalização de trânsito, sem caracterizar terceirização de atividade exclusiva de servidor público, sem envolver desenvolvimento de software sob demanda vedado, sem caracterizar fornecimento irregular de mão de obra e sem afronta às diretrizes de governança de TIC estabelecidas pela referida norma.

2.8.2. Dessa forma, a contratação atende integralmente aos pressupostos legais e normativos aplicáveis às contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Administração Pública.

## 2.9. Do enquadramento como Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

2.9.1. A presente contratação caracteriza-se como Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), nos termos do art. 269-A do Decreto Distrital nº 44.330/2023, uma vez que envolve a disponibilização, operação e manutenção de sistemas digitais integrados, processamento de dados, captura e tratamento de imagens, bem como interoperabilidade com sistemas corporativos do Detran-DF.

2.9.2. Em razão desse enquadramento, a contratação submete-se às disposições da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, especialmente no que se refere às etapas de planejamento, análise de viabilidade, gestão de riscos, definição de níveis de serviço e governança da solução.

2.9.3. Ressalta-se que o objeto consiste em serviço continuado de fiscalização eletrônica, com solução tecnológica integrada, não se tratando de desenvolvimento de software sob demanda, nem de contratação vedada pelos arts. 3º, 4º e 5º da IN SGD/ME nº 94/2022, circunstância já demonstrada no Estudo Técnico Preliminar.

2.9.4. Dessa forma, permanecem plenamente atendidos os requisitos legais, técnicos e de governança aplicáveis às contratações de TIC, inclusive quanto à análise do Custo Total de Propriedade (TCO), à definição de níveis de serviço (SLA) e às responsabilidades quanto à proteção de dados e segurança da informação.

## 2.10. Do alinhamento ao Parecer Referencial nº 66/2024 – PGDF/PGCONS

2.10.1. A presente contratação encontra-se alinhada às diretrizes estabelecidas no Parecer Referencial nº 66/2024 – PGDF/PGCONS (200686009), nos termos do art. 36, inciso III e §§ 3º a 5º, do Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023.

2.10.2. O objeto consiste na prestação de serviços continuados, com execução indireta, remuneração mensal, critérios objetivos de medição e pagamento, regime de execução definido e modelo de fiscalização contratual típico, características que se inserem no escopo das contratações de serviços passíveis de padronização jurídica, finalidade precípua dos pareceres referenciais emitidos pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

2.10.3. Embora envolva componentes tecnológicos essenciais e integrados, o objeto se materializa na prestação continuada de serviços de fiscalização eletrônica, não se tratando de contratação singular, experimental ou excepcional, mas de solução já conhecida pela Administração, inclusive com histórico de contratações similares no âmbito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

2.10.4. O Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto nº 44.330/2023, contemplando Estudo Técnico Preliminar, análise comparativa de soluções, estimativa de custos com análise de Custo Total de Propriedade (TCO), definição do regime de execução, critérios de medição e pagamento, bem como regras claras de gestão e fiscalização contratual, aspectos compatíveis com as orientações jurídicas consolidadas no referido parecer referencial.

2.10.5. Dessa forma, verifica-se que a presente contratação atende aos pressupostos de enquadramento no Parecer Referencial nº 66/2024 – PGDF/PGCONS, razão pela qual sua adoção como orientação jurídica do procedimento contribui para a segurança jurídica, a uniformização de entendimentos e a eficiência administrativa, sem prejuízo da observância integral da legislação vigente e das orientações constantes do referido parecer.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. O presente Termo de Referência detalha as condições para contratação de serviços de monitoramento e gestão das informações de tráfego e fiscalização eletrônica para as vias urbanas do Distrito Federal, com uso do Registrador Eletrônico de Infrações de Trânsito REIT III – avanço de sinal vermelho, com tecnologia intrusiva ou não intrusiva ao pavimento, com vistas a suprir as necessidades do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - Detran/DF.

3.2. A descrição detalhada da solução proposta encontra-se integralmente pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar (198073180), apêndice deste Termo de Referência, servindo de base para a definição do objeto e para a adequada especificação dos requisitos técnicos da contratação.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Abaixo, listamos os requisitos relacionados com a contratação. Os demais encontram-se descritos no anexo deste termo de referência.

### 4.2. Sustentabilidade

4.2.1. A CONTRATADA deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no artigo. 2º, da Lei Distrital nº 4.770/2012, em conformidade com o Decreto nº 7.746/2012 ou outro que vier a substituí-lo, estabelece a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.2.2. Os equipamentos fornecidos devem ser energeticamente eficientes e, sempre que possível, ter certificações ambientais, como Energy Star ou similares, para reduzir o consumo de energia durante a operação.

4.2.3. Utilização de materiais e tecnologias que minimizem a emissão de poluentes durante a instalação e operação dos sistemas de áudio e vídeo, além de garantir que a logística de transporte dos equipamentos reduza a pegada de carbono.

4.2.4. Para atendimento aos termos da Lei Distrital nº 4.770, de 2012, o licitante pode apresentar documento probatório de que possui compromisso com a



Sustentabilidade Ambiental, que poderá ser feito da seguinte forma:

4.2.4.1. Por Declaração, onde a licitante afirma possuir o compromisso e responsabilidade com a sustentabilidade ambiental, nos termos das exigências impostas pela Lei Distrital n.º 4.770, de 2012; ou

4.2.4.2. Com a apresentação de documento probatório (atestado, declaração, certificado, registro, credenciamento, etc.) emitido por órgãos Públicos de qualquer ente da Federação que tenha competência legal na área ambiental que o produto ofertado, comercializado, ou o fornecedor, distribuidor ou fabricante está devidamente cadastrado, registrado, etc. no respectivo órgão; ou

4.2.4.3. Com a apresentação de documentos que o fornecedor está em fase de implantação de práticas sustentáveis, informando, no referido documento, quais são as práticas já implantadas e quais as metas pretendidas a atingir na questão da sustentabilidade ambiental.

#### 4.3. **Gestão de Resíduos**

4.3.1. A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, em conformidade com o art. 6º da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, e com a legislação ambiental vigente, incluindo a implementação de plano de gestão de resíduos sólidos, de modo a assegurar a destinação ambientalmente adequada de equipamentos obsoletos, materiais utilizados e resíduos gerados, por meio de empresas devidamente licenciadas, tais como:

4.3.2. Dar a destinação correta a baterias, óleos e filtros descartados no processo de manutenção, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

4.3.3. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como sobre pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores.

4.3.4. Separar resíduos como papéis, plásticos, metais, vidros e orgânicos para empresas de coleta apropriadas, respeitando as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.3.5. Separar e acondicionar em recipientes adequados para destinação específica as lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral, quando descartados.

4.3.6. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços.

4.3.7. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes.

4.3.8. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.

4.3.9. Capacitar periodicamente os empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição.

4.3.10. Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não

4.3.11. contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros).

4.3.12. Promover a reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.

4.3.13. A comprovação do disposto acima poderá ser feita mediante apresentação de declaração da empresa, assinalando que cumpre os critérios ambientais exigidos. A Contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação quanto às exigências.

#### 4.4. **Da exigência da Carta de Solidariedade**

4.4.1. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

#### 4.5. **Da exigência de Amostra**

4.5.1. O Detran-DF exigirá a apresentação de uma AMOSTRA dos equipamentos e sistemas antes da homologação da licitação, com a finalidade de verificar se os materiais e sistemas ofertados atendem aos requisitos mínimos estabelecidos no Edital e em seus anexos.

4.5.2. Como parte do procedimento licitatório, a licitante classificada em 1º lugar deverá instalar as amostras propostas para testes de avaliação em escala real e averiguação dos requisitos mínimos obrigatórios previstos no Termo de Referência e seus anexos.

4.5.3. Os exames práticos serão realizados em estrita conformidade com o exposto no Termo de Referência, vedando-se qualquer outra avaliação complementar.

4.5.4. A licitante classificada em 1º lugar no pregão poderá realizar os testes em qualquer unidade da federação, à sua escolha, onde tiver contrato e equipamentos instalados.

4.5.5. No caso de realização dos testes em Brasília, a via, o(s) local(ais), a(s) faixa(s) de rolamento, a data e o período da avaliação serão determinados pelo Detran-DF. A via será escolhida entre as disponíveis quando da realização dos testes

4.5.6. A Avaliação de Campo dos equipamentos será efetuada por Comissão composta pela equipe de planejamento da licitação e representantes da Diretoria de Engenharia de Trânsito (Diren) e Gerência de Controle Operacional (Gercop) do Detran-DF, que possua reconhecida capacidade e conhecimento técnica.

4.5.7. A licitante deverá indicar até dois representantes para que acompanhem a avaliação de seus equipamentos junto a Comissão do Detran-DF.

4.5.8. Será permitida a permanência de no máximo 01 (uma) pessoa indicada por cada uma das outras licitantes nos locais de instalação para acompanhar a operação dos sistemas na avaliação em campo.

4.5.9. A licitante classificada em 1º lugar deverá demonstrar os equipamentos ofertados, devendo instalá-lo e configurá-lo, de modo a deixá-lo totalmente em operação, para fins de avaliação no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de recebimento da solicitação formal. Todos os custos de instalação dos equipamentos destinados ao teste de avaliação em escala real correrão por conta da licitante.

4.5.9.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação da licitante e autorização do Detran-DF.

4.5.10. A obtenção de energia elétrica e da comunicação de dados no local da avaliação, no prazo estipulado neste Estudo Técnico preliminar, é de responsabilidade exclusiva da licitante.

4.5.11. Caso a concessionária de energia e/ou comunicação de dados não atenda a solicitação da empresa dentro deste prazo, a empresa deve solicitar formalmente a suspensão dos prazos de instalação até que esteja estabelecida, juntando cópia do protocolo de solicitação e informando o prazo necessário. Neste período não será permitido à empresa acesso ao local de instalação para montagem ou configuração do sistema.

4.5.12. Na Avaliação de Campo, a imagem deverá ser tomada pela parte traseira do veículo e obedecer ao disposto no Termo de Referência, devendo abranger a traseira do veículo de forma a permitir a perfeita identificação visual da placa, marca e modelo, além de enquadramento e tarja com as informações corretas.

#### 4.6. **Escopo da Amostra**

4.6.1. A amostra deverá ser apresentada formalmente à Comissão de Avaliação, formada por representantes da área demandante e esta Equipe de Planejamento da Licitação, e será composta por:

4.6.1.1. 02 (dois) equipamentos Registradores Eletrônicos de Infração de Trânsito voltados para a fiscalização de Avanço Semafórico e demais infrações demonstradas nas especificações técnicas deste estudo, chamados nesse processo de Reit III.

4.6.1.2. O equipamentos deverão dispor da mesma tecnologia a ser utilizada na contratação prevista neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

4.6.1.3. Entre os 02 (dois) REITs deverá ser demonstrada a matriz origem-destino e o cálculo do tempo de percurso com computador e software interligados com a finalidade de demonstrar o funcionamento do equipamento, sendo 01 (um) equipamento com computador e software interligados com a finalidade de demonstrar o funcionamento do equipamento, e 1 (um) computador, com software, para simulação do ambiente operacional.

4.6.2. Os equipamentos deverão monitorar e fiscalizar, no mínimo, 03 (três) faixas de rolamento adjacentes à calçada (lado direito do sentido do trânsito) de uma

seção de pista;

4.6.3. Deverão ser testados os sistemas de dados estatísticos on-line via web;

4.6.4. Juntamente com os equipamentos, a licitante deverá apresentar manuais, descrição das características funcionais, elétricas, eletrônicas, ópticas, mecânicas e do sistema aplicativo de tratamento de informação, para cada tipo de equipamento ofertado;

4.6.5. Deverá apresentar especificações técnicas claras dos recursos técnicos, marcas e modelos dos programas (softwares), materiais e demais componentes do objeto licitado e ofertado e as facilidades operacionais dos serviços;

4.6.6. Não será aceita a simples cópia do memorial descritivo, sob pena de desclassificação;

4.6.7. O prazo máximo dos testes será de até 5 (cinco) dias úteis;

4.6.8. Para possibilitar a avaliação das funcionalidades dos equipamentos e sistemas, os equipamentos deverão ser instalados, conforme configuração a seguir:

4.6.8.1. Com base nas informações produzidas pelos equipamentos, será testado os sistemas de origem-destino, tempo de percurso e dados estatísticos on-line via web.

4.6.8.2. O equipamento deverá possuir câmera panorâmica de modo a possibilitar verificação das condições do trânsito no local em que se encontram instalados.

4.6.8.3. A câmera panorâmica deverá enviar um fluxo de vídeo colorido, durante o dia, à Central na resolução mínima de 1024 x 768, com taxa mínima de 15fps, em qualidade adequada para a visualização no Video Wall, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a transmissão à Central, (celular, wifi, fibra ou outra tecnologia).

4.6.8.4. A licitante, além da instalação dos equipamentos de campo, deverá prover de todos os meios para realização dos testes, exceto transporte dos integrantes da comissão de avaliação que será de responsabilidade do DETRAN/DF, no caso de o equipamento não ser instalado no Distrito Federal. Terminado o prazo de instalação, os equipamentos serão lacrados pela comissão de avaliação do Detran-DF, devendo permanecer assim até a data dos testes. Após a finalização dos testes, os equipamentos serão lacrados novamente.

4.6.8.5. A licitante que não demonstrar, bem como não deixar o equipamento ofertado plenamente operacional no prazo ora estabelecido, será desclassificada.

4.6.8.6. Qualquer equipamento instalado para teste de avaliação em escala real somente poderá ser trocado ou alterado, se houver autorização formal da Coordenação de Contratações Públicas - CCONP;

4.6.8.7. Durante a análise do equipamento instalado para teste de avaliação em escala real será verificado o atendimento às especificações técnicas do Termo de Referência e seus anexos e a conformidade com a literatura/manuais técnicos entregues, devendo a licitante fornecer todas as informações necessárias à Gerência de Licitação e efetuar todos os testes solicitados;

4.6.8.8. Se o equipamento encaminhado para teste de avaliação em escala real não contiver ao menos as especificações descritas no Termo de Referência, a licitante será desclassificada;

4.6.8.9. Se for instalado para demonstração equipamentos com características superiores às da proposta da licitante, esta poderá ser aceita desde que a licitante apresente declaração se comprometendo a entregar unidades do equipamento iguais ou superiores à amostra, sem qualquer ônus adicional para o Detran-DF. Do contrário, a licitante terá a sua proposta de preço desclassificada;

4.6.8.10. Todos os equipamentos instalados para teste de avaliação em escala real ficarão sob responsabilidade da licitante, sendo assim, caso haja sinistros (furto, roubo, depredação ou qualquer outro ato que provoque a perda ou danos no equipamento) a licitante arcará com os prejuízos. Os equipamentos somente poderão ser removidos do local onde foram instalados para demonstração quando houver autorização formal da Gerência de Licitação do Detran-DF;

4.6.8.11. O equipamento, para fins de avaliação, deverão efetuar as seguintes atividades, para os veículos que trafegam pelas faixas de rolamento monitoradas, durante o período da avaliação:

a) Capturar, automaticamente, as imagens digitalizadas dos veículos que cometerem a infração de avanço de sinal vermelho, ou parada sobre a faixa, além das demais infrações previstas neste estudo. Este item deverá ser comprovado in loco através da visualização das imagens em tela de computador (disponibilizado pela licitante) conectado aos equipamentos em demonstração;

b) Registrar e armazenar os dados estatísticos para cada veículo que trafega pelas faixas monitoradas pelo equipamento;

c) Classificar os veículos registrados;

d) Comprovar o atendimento da exigência de que o equipamento deverá voltar a operar normalmente após o retorno da energia elétrica em decorrência do desarme por interrupção dela;

4.6.8.12. Será solicitado a licitante que estiver demonstrando seu equipamento, que desligue os equipamentos da energia elétrica e depois liguem novamente, para verificação do retorno de funcionamento do equipamento;

4.6.8.13. Comprovar o atendimento do funcionamento autônomo do equipamento, quando houver falta de energia da rede pública;

4.6.8.14. Comprovar os itens de segurança previstos no Termo de Referência em conjunto com laudo comprobatório;

4.6.8.15. Serão solicitadas à licitante, pelo menos duas imagens capturadas (de cada equipamento) durante os testes, gravadas em mídia (DVD/CD-ROM/PEN-DRIVE/HD EXTERNO, entre outros), de modo a possibilitar que se confirme a impossibilidade de abertura não autorizada delas, através de softwares comerciais de edição de imagem;

4.6.8.16. As imagens capturadas citadas deverão conter todos os dados exigidos neste documento, para isso, será solicitado que a licitante, através do software desenvolvido, exiba as duas imagens na tela do computador para confirmação da existência dos dados;

4.6.8.17. A comprovação dos itens estatísticos deverá ser feita por meio de visualização in loco, do registro (linha) estatístico na tela de computador no momento da passagem do veículo pelos equipamentos, indicando os seguintes dados:

a) Data e hora (hh:mm:ss) da passagem do veículo;

b) Qual o tipo de veículo.

c) O tipo do veículo pode ser apresentado de modo codificado, desde que a licitante apresente previamente a tabela de codificação;

d) A classificação do tipo de veículo será comparada com as fotos capturadas pelos equipamentos e deverá estar dentre dos índices de acerto exigidos, conforme exigido no Termo de Referência.

4.6.8.18. Na demonstração da tecnologia LPR, se pretende verificar a captura digital das placas dos veículos que passam pelos mesmos e o seu confronto com o banco de dados da frota de veículos do Distrito Federal de forma on-line. Para tal, serão fornecidos às empresas arquivos de dados em formato TXT e suas respectivas estruturas, contendo tabelas dos veículos registrados no DF, marca/modelo, cores, tipos, categoria e espécie. O veículo ao passar pelo equipamento terá a imagem de sua placa capturada digitalmente, placa esta que deve ser reconhecida e transformada em caracteres alfanuméricos através de processo de leitura automatizada e confrontada com o banco de dados, que contém os dados cadastrais dos veículos do DF, apresentando concomitantemente, de forma on-line, na tela do computador instalado no local de demonstração dos equipamentos a ser definido pelo Detran-DF, a identificação do veículo que passou pelo equipamento, mostrando sua imagem e dados cadastrais.

#### 4.7. **Teste de Avaliação dos Equipamentos em Escala Real**

4.7.1. Após a avaliação de todos os requisitos mínimos obrigatórios, os equipamentos deverão permanecer ligados de forma ininterrupta, durante 24 horas, para fins de avaliação de confiabilidade e aproveitamento das imagens;

4.7.2. Ao final deste período de avaliação, todas as imagens, filmes, dados estatísticos e "logs" dos equipamentos deverão ser gravados em mídia (DVD/CD-ROM/PEN-DRIVE/HD EXTERNO, entre outros), no próprio equipamento instalado na via e entregue ao Detran-DF para avaliação;

4.7.3. A Comissão adotará no teste de avaliação em escala real dos equipamentos/sistemas, procedimentos em campo e em escritório, visando a sistematização e uniformização da análise técnica em campo e os procedimentos consistirão em:

4.7.3.1. Estipulação do horário em que o teste se iniciará e terminará;

- 4.7.3.2. Gravação de todos os dados estatísticos dos veículos que trafegarem no local de demonstração dos equipamentos da licitante, bem como a imagem daqueles que infringirem a sinalização local;
- 4.7.3.3. Apresentação dos sistemas de registro da imagem dos veículos, teste do registro on-line, pela licitante;
- 4.7.3.4. Demonstração da visualização dos dados estatísticos dos veículos que trafegarem no local dos testes;
- 4.7.3.5. Exposição dos componentes do equipamento objeto da demonstração, tais como estrutura física, câmeras, “flash”, processadores, “nobreaks”, etc.
- 4.7.3.6. Apresentação do sistema on-line para abertura de chamados de manutenção, com teste de abertura, atendimento e fechamento do chamado;
- 4.7.4. Deverão ser verificadas através de medições diretas ou simulações a detecção das seguintes infrações:
- 4.7.4.1. Desrespeitar o sinal vermelho no semáforo – Art. 208, CTB: 605-03;
- 4.7.4.2. Parar sobre a faixa de pedestres na mudança de sinal luminoso – Art. 183, CTB: 567-32;
- 4.7.4.3. Transitar na faixa ou via exclusiva regulamentada para transporte público coletivo passageiros – Art. 184, III, CTB 758-70;
- 4.7.4.4. Transitar com o veículo em ciclovias, ciclofaixas – Art. 193, CTB: 581-92;
- 4.7.4.5. Transitar em locais e horários não permitidos pela regulamentação – Art. 187, I, CTB: 574-61;
- 4.7.4.6. Não conservar o veículo na faixa a ele destinada pela sinalização de regulamentação – Art. 185, I, CTB: 570-30;
- 4.7.4.7. Executar operação de conversão à direita em locais proibidos pela sinalização – Art. 207, CTB: 604-11;
- 4.7.4.8. Executar operação de conversão à esquerda em locais proibidos pela sinalização – Art. 207, CTB 604-12;
- 4.7.4.9. Teste para verificar a detecção de veículo que se encontra em situação irregular.
- 4.7.4.10. Coleta de dados de uma quantidade de veículos, a ser definida pela Comissão de Avaliação, que transitarem sequencialmente pela faixa da esquerda da pista. Os dados obtidos serão confrontados com os registrados pelos Sistemas da empresa licitante, e verificados a obtenção da foto, o reconhecimento dos caracteres das placas e os dados cadastrais de identificação dos veículos.
- 4.7.5. Durante esta fase da apresentação, os sistemas da licitante deverão apresentar em tela de computador (monitores):
- 4.7.5.1. Monitor 1 – as imagens da câmera panorâmica - simulação de chamada das imagens de câmera em ponto remoto da Gestão de Trânsito;
- 4.7.5.2. Monitor 2 – de forma simultânea a foto e/ou vídeo e os demais dados de identificação do veículo que for capturado em qualquer situação irregular ou de cometimento de infração.
- 4.7.6. Todas as informações capturadas pelos equipamentos em demonstração, visando um posterior cotejamento analítico das informações geradas pelos equipamentos da licitante, deverão ser entregues à Comissão de Avaliação. Os dados coletados durante o período de teste para avaliação do equipamento em campo deverão ser gravados no local e fornecidos pela licitante na mídia (DVD/CD-ROM/PEN-DRIVE/HD EXTERNO, entre outros).
- 4.7.7. No escritório, os procedimentos consistirão em:
- 4.7.7.1. Processamento e verificação das imagens coletadas em campo;
- 4.7.7.2. Demonstração da segurança do sistema;
- 4.7.7.3. Verificação e comprovação das imagens dos veículos pré-cadastrados e que passaram no local dos testes, em situação de avanço de semáforo ou parada sobre a faixa;
- 4.7.7.4. Verificação e demonstração da imagem panorâmica da via monitorada (clique em tela seguido da disponibilização da imagem);
- 4.7.7.5. Verificação da notificação da queda e restabelecimento de energia e comunicação;
- 4.7.7.6. Verificação do sistema de origem-destino e tempo de percurso;
- 4.7.7.7. Verificação do sistema de dados estatísticos on-line via web.
- 4.7.8. A empresa que estiver demonstrando o equipamento no teste de avaliação em escala real poderá realizar as manutenções que julgarem necessárias no equipamento, desde que essas manutenções não sejam de tal forma a configurar-se uma situação irreal do estado de regime operacional.
- 4.7.9. Antes de a licitante realizar qualquer manutenção deverá esta informar previamente a Comissão Técnica devendo esta aprovar ou não. Em caso de aprovação, as demais licitantes serão avisadas para que, caso queiram, possam acompanhar também.
- 4.7.10. Não será permitido a empresa licitante efetuar a manutenção dos equipamentos de forma constante, pois esse comportamento difere do estado normal de regime operacional.
- 4.7.11. Considera-se constante mais de 1 (um) pedido de manutenção por equipamento, durante 12 (doze) horas.
- 4.7.12. O Detran-DF efetuará o lacre da caixa que contém o equipamento ofertado para o teste de avaliação em escala real e o mesmo somente poderá ser rompido com autorização de um dos membros da Comissão de Avaliação Técnica. O rompimento do lacre fora destas condições descritas implicará na desclassificação da empresa licitante.
- 4.7.13. A avaliação das imagens consistirá no seguinte procedimento:
- 4.7.13.1. Até às 14 horas do primeiro dia corrido, após o término dos Testes de Avaliação dos Equipamentos em Escala Real a licitante deverá entregar para a Comissão de Avaliação Técnica uma mídia (DVD/CD-ROM/PEN-DRIVE, HD EXTERNO, entre outros) contendo a gravação de todas as imagens/vídeos capturadas, logs e os dados estatísticos.
- 4.7.13.2. Não será admitido o tratamento das imagens, qualquer que seja.
- 4.7.13.3. Os veículos com placas encobertas, sujas, apagadas, extremamente refletivas e em outras situações que notadamente inviabilizem a legibilidade delas, não sendo falha do equipamento, serão desprezadas. Não se encaixa a este parágrafo a ilegibilidade da placa ou da identificação da marca e do modelo do veículo devido à má qualidade da imagem seja ela por falta ou excesso de iluminação, baixa resolução ou outros fatores adversos.
- 4.7.14. A empresa licitante que estiver demonstrando o equipamento deverá disponibilizar equipe técnica para a realização dos testes em escala real e acompanhamento de vistorias conjuntas em períodos pré-estabelecidos. Será vedada a participação e/ou manifestação de pessoas não autorizadas.
- 4.7.15. Todas as especificações dos equipamentos (hardware) e software, deverão atender os descritivos do Termo de Referência e seus anexos.

#### 4.8. Da Qualificação Econômico-financeira

- 4.8.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datada dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores (Nota Jurídica nº 09/2023 - PGCONS/PGDF (SEI/GDF Nº 112651337) - Processo Nº 00060-00362229/2020-73 (SEI/GDF Nº 112861425);
- 4.8.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- 4.8.3. As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;
- 4.8.4. Os documentos referidos no item 5.7.3. limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 4.8.5. A boa situação financeira será avaliada com base nos seguintes índices:

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

LG = -----

ATIVO CIRCULANTE

LC = -----

PASSIVO CIRCULANTE

ATIVO TOTAL

SG = -----

PASSIVO CIRCULANTE+ EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

4.8.6. As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) sobre o montante dos itens que a licitante pretende concorrer.

4.8.7. Em razão da relevância dos serviços objeto desta contratação para o Detran-DF, a exigência de comprovação de qualificação econômico-financeira das empresas licitantes justifica-se pela necessidade de assegurar que a futura contratada disponha de capacidade financeira suficiente para cumprir integralmente as obrigações contratuais, mitigando riscos de inadimplência e de eventual descontinuidade na prestação de serviços essenciais.

4.8.8. A verificação dos indicadores de liquidez e da estabilidade financeira das licitantes é medida imprescindível para garantir a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços a serem prestados, em conformidade com os princípios da eficiência e da economicidade estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### 4.9. Da Qualificação Técnico-profissional e Técnico-operacional

4.9.1. A exigência de comprovação de capacidade técnica é imprescindível, considerando a complexidade do objeto licitado. Sua ausência comprometeria a adequada execução dos serviços, podendo resultar em prejuízos ao interesse público.

4.9.2. Os critérios de habilitação técnica estabelecidos poderão ser objeto de diligências por parte da Equipe de Planejamento responsável pela elaboração do Termo de Referência, bem como pela área de licitações, conforme previsto na legislação vigente.

4.9.3. Com o objetivo de assegurar a qualidade e a eficiência na execução contratual, as licitantes deverão apresentar atestados de capacidade técnico-operacional e técnico-profissional, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT), em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.9.4. Considerando a relevância dos serviços objeto desta contratação para o Detran-DF, a exigência de habilitação técnica visa garantir que a licitante possua a experiência e a qualificação necessárias para executar adequadamente as atividades previstas no escopo contratual.

4.9.5. Torna-se imprescindível a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público e privado, que comprovem a realização prévia de fornecimento ou serviços similares ao objeto deste Termo de Referência. Tal medida busca mitigar riscos de inexecução contratual, assegurar a qualidade dos serviços prestados e atender aos princípios da eficiência e da competitividade estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

#### 4.10. Da Qualificação da Participação de consórcio

4.10.1. Por se tratar de objeto com grau de complexidade técnica e operacional, e visando melhor atender ao interesse público, ampliando a competitividade e a participação de licitantes, será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, desde que observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, mediante apresentação, junto à documentação de habilitação jurídica, fiscal, econômico-financeira e técnica, de Termo de Compromisso Público ou Particular de Constituição de Consórcio.

4.10.2. Esta Equipe de Planejamento da Licitação tem como membro requisitante o Diretor de Engenharia de Trânsito, área demandante dos serviços supracitados. Portanto, sua participação e assinatura deste Termo de Referência e demais artefatos da licitação supre a necessidade de manifestação apartada sobre a possibilidade de Consórcio prevista no artigo 54, IX, do Decreto 44.330/2023.

4.10.3. Pelas mesmas justificativas quanto à participação de consórcios, será admitida a participação de cooperativas no processo, desde que cumpram os critérios estabelecidos neste Termo de Referência e nas normas vigentes.

#### 4.11. Da preferência prevista no Decreto nº 7.174/2010

4.11.1. A preferência prevista no art. 5º do Decreto nº 7.174/2010 não foi aplicada à presente contratação, tendo em vista que o objeto consiste em solução integrada de serviços de fiscalização eletrônica, envolvendo equipamentos, softwares, operação contínua e manutenção especializada, cujo desempenho, confiabilidade e interoperabilidade são essenciais para o atendimento das necessidades institucionais do Detran-DF.

4.11.2. A adoção de critérios de preferência com base na origem nacional dos bens ou serviços poderia comprometer a competitividade do certame e restringir indevidamente o universo de fornecedores aptos, sem garantia de atendimento integral aos requisitos técnicos, operacionais e de desempenho estabelecidos neste Termo de Referência.

4.11.3. Dessa forma, por razões de ordem técnica e operacional, devidamente justificadas, esta Equipe de Planejamento da Contratação optou por não aplicar a margem de preferência prevista no Decreto nº 7.174/2010, preservando a seleção da proposta mais vantajosa para o interesse público.

#### 4.12. Requisitos técnicos

4.12.1. Tecnologia de alta visibilidade e operabilidade;

4.12.2. Conectividade com a Gerência de Controle Operacional de Trânsito (Gercop) do Detran-DF;

4.12.3. Alimentação elétrica por rede convencional e/ou fontes alternativas (bateria, energia solar);

4.12.4. Sistema de fixação robusto para instalação nas vias urbanas;

4.12.5. Software de controle remoto compatível com padrões de segurança cibernética, que esteja em condições de interoperabilidade com outros sistemas do Detran-DF, com o objetivo de assegurar unidade e segurança da informação da Autarquia.

#### 4.13. Estrutura e Construção

4.13.1. Construção robusta, resistente a intempéries, vandalismo e variações climáticas, adequada para uso externo contínuo nas vias urbanas;

4.13.2. Dimensões compatíveis com a visibilidade exigida em vias urbanas, conforme normas técnicas vigentes;

4.13.3. Materiais anticorrosivos e de alta durabilidade, garantindo vida útil prolongada e reduzindo custos de manutenção;

#### 4.14. Requisitos operacionais e de serviço

4.14.1. Além do fornecimento e disponibilização dos equipamentos e softwares, a CONTRATADA deverá prestar os seguintes serviços essenciais:

4.14.1.1. Instalação

a) Realizar a instalação dos equipamentos nos locais indicados pelo Detran-DF, conforme estabelecido no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de

Referência, incluindo o fornecimento de todos os materiais necessários à fixação, conexão elétrica e de dados.

#### 4.14.1.2. Manutenção Preventiva e Corretiva

- a) Executar manutenção preventiva periódica, com inspeções e testes de funcionamento dos equipamentos.
- b) Disponibilizar atendimento técnico corretivo em regime 24/7, com prazo máximo de resposta para solução de falhas, assegurando disponibilidade operacional mínima de 95% durante a vigência contratual.
- c) Efetuar a substituição imediata de equipamentos que apresentem falhas irreparáveis, dentro dos prazos estabelecidos contratualmente.

#### 4.14.1.3. Suporte Técnico-operacional e Treinamento

- a) Disponibilizar suporte técnico sempre que necessário, na modalidade remota e presencial.
- b) Oferecer treinamento operacional aos servidores do Detran-DF designados para o gerenciamento e operação dos sistemas de controle dos equipamentos.
- c) Fornecer manuais técnicos e instruções de operação em língua portuguesa, contendo detalhamento completo das funcionalidades e procedimentos de manutenção.

#### 4.14.1.4. Requisitos de Segurança e Conformidade

- a) Garantir que os equipamentos e serviços estejam em conformidade com as normas técnicas brasileiras e internacionais aplicáveis, incluindo as diretrizes do Contran e da ABNT relativas à sinalização viária.
- b) Implementar medidas de segurança cibernética que assegurem proteção contra acessos não autorizados e alterações indevidas nas mensagens exibidas.

#### 4.14.1.5. Modelagem Contratual e Indicadores de Desempenho

- a) O contrato deverá prever níveis de serviço (SLAs) rigorosos, com penalidades aplicáveis em caso de descumprimento de prazos de manutenção, disponibilidade dos equipamentos e tempo de resposta para resolução de falhas.
- b) Realizar monitoramento contínuo e apresentar relatórios mensais detalhados sobre o desempenho dos equipamentos e softwares, incluindo registros de funcionamento, falhas, alterações de mensagens e intervenções técnicas.

#### 4.15. Da Subcontratação

4.15.1. Considerando que o objeto da presente contratação se refere a serviços de monitoramento e gestão das informações de tráfego e fiscalização eletrônica para as vias urbanas do Distrito Federal, e não à contratação de profissionais, não será admitida a subcontratação.

4.15.2. A execução contratual exige que a CONTRATADA mantenha controle direto sobre os equipamentos, sua operação e manutenção, sendo vedada a transferência da execução a terceiros.

4.15.3. A alocação de recursos humanos para execução do objeto por parte da CONTRADA poderá ser realizada através de vinculação societária, contratual, ou qualquer outra forma legal distinta da celetista, não se configurando subcontratação.

#### 4.16. Da alteração Subjetiva

4.16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

4.16.2.

#### 4.17. Da Garantia de Execução

4.17.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto nos artigos 96 e 98 da Lei nº 14.133/2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

4.17.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

4.17.3. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

4.17.3.1. Seguro garantia;

4.17.3.2. Fiança bancária.

4.17.3.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, no banco indicado, com correção monetária, em favor do contratante.

4.17.3.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

4.17.4. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada pela Contratante.

4.17.5. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.17.6. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021.

#### 4.18. Vistoria

4.18.1. Há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.18.2. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 17:00 horas.

4.18.3. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.18.4. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.18.5. A vistoria deverá ser agendada até 7 (sete) dias úteis antes da data de abertura e deverá ser realizada pelo Responsável Técnico ou Representante de Empresa, com documento comprobatório de seu vínculo com a empresa.

4.18.6. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.18.7. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### 4.19. Vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.19.1. Não se aplica à esta contratação.

#### 4.20. Tratamento Preferencial para ME e EPP



4.20.1. Não haverá direito de preferência previsto no artigo 44, da Lei Complementar nº 123/2006 para os itens deste edital, por força das vedações disciplinadas no artigo 4º, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133/21 e artigo 24 da Lei Distrital nº 4.611/11.

#### 4.21. Da Cota Reservada

4.21.1. Não será estabelecida cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte no presente certame, por se tratar de se serviços que envolvem atividades correlacionadas que visam manter, sobretudo, a padronização e garantia dos serviços. Assim, caso houvesse o parcelamento do objeto concedido a estas entidades, haveria possível perda da garantia dos serviços e ônus financeiro desarrastado à CONTRATANTE, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

#### 4.22. Da Reserva Legal de Cargos para Pessoa com Deficiência

4.22.1. Será exigida do licitante, para fins de habilitação social, declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, na forma do art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

4.22.2. A Administração poderá, a qualquer tempo, promover diligência para aferição da veracidade da declaração, inclusive mediante consulta à certidão oficial emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego relativa ao cumprimento da cota legal de pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social.

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### 5.1. Condições de execução

5.1.1. A execução do objeto seguirá as dinâmicas e rotinas contida neste Termo de Referência, especialmente as contidas em seu Anexo II (DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS).

5.1.2. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.1.3. Prestação dos serviços contínuos de fornecimento, instalação, operação e manutenção de Equipamentos de Fiscalização Eletrônica do REIT III, dotados com tecnologia LPR (License Plate Recognition) a serem instalados nos locais definidos locais definidos no item 5.6.6. deste Termo de Referência, com as seguintes condições:

5.1.3.1. Gestão e processamento das informações de tráfego, por meio dos equipamentos definidos acima, através de sistema de envio de dados aos computadores destinados a funcionar como servidores do sistema digital;

5.1.3.2. Elaboração de inventários, registros, ordenação de dados de contagem volumétrica e classificatórios de veículos; e

5.1.3.3. Emissão e geração de relatórios de autos de infração.

O início da execução será com a assinatura do instrumento contratual.

5.1.4. Deverá ser realizada reunião de alinhamento com o objetivo de identificar as expectativas, nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e Anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

5.1.5. Deverão participar dessa reunião, no mínimo um integrante de cada área técnica, um integrante da área requisitante, o gestor do contrato, o preposto e a equipe técnica da CONTRATADA.

5.1.6. A reunião realizar-se-á nas instalações da CONTRATANTE em até 15 (quinze) dias úteis a contar da data de assinatura do Contrato, conforme agendamento efetuado pela CONTRATANTE.

5.1.7. Nessa reunião a CONTRATADA deverá apresentar oficialmente seu Preposto, além de fornecer as respectivas comprovações acerca dos requisitos de qualificação exigidos para os seus profissionais.

5.1.8. Todos os entendimentos da reunião de alinhamento deverão constar da Ata de reunião a ser lavrada pelo Equipe de Gestão do Contrato, ou pelo responsável pelo projeto da CONTRATANTE, e assinada por todos os participantes.

5.1.9. A CONTRATADA deverá apresentar um Plano de Implantação em no máximo 30 (trinta) dias ininterruptos a partir da assinatura do contrato.

5.1.10. A execução do plano de implantação somente poderá ser iniciada após a sua aprovação pela CONTRATANTE.

5.1.11. O detalhamento do Plano de Implantação deverá conter no mínimo:

- Cronograma com macro atividades a serem desenvolvidas para a implantação de todos os serviços previstos neste documento.
- Identificação dos responsáveis das atividades.
- Duração das atividades.
- Sequenciamento das atividades.
- Projetos Executivos dos equipamentos.

5.1.12. A respeito do gerenciamento da implantação, CONTRATADA deverá:

5.1.12.1. Apresentar ao Gestor do Contrato os profissionais, com nome completo e CPF, que atuarão como prepostos da empresa e profissional que atuará como suporte técnico-operacional na Gercop para assuntos relativos à execução das atividades.

5.1.12.2. Obter informações e esclarecimentos necessários para que possa elaborar o Plano de Implantação do Serviço. Serão abordados e discutidos os seguintes pontos: Datas e horários de restrição para implantação;

5.1.12.3. Requisitos para a elaboração e entrega do Plano de Implantação do Serviço; Serviços que deverão ser configurados na implantação;

5.1.12.4. Demais assuntos de interesse correlatos à implantação dos serviços.

#### 5.1.13. Cronograma de Execução:

ITEM	FASE	PRAZO ESTIMADO(º)	RESPONSÁVEIS
1	Assinatura do Contrato	D <sup>1</sup>	CONTRATADA / CONTRATANTE (DETRAN-DF)
2	Reunião de alinhamento	D+15	CONTRATADA / CONTRATANTE (DETRAN-DF)
3	Apresentação do Plano de Implantação	D+30	CONTRATADA / CONTRATANTE (DETRAN-DF)
4	Emissão da Ordem de Serviço Inicial	D+45	CONTRATANTE (DETRAN-DF)
5	Início da Implantação após OS	D+60	CONTRATADA
5	Término total da implantação OS	D+150	CONTRATADA

(1) Marco Inicial. Os dias serão contados de forma corrida.

(2) Os prazos estipulados acima poderão ser prorrogados por igual período, mediante solicitação oficial da CONTRATADA e aprovação da CONTRATANTE.

5.1.14. O cronograma de execução proposto no item anterior poderá sofrer alterações de acordo com as necessidades da CONTRATANTE.

- 5.1.15. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado e aprovado pelo Detran-DF, antes de seu vencimento, comprovando que não houve culpa do fornecedor no descumprimento do prazo inicial.
- 5.1.16. Os equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência e na proposta, a contar da notificação da CONTRATADA, devendo ser substituídos às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.1.16.1. O descumprimento poderá acarretar sanções conforme previsto na legislação vigente.
- 5.1.17. Os produtos deverão ser novos e estar em plenas condições funcionais de uso e segurança, conforme estabelecido neste Termo de Referência e normas vigentes.
- 5.1.18. Os materiais deverão possuir certificado junto ao INMETRO, quando couber, e estarem de acordo com a legislação e/ou normas vigentes, em consonância com o artigo 42, da Lei Federal 14.133, de 2021.
- 5.1.19. Os serviços técnicos serão executados em horário comercial, nos dias úteis, conforme descrição e prazos definidos e condições estipuladas junto ao Anexo I.
- 5.1.20. Não serão aceitos materiais que não apresentem as características estabelecidas neste instrumento, bem como aqueles diferentes da marca ofertada na proposta da empresa vencedora do certame licitatório.
- 5.1.21. A contratante poderá rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com as especificações e condições deste termo de referência, por meio de termo circunstanciado, no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto contratado.

## 5.2. Cronograma Físico-Financeiro da Contratação:

Fase	Descrição	Marco Físico	Periodicidade de Pagamento
1	Assinatura do contrato e planejamento	Contrato assinado e reunião de alinhamento realizada	Sem pagamento
2	Implantação da solução	Equipamentos instalados e homologados	Conforme início da operação
3	Operação assistida	Equipamentos em funcionamento regular	Pagamento mensal por faixa operacional
4	Operação contínua	Manutenção e operação dos sistemas	Pagamento mensal, conforme medição e SLAs

5.2.1. O pagamento dos serviços está condicionado à efetiva execução das atividades previstas em cada fase, conforme critérios de medição e pagamento estabelecidos neste Termo de Referência, vinculando-se à disponibilidade operacional das faixas monitoradas e ao atendimento dos níveis de serviço contratados.

## 5.3. Requisitos de garantia dos equipamentos e manutenção

- 5.3.1. **Garantia:** Todos os equipamentos e softwares que fazem parte da prestação dos serviços deverão ter garantia prestada pela CONTRATADA durante toda a vigência do contrato.
- 5.3.1.1. Deverá haver previsão de garantia de execução contratual, em consonância com a legislação vigente.
- 5.3.2. **Manutenção:** O serviço de garantia e manutenção da solução deve cobrir, pelo prazo de vigência do contratado, no mínimo, os seguintes quesitos:
- 5.3.2.1. Garantir os níveis de serviço estabelecidos para a solução CONTRATADA.
- 5.3.2.2. Realizar o monitoramento diário da disponibilidade dos equipamentos e das soluções integrantes do ambiente.
- 5.3.2.3. Solucionar incidentes identificados automaticamente pelas ferramentas de monitoramento, bem como aqueles reportados pelo Detran-DF.
- 5.3.2.4. Fornecer orientações e informações aos usuários sobre a utilização dos equipamentos e seus respectivos acessórios, sempre que necessário.
- 5.3.2.5. Disponibilizar informações técnicas relativas às funcionalidades dos equipamentos e softwares abrangidos por esta especificação.
- 5.3.2.6. Executar manutenção preventiva, incluindo a substituição de peças, componentes e equipamentos, podendo ser realizada em conjunto com a manutenção corretiva, mediante aprovação prévia do Detran-DF.
- 5.3.2.7. Realizar manutenção corretiva, com substituição de peças, componentes e equipamentos, sempre que necessário.
- 5.3.2.8. Efetuar a substituição provisória de equipamentos, nos casos em que for constatada a inviabilidade de uso dos mesmos pela CONTRATADA.
- 5.3.2.9. Proceder à substituição definitiva de equipamentos que apresentem defeitos recorrentes ou vícios, devendo a substituição ocorrer quando, no prazo de 30 (trinta) dias, forem registrados mais de 3 (três) chamados consecutivos ou 5 (cinco) chamados intercalados para o mesmo defeito.
- 5.3.2.10. Substituir os equipamentos cuja manutenção exija prazo superior a 48 (quarenta e oito) horas para conclusão.
- 5.3.2.11. Realizar alterações nas configurações padrão dos equipamentos ou softwares, conforme determinação do Detran-DF.
- 5.3.2.12. Manter atualizada a documentação dos equipamentos, especialmente o mapa de localização e o cadastro completo dos ativos.

## 5.4. Obrigações da Contratada

- 5.4.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, prestar os serviços com eficiência e presteza, dentro dos padrões exigidos no presente instrumento, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 5.4.2. Manter, na falta de estabelecimento próprio, representação no Distrito Federal, durante a vigência do contrato.
- 5.4.3. Manter e proteger, independentemente do término do serviço objeto deste documento, a condição de confidencialidade de qualquer informação considerada dessa natureza pelo Detran-DF.
- 5.4.4. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, devendo orientar seus empregados nesse sentido;
- 5.4.5. Informar seus representantes acerca do sigilo a ser mantido, orientando-os a assinar o Termo de Confidencialidade em anexo, devendo tomar todas as providências necessárias para que a referida natureza confidencial seja preservada e não seja permitida a utilização das informações disponibilizadas para fins outros que não aqueles relacionados à prestação do serviço. Em caso de inobservância deste dispositivo, poderão ser aplicadas as sanções administrativas previstas na Lei n. 14.133/2021, além de imposição da multa prevista neste Termo de Referência.
- 5.4.6. Obedecer aos prazos contratuais estabelecidos.
- 5.4.7. Manter seus funcionários ou representantes credenciados devidamente identificados quando da execução de qualquer serviço nas dependências do CONTRATANTE, referente ao objeto contratado, observando as normas de segurança (interna e de conduta).
- 5.4.8. Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis que antecedem o prazo de vencimento das entregas, quaisquer anormalidades que coloquem em risco o êxito e o cumprimento dos prazos da execução dos serviços, propondo as ações corretivas necessárias para a execução dos mesmos.
- 5.4.9. Submeter à aprovação da CONTRATANTE qualquer alteração que se tornar essencial à continuação da execução ou prestação dos serviços.
- 5.4.10. Arcar com os eventuais prejuízos causados ao Detran-DF e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou colaboradores envolvidos na execução dos serviços, respondendo integralmente pelo ônus decorrente de sua culpa ou dolo na entrega dos itens/serviços, o que não exclui

nem diminui a responsabilidade pelos danos que se constatarem, independentemente do controle e fiscalização exercidos pelo Detran-DF.

5.4.11. Responsabilizar-se, sempre, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, pelos seus prepostos ou funcionários e, eventualmente, pelos prejuízos resultantes de caso fortuito e força maior, nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro. A fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato não exclui nem reduz essa responsabilidade.

5.4.12. Manter, durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação.

5.4.13. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

5.4.14. Ter pleno conhecimento de todas as condições e peculiaridades inerentes aos serviços a serem executados, não podendo invocar posteriormente desconhecimento para cobrança de serviços extras.

5.4.15. Dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, bem como prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Detran-DF.

5.4.16. Utilizar profissionais devidamente capacitados e habilitados para os serviços contratados, impondo-lhes rigoroso padrão de qualidade, segurança e eficiência, correndo por sua conta todas as despesas com salários, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, seguros e outras correlatas.

5.4.17. Manter seus funcionários ou representantes credenciados devidamente identificados quando da execução de qualquer serviço nas dependências do CONTRATANTE, referente ao objeto contratado, observando as normas de segurança (interna e de conduta);

5.4.18. Assumir total responsabilidade pelos atos administrativos e encargos previstos na legislação trabalhista, tais como: controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, promoções, férias, punições, admissões, demissões, transferências, como também pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e comerciais, inclusive a responsabilidade decorrente de acidentes, indenizações e seguros e outros correlatos.

5.4.19. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, por qualquer forma, as obrigações assumidas oriundas do contrato, nem subcontratar, salvo se prévia e expressamente autorizadas pelo Detran-DF.

5.4.20. Comprovação de que possui profissionais com habilitação para executar os serviços técnicos especializados, apresentando certificado técnico/treinamento emitido pelo fabricante ou distribuidor da solução.

5.4.21. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicialmente contratado, nos termos do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021;

5.4.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

5.4.23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos relacionados com o artigo 13, da Lei n. 14.133/2021.

5.4.24. Submeter à aprovação do CONTRATANTE qualquer alteração que se tornar essencial à continuação da execução ou prestação dos serviços;

5.4.25. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de serviço(s) durante a execução do contrato;

5.4.26. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais do(s) serviço(s) sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.4.27. Respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 143, de 27 de julho de 2017, que regulamenta a Lei Distrital nº 5.448/2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.

## 5.5. Obrigações da Contratante

5.5.1. Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, de acordo com as obrigações assumidas no contrato e na sua proposta de preços, por meio dos servidores designados.

5.5.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que sejam executados em desacordo com o Contrato, aplicando as penalidades cabíveis.

5.5.3. Comunicar oficialmente à CONTRATADA qualquer falha ocorrida nos serviços.

5.5.4. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços.

5.5.5. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA, devidamente identificados, para a execução de serviços, testes, reuniões administrativas ou qualquer outra atividade relacionada ao objeto contratado, desde que autorizado pela Contratante.

5.5.6. Permitir o acesso e prestar informações que venham a ser solicitadas pelos técnicos da CONTRATADA, durante a vigência do contrato.

5.5.7. Manter a CONTRATADA informada acerca da composição da Comissão de Execução contratual, cientificando-lhe para fins de propiciar que seus Prepostos possam reportar eventuais falhas ou problemas detectados, bem como possam apresentar-lhes os faturamentos correspondentes às prestações executadas.

5.5.8. Disponibilizar o local e os meios adequados para a execução dos serviços.

5.5.9. Emitir, nas condições estabelecidas no documento contratual, o Termo de Encerramento do Contrato.

5.5.10. Emitir relatórios sobre os atos relativos à execução do contrato que vier a ser firmado, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços, à exigência de condições estabelecidas e proposta de aplicação de sanções.

5.5.11. Designar servidor como Gestor para o Contrato ao qual serão incumbidas as atribuições legais.

5.5.12. Notificar a CONTRATADA de eventuais irregularidades no cumprimento das obrigações contratuais.

5.5.13. Impor sanções contratuais caso suas demandas de correção de irregularidades, notificadas à CONTRATADA, não sejam corrigidas dentro do prazo estabelecido.

5.5.14. Não permitir que pessoas estranhas à CONTRATADA examinem ou provoquem qualquer alteração nos serviços do presente objeto.

5.5.15. Observar e pôr em prática as recomendações técnicas feitas pela CONTRATADA relacionadas às condições de funcionamento, quando julgar pertinente ou oportuno.

5.5.16. Fornecer toda infraestrutura necessária de Hardware e Software, conforme especificações técnicas em anexo, para consecução dos serviços, caso necessário.

5.5.17. Fornecer todos os objetos, estrutura de dados e acessos aos ambientes do Detran-DF para que a CONTRATADA possa realizar as atividades demandas.

5.5.18. Definir os processos para guarda e backup dos dados, caso necessário.

5.5.19. Mobilizar a equipe técnica e funcional do Detran-DF para os testes necessários conforme prazos estabelecidos no cronograma.

5.5.20. Disponibilizar pessoal qualificado para a passagem do conhecimento o qual é objeto da contratação.

5.5.21. Após a conclusão das atividades demandadas através das ordens de serviço, o Detran-DF em até 5 (cinco) dias úteis fará o ateste e emissão do Termo de Recebimento ou refutará por escrito (e-mail ou Nota Técnica) a não conformidade com a atividade recebida;

5.5.22. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com as normas orçamentárias, financeiras e contábeis do Distrito Federal.

## 5.6. Propriedade Intelectual e Segurança da Informação

5.6.1. Os direitos de propriedade intelectual e os direitos autorais decorrentes da execução dos serviços contratados, incluindo todos os artefatos e produtos desenvolvidos ou modificados no âmbito contratual — como documentação, código-fonte de aplicações, modelos de dados e bases de dados — pertencerão exclusivamente à

Administração Pública, sendo vedada à CONTRATADA a retenção, utilização para fins diversos, cessão ou compartilhamento com terceiros, salvo autorização expressa da CONTRATANTE ou determinação legal.

5.6.2. Os direitos autorais, patrimoniais e de propriedade intelectual sobre os produtos gerados pela CONTRATADA durante a execução deste contrato serão integralmente transferidos ao Contratante, sem necessidade de qualquer pagamento adicional além do previsto contratualmente.

5.6.3. A CONTRATADA deverá observar integralmente as diretrizes estabelecidas na Política de Segurança da Informação da instituição contratante.

5.6.4. As informações acessadas ou produzidas no âmbito da execução contratual deverão ser utilizadas exclusivamente para o fiel cumprimento do objeto do contrato.

5.6.5. A CONTRATADA compromete-se a manter o sigilo sobre todas as informações confidenciais, revelando-as apenas a empregados devidamente autorizados e que necessitem do acesso para a execução dos serviços.

5.6.6. A CONTRATADA deverá adotar procedimentos administrativos eficazes para prevenir o extravio ou a perda de documentos e informações confidenciais, devendo comunicar imediatamente ao Contratante qualquer incidente dessa natureza, sem prejuízo de sua responsabilidade.

5.6.7. A CONTRATADA deverá adequar a prestação dos serviços à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - LGPD) e demais normas sobre o tema, observando o Estudo Técnico Preliminar deste processo e, no mínimo, os seguintes requisitos:

5.6.8. **Confidencialidade e Sigilo:**

5.6.8.1. A CONTRADADA não poderá compartilhar ou divulgar qualquer informação coletada pelo sistema de monitoramento a terceiros, exceto mediante autorização expressa da CONTRATANTE ou por ordem judicial.

5.6.8.2. Acordos de não divulgação (NDA): Todos os funcionários da empresa da CONTRATADA que tiverem acesso à solução integrada devem assinar o termo de confidencialidade, conforme modelo constante no ANEXO I – TERMO DE CONFIDENCIABILIDADE deste documento, comprometendo-se a não divulgar as informações a que têm acesso.

5.6.9. **Governança de Dados e Encarregado (DPO):**

5.6.9.1. A CONTRATADA deverá submeter-se às orientações, diretrizes e fiscalizações do Encarregado de Dados (DPO) institucional do Detran-DF, no que se refere ao tratamento de dados pessoais realizado no âmbito da execução contratual, observando integralmente a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e demais normas aplicáveis.

5.6.10. **Plano de Resposta a Incidentes de Segurança da Informação e Privacidade:**

5.6.10.1. A CONTRATADA deverá apresentar, previamente à emissão da Ordem de Serviço Inicial, Plano de Resposta a Incidentes de Segurança da Informação e Privacidade, contendo, no mínimo, procedimentos de identificação, contenção, mitigação, comunicação e tratamento de incidentes, cuja aprovação pela área técnica competente do Detran-DF será condição para o início da execução contratual.

5.6.11. **Treinamento de Funcionários:**

5.6.11.1. A CONTRADADA deverá ofertar treinamento adequado aos seus funcionários para garantir que eles conheçam as melhores práticas de segurança de dados e saibam como lidar com informações sensíveis de acordo com a legislação.

5.6.11.2. Treinamentos contínuos: O treinamento deve ser atualizado periodicamente, principalmente em relação à LGPD e às novas ameaças cibernéticas.

5.6.12. **Multas e Penalidades:**

5.6.12.1. A CONTRADADA estará sujeita à aplicação de multas, penalidades e sanções administrativas previstas na legislação vigente, em caso de descumprimento das disposições que tangem à proteção de dados e segurança da informação estipulados para a prestação dos serviços objeto deste Documento.

5.7. **Locais previstos para instalação dos equipamentos**

5.7.1. Os locais de instalação representam uma previsão inicial em virtude de necessidades técnica e operacionais. Estes locais poderão sofrer alterações, por ocasião da implantação, caso o Detran-DF julgue necessário, durante o detalhamento do projeto operacional da via ou em virtude de necessidades técnicas posteriormente detectadas.

5.7.2. O estudo para a instalação dos equipamentos teve como base os locais onde já estão instalados os registradores eletrônicos atuais, uma vez que já existem estudos técnicos elaborados pela Diretoria de Engenharia de Trânsito - Diren. Contudo, como há a previsão de instalação de novos equipamentos para monitorar uma quantidade maior de faixas de rolamento, novos estudos serão elaborados pela Diren para a instalação nesses novos locais, se for necessário.

5.7.3. De acordo com a conveniência do Detran-DF, poderá haver remanejamento de equipamento já instalado para outro local, no limite de 5% (cinco por cento) do número total de faixas monitoradas por ano sem custos para o Detran-DF.

5.7.4. A CONTRATADA deverá proceder, sem qualquer ônus para o Detran-DF, a alteração do equipamento instalado, quando a via sofrer alguma intervenção com aumento de número de faixas de rolamento, de modo a contemplar o monitoramento de todas elas.

5.7.5. A definição dos locais destinados à instalação dos equipamentos de Avanço de Sinal baseou-se majoritariamente nos pontos já utilizados em contrato anterior, uma vez que tais locais são amplamente conhecidos pelos usuários da via, apresentam histórico consolidado de necessidade de controle nos cruzamentos semaforizados e possuem estudos técnicos previamente elaborados pela Diretoria de Engenharia de Trânsito (Diren). A manutenção desses pontos atende tanto à continuidade do serviço quanto à efetividade da fiscalização, conforme informações provenientes da Gerência de Estatística de Acidentes de Trânsito (Gerest), da Diretoria de Policiamento e Fiscalização de Trânsito (Dirpol) e de outras unidades técnicas envolvidas.

5.7.6. Caso a instalação não possa ser realizada no ponto inicialmente indicado ou seja identificada a necessidade de realocação, caberá à Diren proceder à elaboração de novos estudos técnicos, de forma a determinar o posicionamento mais adequado e compatível com a legislação de trânsito, com os padrões de fiscalização eletrônica e com as condições operacionais da via. Essa prerrogativa assegura que a definição final dos locais seja tecnicamente fundamentada e priorize sempre a segurança dos usuários e a efetividade do monitoramento.

ID	EQP	ENDEREÇO	QTD. FAIXAS
1	RIS001	L2 SUL SQS 408 SENT NORTE/SUL SEMAFORO CRUZ 092	3
2	RIS002	L2 SUL SGAS 608 SENT SUL/NORTE SEMAFORO CRUZ 093	3
3	RIS003	W3 NORTE SEPN 510 SENT SUL/NORTE SEMAFORO CRUZ 166	3
4	RIS004	W3 NORTE SCLRN 711 SENT NORTE/SUL SEMAFORO CRUZ 166	3
5	RIS005	W4 NORTE SCRN 706 SENT SUL/NORTE SEMAFORO CRUZ 169	3
6	RIS007	W3 SUL SCS SENT SUL/NORTE SEMAFORO CRUZ 054	3
7	RIS008	W3 SUL SHS SENT NORTE/SUL SEMAFORO CRUZ 054	3

8	RIS009	W3 NORTE SHN SENT SUL/NORTE SEMAFORO CRUZ 158	3
9	RIS010	W3 NORTE SCN SENT NORTE/SUL SEMAFORO CRUZ 158	3
10	RIS011	AV CENT TAG ALT PCA RELOG SENT TAG/CEIL SEMAFORO CRUZ 227	3
11	RIS012	AV CENT TAG ALT C 12 SENT TAG/EPTG SEMAFORO CRUZ 227	3
12	RIS013	AV PALMEIRAS ALT QNA 01 SENT EPCT/SANDU SEMAFORO CRUZ 243	2
13	RIS014	AV COM TAG ALT IGR PERPET SOCORRO SENT SUL/NORTE SEMAFORO CRUZ 243	2
14	RIS015	HELIO PRATES ALT QNG 25 SENT TAG/CEIL SEMAFORO CRUZ 258	3
15	RIS016	HELIO PRATES ALT QNJ AE 02 SENT CEIL/TAG SEMAFORO CRUZ 274	3
16	RIS017	MN1 ALT QNM 18 SENT TAG/CEIL SEMAFORO CRUZ 289	3
17	RIS018	MN1 ALT CNM 01 SENT CEIL/TAG SEMAFORO CRUZ 289	3
18	RIS019	MN1 ALT QNM 02 SENT TAG/CEIL SEMAFORO CRUZ 293	3
19	RIS020	MN1 ALT QNN 02 SENT CEIL/TAG CRUZ 293	3
20	RIS021	SHIS QI 05 LAGO SUL ALT CHAC 92 SENT QI 05/QI07 SEMAFORO CRUZ 135	2
21	RIS024	W3 SUL CRS 505 SENT SUL/NORTE SEMAFORO CRUZ 059	3
22	RIS025	W3 SUL HIGS 704 SENT NORTE/SUL SEMAFORO CRUZ 059	3
23	RIS026	L2 SUL SAS ALT QD 06 SENT NORTE/SUL SEMAFORO CRUZ 082	3
24	RIS027	VIA S3 SBS ALT QD 04 SENT SBS/L2 SUL SEMAFORO CRUZ 015	3
25	RIS028	L2 NORTE ALT SQN 406 SENT NORTE/SUL SEMAFORO CRUZ 203	3
26	RIS029	L2 NORTE ALT SGAN 605 SENT SUL/NORTE SEMAFORO CRUZ 204	3
27	RIS030	AV CENTRAL GUARA I ALT QE 02 SENT GUARAI/GUARA II SEMAFORO CRUZ 329	3
28	RIS031	AV CENTRAL GUARA I ALT AE QE 01 SENT GUARA/EPTG SEMAFORO CRUZ 330	3
29	RIS032	HELIO PRATES ALT SDE QD 01 SETOR M NORTE SENT TAG/CEIL SEMAFORO CRUZ 353	3
30	RIS033	HELIO PRATES ALT QNL 23 SENT CEIL/TAG SEMAFORO CRUZ 353	3
31	RIS034	HELIO PRATES ALT QNG AE 06 SENT TAG/CEIL SEMAFORO CRUZ 356	3
32	RIS035	HELIO PRATES ALT QI 10 SENT CEIL/TAG SEMAFORO CRUZ 356	3
33	RIS036	VIA S1 RODOV RETORNO N1/S1 ALT SDS SENT W3/L2 SUL SEMAFORO CRUZ 381	3
34	RIS037	VIA N1 RODOV RETORNO S1/N1 ALT TEATRO NAC SENT L2/W3 NORTE SEMAFORO CRUZ 383	3
35	RIS038	W3 NORTE SEPN 506 SENT SUL/NORTE SEMAFORO CRUZ 162	3
36	RIS039	W3 NORTE SCLRN 707 SENT NORTE/SUL SEMAFORO CRUZ 162	3
37	RIS040	W3 NORTE SCRIN 502 SENT SUL/NORTE SEMAFORO CRUZ 160	3
38	RIS041	W3 NORTE SCLRN 703 SENT NORTE/SUL SEMAFORO CRUZ 160	3
39	RIS042	L2 NORTE SEN 401 SENT NORTE/SUL SEMAFORO CRUZ 198	3
40	RIS043	EIXO L NORTE ALT QD 01 SBN SENT SUL/NORTE SEMAFORO CRUZ 146	3
41	RIS044	W4 SUL SEPS 703/903 SENT SUL/NORTE SEMAFORO CRUZ 079	2



42	RIS045	VIA ERSW ALT GALERIA DOS ESTADOS SENT SCS/SBS SEMAFORO CRUZ 16	2
43	RIS046	L2 SUL SQS 412 SENT NORTE/SUL SEMAFORO CRUZ 099	3
44	RIS047	L2 SUL SGAS 612 SENT SUL/NORTE SEMAFORO CRUZ 099	3
45	RIS048	VIA S3 SMHS 301 SENT W3/L2 SUL SEMAFORO CRUZ 023	3
46	RIS050	W3 SUL CRS 511 SENT SUL/NORTE SEMAFORO CRUZ 068	3
47	RIS051	W3 SUL SRTVS 702 SENT NORTE/SUL SEMAFORO CRUZ 056	3
48	RIS052	L2 SUL SQS 404 SENT NORTE/SUL SEMAFORO CRUZ 086	3
49	RIS053	L2 SUL SGAS 604 SENT SUL/NORTE SEMAFORO CRUZ 087	3
50	RIS054	W3 SUL SHIGS 714 SENT NORTE/SUL SEMAFORO CRUZ 073	3
51	RIS055	W5 NORTE SEPN 914 SENT NORTE/SUL SEMAFORO CRUZ 341	3
52	RIS056	W4 NORTE SHIGN 708/709 SENT SUL/NORTE	3
53	RIS057	VIA SRPN ALT CODEPLAN SENT AUTOD/N1 SEMAFORO CRUZ 342	2
54	RIS058	VIA N1 ALT CENTRO CONVENCOES SENT ESPLAN/RODOF SEMAFORO CRUZ 142	3
55	RIS059	VIA N1 ALT TRIBUNAL CONTAS SENT ESPLAN/RODOF SEMAFORO CRUZ 153	3
56	RIS060	VIA ERNW ALT SINE SENT NORTE/SUL SEMAFORO CRUZ 148	3
57	RIS061	AV CONTORNO GUARA II ALT QE 38 SENT ANTI HORARIO SEMAFORO CRUZ 216	3
58	RIS062	AV CONTORNO GUARA II ALT QE 32 SENT HORARIO SEMAFORO CRUZ 216	3
59	RIS063	HELIO PRATES ALT 17 DP SENT TAG/CEIL SEMAFORO CRUZ 260	3
60	RIS064	W3 SUL CRS 513 SENT SUL/NORTE SEMAFORO CRUZ 072	3
61	RIS065	VIA LJ 01 ALT FEIRA PERMANENTE SENT ELMO SEREJO/HELIO PRATES SEMAFORO CRUZ 320	1
62	RIS066	VIA S1 ALT TJDF SENT RODOF/ESPLAN SEMAFORO CRUZ 006	3
63	RIS067	VIA LIGACAO W3 NORTE COM EPAA SENT AUTODROMO/W5 NORTE SEMAFORO CRUZ 174	3
64	RIS069	VIA S3 SBS SENT L2/W3 SUL SEMAFORO CRUZ 019	3
65	RIS071	VIA S3 SCS ALT QD 01 SENT L2/W3 SUL SEMAFORO CRUZ 024	3
66	RIS072	VIA LIGACAO L4 SUL COM ST POL SUL SENT L4 SUL/ST POL SUL SEMAFORO CRUZ 391	2
67	RIS073	W3 SUL HIGS 707 SENT NORTE/SUL SEMAFORO CRUZ 062	3
68	RIS076	AV CENTRAL GUARA I ALT QE 07 SENT GUARA CRUZ 213	3
69	RIS077	AV CENTRAL GUARA I ALT QI 20 SENT GUARA CRUZ 214	3
70	RIS078	QNE 05/QNB 17 TAGUATINGA SENT AV COM NORTE/SAMDU NORTE SEMAFORO CRUZ 280	2
71	RIS079	AV COMERCIAL SUL ALT CENTRO ENS 03 SENT SUL/NORTE SEMAFORO CRUZ 240	2
72	RIS080	AV COM SUL QSA 01 EM FRENTE LOTE 02 SENT SUL/NORTE SEMAF CRUZ 242	2
73	RIS081	VIA S1 ALT CRUZ S1/L2 SUL SENT ROD/ESPLA SEMAFORO CRUZ 002	3
74	RIS082	VIA S1 ALT CRUZ S1/L2 SUL SENT ROD/ESPLA SEMAFORO CRUZ 002	3

75	RIS083	VIA S1 ALT TJDF SENT RODOF/ESPLAN SEMAFORO CRUZ 006	3
76	RIS084	VIA S1 RODOV RETORNO N1/S1 ALT SDS SENT W3/L2 SUL SEMAFORO CRUZ 381	3
77	RIS085	VIA N1 RODOV RETORNO S1/N1 ALT TEATRO NAC SENT L2/W3 NORTE SEMAFORO CRUZ 383	3
78	RIS086	VIA N1 ALT CENTRO CONVENCOES SENT ESPLAN/RODOF SEMAFORO CRUZ 142	3
79	RIS087	VIA N1 ALT TRIBUNAL CONTAS SENT ESPLAN/RODOF SEMAFORO CRUZ 153	3
80	RIS088	AV ELMO SEREJO QNM 25 SENT TAG/P SUL SEMAFORO CRUZ 431	3
81	RIS089	EIXO W SUL SDS CONIC SENT NORTE/SUL SEMAFORO CRUZ 018	3
82	RIS090	AV COM NORTE TAG QNA 54/QND 01 SENT. SUL/NORTE SEMAFORO CRUZ 248	2
83	RIS091	AV SANDU NORTE TAG QNC 06 SENT NORTE/SUL SEMAFORO CRUZ 282	2
84	RIS092	AV COM NORTE TAG QND 27/28 SENT. SUL/NORTE SEMAFORO CRUZ 254	2
85	RIS093	AV COM NORTE TAG QNE 17/26 SENT. NORTE/SUL SEMAFORO CRUZ 254	2
86	RIS094	AV COM NORTE TAG CNB 06/07 SENT. NORTE/SUL SEMAFORO CRUZ 246	2
87	RIS095	AV SANDU NORTE TAG QNE 25/34 SENT. SUL/NORTE SEMAFORO CRUZ 298	2
88	RIS096	W3 SUL ALT. SCRS 508/509 SENT. SUL/NORTE SEMAFORO CRUZ 063	3
89	RIS097	W3 SUL ALT. SHIGS 708/709 SENT. NORTE/SUL SEMAFORO CRUZ 063	3
90	RIS098	AV. PIONEIROS ALT. Q34/36 GAMA SENT SANTA MARIA/SETOR OESTE SEMAFORO CRUZ 297	2
91	RIS099	AV. PIONEIROS ALT. Q5 GAMA SENT SETOR OESTE/SANTA MARIA SEMAFORO CRUZ 297	2
92	RIS102	W3 SUL SHIGS 712/713 SENT. NORTE/SUL SEMAFORO CRUZ 403	3
93	RIS103	VIA N1 ALT MIN EXERCITO SENT ESPLAN/RODOF SEMAFORO CRUZ 137	3
94	RIS104	VIA N1 ALT MIN EXERCITO SENT ESPLAN/RODOF SEMAFORO CRUZ 137	3
95	RIS105	VIA S1 ALT MIN PREV SOCIAL SENT RODOF/ESPLAN SEMAFORO CRUZ 339	3
96	RIS106	VIA S1 ALT MIN PREV SOCIAL SENT RODOF/ESPLAN SEMAFORO CRUZ 339	3
97	RIS109	W3 NORTE SCRN 508/509 SENT. SUL/NORTE SEMAFORO CRUZ 163	3
98	RIS110	W3 NORTE SCRN 514/515 SENT. SUL/NORTE SEMAFORO CRUZ 168	3
99	RIS112	AV ELMO SEREJO QNM 25 SENT P SUL/TAG SEMAFORO CRUZ 432	3
100	RIS113	AV. HELIO PRATES ALT. QND 58 SENT. TAG/DF001 SEMAF. CRUZ. 256	3
101	RIS115	VIA RODOF/ESPLAN SEMAF CRUZ 394	3
102	RIS116	VIA RODOF/ESPLAN SEMAF CRUZ 394	3
103	RIS117	AV COM SUL TAG ALT C8 SENT SUL/NORTE SEMAFORO CRUZ 227	2
104	RIS118	VIA S1 EIXO MONUM ALT ACESSO 1ª AV SUDOESTE SENT RODOF/ESPLAN SEMAF CRUZ 362	3
105	RIS119	VIA S1 EIXO MONUM ALT ACESSO 1ª AV SUDOESTE SENT RODOF/ESPLAN SEMAF CRUZ 362	3

106	RIS120	1ª AVENIDA SUDOESTE ACESSO A VIA S1 EIXO MONUMENTAL SEMAF CRUZ 362	3
107	RIS121	VIA S3 COM L1 ALT C.E.F. SENT S3/L1 SEMAFORO CRUZ 015	2
108	RIS122	VIA L1 COM S3 ALT SAUS Q. 04 SENT S3/L1 SEMAFORO CRUZ 015	2
109	RIS123	ALCA DA RODOVIARIA LIGACAO N1/S1 SENTIDO NORTE/SUL SEMAFORO CRUZ 381	4
110	RIS124	VIA MN1 COM N2 ALTURA QNN18 SENTIDO CEILANDIA/TAGUATINGA CRUZAMENTO 294	3
111	RIS125	VIA MN1 COM N2 ALTURA DA CNN1 SENTIDO TAGUATINGA/CEILANDIA CRUZAMENTO 294	3
112	RIS128	VIA M2 ALTURA QNM 17 SENTIDO SUL/NORTE CRUZAMENTO 289	2
113	RIS129	VIA M2 ALTURA DA CNM 02 SENTIDO NORTE/SUL CRUZAMENTO 289	2
114	RIS130	VIA CRUZAMENTO 199	3
115	RIS131	VIA LJ2 ALTURA QNJ 48 SENTIDO SUL/NORTE	2
116	RIS132	VIA M4 ALTURA QNM 34 SENTIDO NORTE/SUL	2
117	RIS133	VIA N1 ALT SHN QUADRA 04 SENT ESPLAN/RODOF. SEMAFORO CRUZ 141	3
118	RIS134	VIA N1 ALT SHN QUADRA 04 SENT ESPLAN/RODOF SEMAFORO CRUZ 141	3
119	RIS135	AV COM NORTE TAG ALT C9 SENT NORTE/SUL SEMAFORO CRUZ 227	2
120	RIS136	VIA S3 SCS ALT QUADRA 06 SENT W3/W4 SEMAFORO CRUZ 055	3
121	RIS137	VIA S3 ALT SRTVS SENT W4/W3 SEMAFORO CRUZ 055	3
122	RIS138	AV SANDU SUL TAG ALT HOSP SAO VICENTE PAULA SENT NORTE/SUL SEMAFORO CRUZ 232	2
123	RIS139	AV SANDU SUL TAG ALT QSB 02 SENT SUL/NORTE SEMAFORO CRUZ 232	2
124	RIS140	AV SANDU NORTE TAG AE 05 ALT 2º BPM SENT SUL/NORTE SEMAFORO CRUZ 283	3
125	RIS141	AV COM NORTE TAG ALT QND 47 SENT SUL/NORTE SEMAFORO CRUZ 258	2
126	RIS142	AV CONTORNO CRUZAMENTO GUARA I/II PROX QE 13 SENT ANTI-HORARIO CRUZ 215	2
127	RIS143	AV CONTORNO CRUZAMENTO GUARA I/II ENTRADA GUARA I PROX QE 13 CRUZ 215	2
128	RIS144	VIA DE LIGACAO N1 COM S1 ALTURA DO MEMORIAL DOS POVOS INDIGENAS CRUZ 05	3
129	RIS145	AV CASTANHEIRAS COM AV PITANGUEIRAS SENTIDO TAGUATINGA	3
130	RIS146	AV DAS ARAUCARIAS COM AV DAS PITANGUEIRAS SENTIDO PLANO PILOTO	3
131	RIS147	AV CONTORNO DO BOSQUE ALT EQRSW 06/07 SUDOESTE SENTIDO EIXO MONUMENTAL	2
132	RIS148	AV CONTORNO DO BOSQUE ALT DA QD 10 CRUZEIRO VELHO SENTIDO HFA	2
133	RIS149	VIA S1 EIXO MONUMENTAL PROX TORRE DE TV SENTIDO ESPLANADA DOS MINISTERIOS	3
134	RIS150	VIA S1 EIXO MONUMENTAL PROX TORRE DE TV SENTIDO ESPLANADA DOS MINISTERIOS	3
135	RIS151	AV. HELIO PRATES ALT. DA QI 15 TAG NORTE SENT. CEIL/DF001 SEMAF CRUZ 264	3
136	RIS153	VIA MN1 AV. HÉLIO PRATES QNN 18/17 CEIL. ALTURA FUNDAÇÃO BRADESCO SUL/NORTE	2
137	RIS154	VIA MN1 AV. HÉLIO PRATES QNN 17/18 CEIL. ALTURA FUNDAÇÃO BRADESCO NORTE/SUL	2

138	RIS155	VIA MN1 AV. HÉLIO PRATES QNN 17/18 CEIL. ALTURA FUNDAÇÃO BRADESCO CEIL/SETOR P.	3
139	RIS156	VIA MN1 AV. HÉLIO PRATES QNN 18/17 CEIL. ALTURA FUNDAÇÃO BRADESCO SETOR P/TAG.	3
<b>TOTAL DE FAIXAS</b>			381

#### 5.8. Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8.1. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.8.1.1. Ao término do contrato, seja por decurso de vigência ou por rescisão antecipada, a CONTRATADA fica obrigada a promover a transição contratual, adotando um plano de transição final, com transferência de tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, capacitando, se solicitado, os técnicos da Diren/Dirtex ou os da nova pessoa jurídica que continuará a execução dos serviços, sem ônus para a CONTRATANTE;

5.8.1.2. O Projeto de Transição Final, endereçando todas as atividades necessárias para a completa transição, deverá ser entregue a Diren pela CONTRATADA.

5.8.1.3. Esse projeto de gerenciamento de serviços de transição contratual final será conduzido de acordo com as seguintes ações:

- a) Apresentação do projeto de gerenciamento de serviços de transição contratual final;
- b) Reunião de alinhamento de expectativas contratuais;
- c) Execução;
- d) Término oficial da execução do projeto de gerenciamento de serviços de transição contratual final; e
- f) Revogação de Perfis de Acesso.

5.8.1.4. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA a execução do Plano de Transição, bem como a garantia do repasse bem-sucedido de todas as informações necessárias para a continuidade dos serviços pela CONTRATANTE ou empresa por ele designada;

5.8.1.5. No Plano de Transição deverão estar identificados todos os compromissos, papéis e responsabilidades, artefatos e tarefas, a data de início da transição, o tempo necessário e a identificação de todos os envolvidos com a transição. O fato de a CONTRATADA ou seus representantes não cooperarem ou reterem qualquer informação ou dado solicitado pela CONTRATANTE, que venha a prejudicar, de alguma forma, o andamento da transição das tarefas e serviços para um novo prestador, constituirá quebra de contrato, sujeitando-a as obrigações em relação a todos os danos causados à CONTRATANTE, conforme estipulado nas Sanções Administrativas aplicáveis;

#### 5.9. Manutenção de sigilo e normas de segurança

5.9.1. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

5.9.2. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação.

### 6. MODELO DE EXECUÇÃO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

#### 6.3. Mecanismos formais de comunicação:

6.3.1. As comunicações entre o Detran/DF e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de outros instrumentos para esse fim.

6.3.2. São instrumentos formais de comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA:

- a) Ordens de Serviço;
- b) E-mail;
- c) Telefone;
- d) Portal para abertura de chamados: Comunicação por meio de plataforma voltada para o gerenciamento de incidentes/problemas de Tecnologia da Informação;
- e) Termos de Recebimento;
- f) Chamado registrado na Centro Integrado de Operações de Brasília – CIOB, validado pela Gercop;
- g) Ofícios recebidos pela Diretoria de Policiamento e Fiscalização de Trânsito e encaminhados à Gercop;
- h) Relatórios e Atas de Reunião validados pela Gercop e pelo Gestor do Contrato;
- i) Demais Termos previstos no instrumento convocatório validados pelo Gestor do Contrato.

6.3.3. O Detran-DF poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o Detran-DF poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### 6.6. Do Preposto

6.6.1. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

#### 6.7. Fiscalização

6.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor e fiscais do contrato nomeados para tal finalidade ou pelos respectivos substitutos, conforme previsão do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021 e Subseção IV do Decreto Distrital nº 44.330, de 2023.

6.7.2. A fiscalização do contrato será exercida por servidores designados, nos termos da Lei nº 14.133/2021, não havendo subordinação direta de empregados da CONTRATADA à Administração.

#### 6.7.3. **Fiscalização Técnica**

- 6.7.3.1. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com §1º, do artigo 117, Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e inciso II do artigo 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 6.7.3.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, conforme o inciso III do artigo 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 6.7.3.3. O fiscal técnico do contrato informará aos seus superiores, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para adotar as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, conforme o inciso IV do artigo 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 6.7.3.4. No caso de ocorrências que inviabilizem a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato, conforme o inciso V do artigo 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 6.7.3.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, conforme o inciso VII do artigo 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

#### 6.7.4. **Fiscalização Administrativa**

- 6.7.4.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme o inciso II do artigo 25 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 6.7.4.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para tomar providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência, conforme o inciso VII do artigo 25 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

#### 6.7.5. **Gestor do contrato**

- 6.7.5.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração, conforme o inciso IV do artigo 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 6.7.5.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, conforme o inciso II do artigo 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 6.7.5.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme o inciso III do artigo 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 6.7.5.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme o inciso VIII do artigo 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 6.7.5.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente, ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso, consoante ao inciso X do artigo 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 6.7.5.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, conforme o inciso VI do artigo 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 6.7.5.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato ou instrumento equivalente.
- 6.8. Os gestores e os fiscais de contratos e os respectivos substitutos serão representantes da administração designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou por quem as normas de organização administrativa indicarem, para exercer as funções estabelecidas no artigo 23 ao artigo 26, observados os requisitos estabelecidos no artigo 12 do Decreto n. 44.330, de 16 de março de 2023.
- 6.9. Para o exercício da função, o gestor e os fiscais de contratos deverão ser formalmente cientificados da indicação e das respectivas atribuições antes da formalização do ato de designação.
- 6.10. Na designação, serão considerados:
- a) a compatibilidade com as atribuições do cargo;
  - b) a complexidade da fiscalização;
  - c) o quantitativo de contratos por agente público; e
  - d) a capacidade para o desempenho das atividades.
- 6.11. Os fiscais de contratos poderão ser assistidos e subsidiados por terceiros contratados pela administração, observado o disposto no artigo 28 do Decreto n. 44.330, de 16 de março de 2023.
- 6.12. A designação deverá seguir as regras dispostas junto aos artigos 12 e 13 do Decreto n. 44.330, de 16 de março de 2023.
- 6.13. As atividades de gestão e fiscalização de contratos são aquelas previstas junto aos artigos 21 e 22 do Decreto n. 44.330, de 16 de março de 2023.
- 6.14. As responsabilidades do gestor do contrato são aquelas previstas junto ao artigo 23 do Decreto n. 44.330, de 16 de março de 2023.
- 6.15. As atribuições do fiscal técnico são aquelas previstas junto ao artigo 24 do Decreto n. 44.330, de 16 de março de 2023.
- 6.16. As atribuições do fiscal administrativo são aquelas previstas junto ao artigo 25 do Decreto n. 44.330, de 16 de março de 2023.

### 7. **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

#### 7.1. **Sanções Administrativas**

- 7.1.1. A CONTRATADA estará sujeita às sanções administrativas previstas nos artigos 155 a 163 da Lei n.º 14.133/2021, e às demais normas previstas em regulamento específico que trata dos procedimentos de aplicação de sanções, resguardado o direito à ampla defesa e ao contraditório.
- 7.1.2. Independente das sanções legais cabíveis, a LICITANTE/CONTRATADA ficará sujeita ainda ao ressarcimento das perdas e danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.
- 7.1.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.1.4. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.1.4.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §2º, Lei nº 14.133/2021);

7.1.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, § 4º, Lei nº 14.133/2021);

7.1.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §5º, Lei nº 14.133/2021).

7.1.4.4. Multa:

a) Moratória, para as infrações descritas nas alíneas “d” de 2% (dois por cento), por dia de atraso injustificado sobre o valor da nota fiscal correspondente ao serviço em que tenha ocorrido o atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, salvo em casos devidamente justificados e aceitos pela gestão contratual.

b) Compensatória, para as infrações descritas acima, alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 7% (sete por cento) do valor da contratação.

d) O não atendimento aos critérios de entrada em operação dos equipamentos, softwares, hardwares, link de dados, implicará na aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor global unitário do item por mês de atraso, salvo em casos devidamente justificados e aceitos pela gestão contratual.

e) Pelo não atendimento do suporte 24 horas, 7 dias por semana, dentro dos padrões estabelecidos neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, da seguinte forma:

a. O prazo de atendimento dos chamados de manutenção será de 24 horas para falhas de comunicação no software de controle ou no hardware instalado na Gercop.

b. O prazo de atendimento dos chamados de manutenção será de 04 horas para falhas de comunicação nos equipamentos.

c. Se os prazos forem excedidos, poderão ser aplicadas, de advertência e, no caso de reincidência, multa de até 10% do valor mensal da locação do equipamento defeituoso, conforme análise da gestão do contrato, independente da glosa correspondente.

f) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do artigo 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.1.5. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme artigo 156, § 9º, Lei nº 14.133/2021.

7.1.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme artigo 156, §7º, Lei nº 14.133/2021.

7.1.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme artigo 157, Lei nº 14.133/2021.

7.1.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser cobrada judicialmente, conforme artigo 156, §8º, Lei nº 14.133/2021.

7.1.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.1.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.1.11. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.1.12. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.1.13. Na aplicação das sanções, conforme previsão do artigo 156, §1º, Lei nº 14.133/2021, serão considerados:

7.1.13.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.1.13.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.1.13.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.1.13.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

7.1.13.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.1.14. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei, conforme artigo 159 Lei nº 14.133/2021.

7.1.15. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme artigo 160, Lei nº 14.133/2021.

7.1.16. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, de acordo com o previsto no artigo 161 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.18. Os débitos da CONTRATADA para com a contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pela referida autarquia decorrentes de um futuro contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com a mesma autarquia ora contratante.

7.1.19. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

7.1.19.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

7.1.19.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;

d) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- f) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- h) fraudar a licitação;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando: agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- j) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- k) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- m) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

7.1.20. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.1.21. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, de não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, caracterizará o descumprimento da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades previstas neste Termo de Referência e nas normas vigentes.

7.1.22. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

7.1.23. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.1.24. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

7.1.25. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.1.26. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### 8.1. Níveis mínimos exigidos

8.1.1. Na execução do contrato, o valor total a ser pago para cada faixa de trânsito fiscalizada corresponderá ao seu preço unitário mensal, conforme apresentado na proposta vencedora.

8.1.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

8.1.2.1. Não produziu os resultados acordados.

8.1.2.2. Deixou de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.1.2.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.1.3. O cálculo do índice de desempenho da CONTRATADA será aplicado da seguinte forma: **ID = IDF x IEF**

8.1.3.1. Onde:

ID – é o Índice de Desempenho;

IDF – é o Índice de Disponibilidade de Faixas;

IDF = Número de Horas de Operação/Número máximo de horas de operação (NHo/NHt)

Valor de ID	Medida a ser adotada – Critério de Glosa
De 0,90 a 1,00	Não há Glosa
De 0,80 a 0,89	Glosa de 10% sobre o valor mensal da faixa
De 0,70 a 0,79	Glosa de 20% sobre o valor mensal da faixa
De 0,60 a 0,69	Glosa de 30% sobre o valor mensal da faixa
De 0,50 a 0,59	Glosa de 40% sobre o valor mensal da faixa
Se menor que 0,50	Glosa de 100% sobre o valor mensal da faixa (baixo desempenho da prestação do serviço)

(NHo/NHt)	Valor a ser adotado
De 0,90 a 1,00	IDF = 1,00
Se menor que 0,90	IDF = NHo/NHt

IEF – é o Índice de Eficiência do Equipamento.

IEF = [0,6\*(Índice de Aproveitamento de Registro de Imagem\_IRI) + [0,4\*(Índice de Leitura de Placa\_ILP)]

[0,6*(IRI) + 0,4*(ILP)]	Valor a ser adotado
De 0,90 a 1,00	IEF = 1,00
Se menor que 0,90	IEF = 0,6*(IRI) + 0,4*(ILP)

Onde IRI:

IRI	Valor a ser adotado
De 0,90 a 1,00	1,00
De 0,75 a 0,89	0,80
De 0,65 a 0,74	0,70
De 0,55 a 0,64	0,60
De 0,45 a 0,54	0,50
Abaixo de 0,45	0

Onde ILP:

ILP	Valor a ser adotado
De 0,90 a 1,00	1,00
De 0,75 a 0,84	0,80
De 0,65 a 0,74	0,70
De 0,55 a 0,64	0,60
De 0,45 a 0,54	0,50
Abaixo de 0,45	0

8.1.4. Valor a ser pago se dará pelo somatório dos valores de faixa multiplicados pelos seus índices de desempenho, se descontando as Glosas referentes ao Acordo de Nível de Serviço descritos no item 10.11.5, do Anexo I, deste Termo de Referência.

8.1.5. As glosas serão aplicadas sem prejuízo da eventual aplicação das penalidades previstas no Decreto n° 44.330/2023.

## 8.2. Do recebimento

8.2.1. O prazo máximo da entrega inicial dos serviços realizados pela CONTRATADA seguirá o previsto no cronograma de execução previsto neste Termo de Referência.

8.2.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, conforme artigo 140, I, a, da Lei n° 14.133/2021.

8.2.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.2.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.2.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.2.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.2.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.3. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.4. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório, conforme artigo 119 c/c artigo 140 da Lei n° 14.133, de 2021.

8.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.8.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

8.8.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

8.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do artigo 143 da Lei n° 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento

de cobrança.

8.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### 8.12. **Orientações Gerais sobre o recebimento**

8.12.1. Os serviços e equipamentos que forem realizados ou entregues em desacordo com o especificado deverão ser substituídos pela CONTRATADA em até 7 (sete) dias corridos e o seu descumprimento poderá acarretar sanções conforme previsto na legislação vigente.

8.12.2. Em caso de prorrogação do prazo de entrega, este poderá ser feito uma única vez, por prazo não superior a 15 (quinze) dias corridos. Deverá ser feito por escrito, justificadamente, antes de seu vencimento, comprovando que não houve culpa do fornecedor no descumprimento do prazo contratual.

8.12.3. Caso após o recebimento provisório constatar-se que os serviços possuem vícios aparentes ou redibitórios ou estão em desacordo com as especificações ou a proposta, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspensão do pagamento, até que seja sanado o problema.

#### 8.13. **Liquidação**

8.13.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.13.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.13.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.13.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.13.6.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 8.13.6.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.13.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.13.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.13.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.13.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### 8.14. **Prazo de Pagamento**

8.14.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da finalização da liquidação da despesa, em parcela única, conforme aceite por item da contratação, mediante emissão de Ordem Bancária – OB, junto ao Banco de Brasília S.A., em Brasília-DF, ou tratando-se de empresa de outro Estado que não tenha filial ou representação no Distrito Federal, junto ao banco indicado, conforme Decreto no 32.767/2011, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data de apresentação pela CONTRATADA da documentação fiscal correspondente e após o atestado da fiscalização do Detran-DF.

8.14.2. A entrega da Nota Fiscal deverá ser endereçada à Gerência de Controle Operacional de Trânsito (Gercop), localizada SGAN Quadra 907 Bloco T, Asa Norte, Brasília/DF, Telefone (61) 3448-3995, e-mail [gercop@detran.df.gov.br](mailto:gercop@detran.df.gov.br).

8.14.3. Não serão feitos pagamentos por entregas parciais;

8.14.4. Para o cálculo do valor devido deve-se considerar:

- 8.14.4.1. Valores a serem pagos pela(s) Ordem(ns) de Serviço (s)
- 8.14.4.2. Descontos de Glosas as Serem Aplicados

#### 8.15. **Forma de pagamento**

8.15.1. Os pagamentos serão realizados conforme determinado no Decreto Distrital nº. 32.598/2010, Aprova as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, em especial as normas descritas nos artigos 63 a 71, que regula a realização de pagamentos e demais legislações que regem a matéria, bem como pelas normas de pagamento presentes na Lei 14.133/2021 entre seus artigos 141 a 146 e demais legislações correlatas.

8.15.2. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, conforme previsto no item anterior.

8.15.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.15.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.15.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.15.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### 8.16. **Reajustamento**

8.16.1. Os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano da data do orçamento estimado, aplicando-se a variação acumulada do IPCA

## **9. JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO**

9.1. A análise acerca da viabilidade de parcelamento do objeto deve observar critérios técnicos, econômicos e operacionais, conforme disposto no art. 40 da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual o fracionamento da contratação deve ser adotado sempre que possível, desde que não comprometa a funcionalidade, a eficiência e a integridade da solução a ser CONTRATADA.

9.2. No caso em apreço, o objeto caracteriza-se como solução única, integrada e indivisível, envolvendo o fornecimento, transporte, instalação, configuração, operação assistida e manutenção de equipamentos de fiscalização eletrônica, cujos componentes tecnológicos, operacionais e de gestão são interdependentes. O parcelamento da contratação comprometeria a plena funcionalidade da solução, ao exigir a integração entre sistemas, equipamentos e serviços fornecidos por distintos contratados, elevando significativamente o risco de incompatibilidades técnicas, falhas operacionais e dificuldades na responsabilização por eventuais problemas.

9.3. A contratação unificada apresenta vantagens operacionais relevantes, ao permitir a centralização da gestão contratual, a padronização dos procedimentos, a otimização da fiscalização e a redução dos riscos de descontinuidade na execução. A existência de um único responsável pela totalidade da solução assegura maior uniformidade na prestação dos serviços, maior controle sobre os níveis de desempenho e maior previsibilidade quanto ao cumprimento de prazos e resultados.

9.4. Por outro lado, o fracionamento do objeto imporia à Administração a necessidade de gerenciar múltiplos contratos e fornecedores, aumentando a complexidade administrativa, a sobreposição de responsabilidades e os custos indiretos relacionados à fiscalização, coordenação e integração das entregas. Tal cenário contraria os princípios da eficiência, economicidade e racionalização dos recursos públicos, além de potencialmente comprometer a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

9.5. Ademais, a fragmentação da solução ampliaria o risco de atrasos ou falhas na execução, uma vez que o desempenho global passaria a depender da atuação coordenada de diversos fornecedores, o que poderia impactar negativamente o cumprimento do cronograma e a operacionalidade do sistema como um todo.

9.6. A opção pela contratação unificada encontra respaldo na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão nº 5.260/2011, que admite a adjudicação por lotes ou a contratação conjunta de itens correlatos, desde que comprovada a identidade de natureza do objeto e apresentada justificativa técnica para a não adoção do parcelamento, como ocorre no presente caso.

9.7. Ressalte-se, ainda, como já informado neste Termo de Referência, visando ampliar a competitividade e mitigar eventuais barreiras à participação, será admitida a formação de consórcios, nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que atendidas as exigências legais e apresentado o competente Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio juntamente com a documentação de habilitação.

9.8. Diante do exposto, conclui-se que o parcelamento do objeto não se mostra técnica, operacional ou economicamente viável, sendo a contratação unificada a alternativa que melhor atende ao interesse público e às necessidades do Detran-DF, ao assegurar maior eficiência administrativa, continuidade operacional e qualidade na prestação dos serviços.

## **10. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

10.1. A presente contratação tem como objetivo estratégico o fortalecimento da fiscalização de trânsito no âmbito das vias urbanas sob a jurisdição do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran-DF, por meio da implantação e operação de equipamentos de fiscalização eletrônica do tipo registradores eletrônicos de infrações de trânsito para avanço de sinal vermelho. A adoção dessa solução visa incrementar a segurança viária, promover maior disciplina no tráfego e reduzir a ocorrência de acidentes decorrentes do desrespeito à sinalização semafórica.

10.2. Com a disponibilização contínua, confiável e tecnicamente adequada dos equipamentos, espera-se assegurar a captura precisa e tempestiva das infrações, com elevada qualidade dos registros, robustez operacional e aderência aos requisitos legais e normativos. Tal medida contribui diretamente para o aumento da efetividade da fiscalização, para a padronização dos procedimentos e para o aprimoramento da gestão do tráfego urbano.

10.3. A modernização do sistema de fiscalização eletrônica constitui ação estruturante, capaz de gerar resultados mensuráveis e permanentes, destacando-se, entre os principais resultados pretendidos:

- a) Ampliação e qualificação da cobertura de fiscalização, com incremento do número de faixas monitoradas e melhor distribuição dos equipamentos, conforme os estudos técnicos realizados, permitindo maior alcance das ações fiscalizatórias;
- b) Implantação de pontos de captura em áreas críticas, especialmente em regiões com elevado índice de acidentes, novas Regiões Administrativas e áreas em processo de expansão urbana, contribuindo para a mitigação de riscos e para a prevenção de sinistros de trânsito;
- c) Integração plena dos equipamentos aos sistemas corporativos do Detran-DF, assegurando interoperabilidade, confiabilidade dos dados, rastreabilidade das informações e suporte às atividades de atuação, análise e gestão;
- d) Otimização da gestão dos equipamentos, por meio de recursos de automação, monitoramento remoto, manutenção preventiva e análise de dados, reduzindo indisponibilidades, falhas operacionais e custos associados a intervenções corretivas;
- e) Apoio às ações de Segurança Pública, mediante o compartilhamento de informações e integração com sistemas institucionais do Detran-DF, ampliando a capacidade de resposta e a resolutividade na apuração de ilícitos;
- f) Alinhamento às diretrizes institucionais, ao Planejamento Estratégico e ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do Detran-DF, garantindo coerência entre a contratação, os objetivos organizacionais e as políticas públicas de mobilidade e segurança viária;
- g) Fortalecimento da capacidade institucional do Detran-DF, com a adoção de soluções tecnológicas avançadas voltadas à gestão inteligente do tráfego, promovendo melhorias contínuas na mobilidade urbana, na segurança viária e na qualidade dos serviços prestados à sociedade.

10.4. A implementação dos equipamentos de fiscalização eletrônica previstos neste Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência permitirá ampliar de forma significativa a capacidade de monitoramento, controle e fiscalização das vias urbanas, contribuindo para a redução de infrações, a prevenção de acidentes e a promoção de um trânsito mais seguro, ordenado e sustentável.

10.5. Dessa forma, a contratação de empresa detentora de comprovada capacidade técnica e experiência específica na implantação e operação dessa tecnologia revela-se essencial para assegurar a eficácia da solução, o adequado desempenho dos equipamentos e o uso eficiente dos recursos públicos, evitando a adoção de soluções inadequadas ou insuficientes frente às necessidades operacionais do Detran-DF.

## **11. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO**

11.1. A presente contratação pode gerar impactos ambientais relacionados ao descarte de equipamentos, peças e acessórios inservíveis, resultantes das atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos. Esses resíduos, classificados como lixo eletrônico, representam riscos significativos ao meio ambiente, uma vez que contém metais pesados que, ao entrarem em contato com o solo, podem contaminar lençóis freáticos e, quando incinerados, poluir a atmosfera. Além disso, tais resíduos são potencialmente nocivos à saúde humana e à fauna, podendo causar doenças graves e mortalidade em diversas espécies.

11.2. Embora os equipamentos desta contratação sejam projetados para aprimorar a comunicação com os usuários e, consequentemente, a segurança viária, é imprescindível considerar os possíveis efeitos adversos ao meio ambiente. Entre os principais impactos ambientais associados à operação desses equipamentos, destacam-se:

11.2.1. Consumo de energia: Os Registradores Eletrônicos de Infrações de Trânsito demandam fontes de energia elétrica, seja por meio de conexão à rede, painéis solares ou baterias. A depender da escala de implantação e da eficiência energética dos dispositivos, o consumo de energia pode contribuir para o aumento da demanda energética e, caso a fonte não seja renovável, para a emissão de gases de efeito estufa. O descarte inadequado de acessórios e peças também representa risco ambiental relevante.

11.2.2. Geração de resíduos eletrônicos: A substituição de componentes durante a manutenção pode aumentar a produção de resíduos eletrônicos. Caso não sejam devidamente gerenciados, esses resíduos podem causar contaminação do solo e da água, devido à presença de substâncias tóxicas em sua composição.

11.3. Tais impactos podem ser mitigados por meio da adoção de práticas sustentáveis de gestão e planejamento, como a utilização de fontes de energia renováveis, a implementação de programas de reciclagem de equipamentos, a escolha criteriosa dos locais de instalação e o uso de dispositivos que reduzam a poluição luminosa.

11.4. Em conformidade com a Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, exige-se da CONTRATADA a observância dos critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

11.5. Dessa forma, é essencial considerar os impactos ambientais decorrentes da utilização dos REIT III e adotar medidas eficazes para minimizar seus efeitos negativos. Entre as ações recomendadas, destacam-se:

11.5.1. Consumo de energia: Priorizar soluções sustentáveis para o fornecimento de energia aos equipamentos, como o uso de painéis solares de alta eficiência;

11.5.2. Descarte de resíduos: Observar as normas e diretrizes estabelecidas pelo Instituto Brasília Ambiental (IBRAM/DF) quanto ao descarte adequado de resíduos eletrônicos.

11.5.3. A CONTRATADA deverá implementar práticas de gerenciamento de resíduos que incluam coleta seletiva, reciclagem e descarte seguro de componentes eletrônicos e baterias utilizadas nos equipamentos, assegurando conformidade com a legislação ambiental vigente e contribuindo para a preservação do meio ambiente.

## **12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **12.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

12.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global, como modo de disputa aberto e fechado.

12.1.2. O contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o objeto consiste na prestação de serviços contínuos, com fornecimento de equipamentos, operação, manutenção e gestão integrada da solução tecnológica.

12.1.3. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências contidas neste Termo de Referência e/ou Edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado.

12.1.4. Os preços deverão ser expressos em reais e conter todos os tributos e encargos decorrentes da prestação dos serviços relativos à esta contratação. Os preços deverão ser cotados com até 2 (duas) casas decimais.

12.1.5. A licitante classificada e habilitada provisoriamente em primeiro lugar deve preencher o(s) modelo(s) de proposta de preços (ANEXO III), em que for vencedor, conforme melhor lance ofertado para o item ou grupo de itens.

12.1.6. No caso de desclassificação da licitante, será convocada a próxima licitante classificada para envio da proposta de preços e assim sucessivamente, até que uma licitante cumpra os requisitos e funcionalidades especificadas e seja declarada vencedora. Exigências de habilitação.

### **12.2. Exigências de habilitação**

12.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **12.3. Habilitação jurídica**

12.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.3.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.3.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

12.3.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

12.3.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.3.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **12.4. Regularidade fiscal, social e trabalhista**

12.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

### **12.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**

12.5.1. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.5.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.5.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.5.4. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.5.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **12.6. Qualificação Econômico-Financeira**

12.6.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

12.6.2. Certidão Negativa de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial, consoante a Lei Federal nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que estejam no prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.

12.6.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

**I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);**

**II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e**

**III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).**

12.6.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

12.6.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 65, §1º).

12.6.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 69, §6º)

12.6.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### 12.7. **Qualificação Técnica**

#### 12.8. **Capacidade Técnica-operacional**

12.8.1. Considerando a relevância que os serviços objeto desta contratação têm para a CONTRATANTE, para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar comprovação de aptidão, mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público e privado, comprovando o fornecimento similar ao objeto deste Termo de Referência.

12.8.2. A licitante deverá apresentar na fase de habilitação a comprovação de já ter executado ou estar executando serviços similares aos da presente licitação, através de atestado fornecido por pessoa de direito público ou privado, no qual constem as seguintes informações:

12.8.2.1. Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA do Estado onde a Empresa tem a sua sede.

12.8.2.2. Comprovação de capacidade técnico-operacional mediante a apresentação de uma ou mais Certidões de Acervo Operacional – CAO emitidas pelo Conselho competente e/ou um ou mais Atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificadas, em nome da interessada, que comprovem a prévia execução de serviços similares e de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior às constantes do objeto da licitação, especificando necessariamente o tipo de serviço e o prazo de execução.

12.8.2.3. Declaração de Responsabilidade Técnica conforme modelo apresentado, indicando o(s) Responsável(eis) Técnico(s).

12.8.2.4. O(s) atestado(s) deve(m) fazer menção expressa aos seguintes aspectos: data, número de contrato e objeto do contrato com a descrição das características dos equipamentos de fiscalização eletrônica e das câmeras de monitoramento utilizadas, dos serviços prestados e/ou produtos ofertados e suas respectivas quantidades devendo constar, obrigatoriamente, serviços relativos à captação e processamento de imagens de veículos.

12.8.2.5. Para efeito desta condição, o quantitativo total atestado deve comprovar a instalação/operação de pontos de fiscalização eletrônica de velocidade, com pelo menos a metade com reconhecimento automático de placas – OCR (LPR).

12.8.2.6. Atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, com responsabilidade em administração de trânsito atinente a vias urbanas ou rurais, registrado(s) no CREA, em nome da licitante, comprovando por meio de acervo técnico que o(s) mesmo(s) realizou(aram) ou executou(aram) serviços, com características semelhantes às estabelecidas neste Termo de Referência de:

a) Instalação, operação e manutenção de 160 faixas de monitoramento de fase vermelha do semáforo (avanço semafórico) e excesso de velocidade (intrusivo);

b) Instalação, operação e manutenção de 30 faixas de monitoramento de fase vermelha do semáforo (avanço semafórico) e excesso de velocidade (não intrusivo);

c) Utilização de Método de Assentamento de eletroduto Não Destrutivo (M.N.D) em pelo menos 90 faixas.

12.8.3. Nos atestados devem constar ainda o objeto do contrato, com descrição das características dos equipamentos de fiscalização eletrônicas utilizadas e dos serviços prestados;

12.8.4. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se à serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

12.8.5. O somatório dos acervos técnicos dos profissionais da empresa licitante constitui o acervo técnico.

12.8.6. Somente serão aceitos atestados, em relação aos equipamentos, de serviços pertinentes ao controle eletrônico fixo de velocidade, de serviços de detecção do desrespeito à sinalização semafórica, de contagem de eixos, e de serviço de vídeo monitoramento, nas mesmas quantidades previstas anteriormente.

12.8.7. Não será(ão) aceito(s) atestado(s) referente(s) a teste(s), demonstração e/ou cortesia.

12.8.8. Antes da habilitação da Licitante vencedora, a CONTRATANTE poderá realizar diligência/visita técnica, a fim de se comprovar a autenticidade e veracidade do (s) Atestado (s) de Capacidade Técnica apresentado (s) pela LICITANTE vencedora do certame, quando, poderá ser requerida cópia do(s) contrato(s), nota(s) fiscal(is) ou qualquer outro documento que comprove inequivocamente que o fornecimento apresentado no (s) atestado(s) foi(ram) prestado(s).

12.8.8.1. O atestado de capacidade técnica submetido à diligência, quando invalidado pela falta de comprovação da execução dos serviços nele contidos, ensejará à empresa que o apresentou, a imediata desclassificação do presente processo licitatório, além de possível aplicação das penalidades administrativas, cíveis e penais previstas em lei.

12.8.8.2. Os documentos e certificações exigidos para habilitação, salvo aqueles emitidos pela licitante, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia própria, devidamente autenticados em cartório, seja por tabelião de notas ou ainda por publicação em órgão da imprensa oficial, reservado ao Pregoeiro, direito de exigir a apresentação dos originais, a seu critério, assim como proceder às diligências sobre a autenticidade desses documentos.

12.8.9. As licitantes deverão evitar a apresentação de documentos não legíveis, em duplicidade e, ainda, a inclusão de material supérfluo ou dispensável;

12.8.10. Só serão aceitos os atestados de capacidade técnica que possuírem obrigatoriamente os dados completos do seu emissor como: nome do órgão, endereço da execução do serviço, descrição das atividades, conforme especificado no Termo de Referência, além dos dados do responsável pela sua assinatura como telefone, RG e CPF, reservado ao Pregoeiro, a seu critério, proceder às diligências para garantia da sua autenticidade. Os Atestados de Capacidade Técnica submetidos à diligência, quando invalidados pela falta de comprovação da execução dos serviços neles contidos, ensejará à empresa que os apresentou, a imediata desclassificação do presente processo licitatório, além de possível aplicação das penalidades administrativas, cíveis e penais previstas em lei;

12.8.11. Não serão considerados atestados de capacidade técnica oriundos de contratos firmados com outras empresas que pertençam ao mesmo grupo financeiro ou cujo contrato social possua sócio(s) que seja(m) de mesma titularidade do licitante;

12.8.12. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços.

12.8.13. A licitante deverá encaminhar o Termo de Confidencialidade e Sigilo, além do Termo de Ciência, assinados, conforme modelos constantes nos anexos deste Termo de referência, juntamente com as demais documentações de habilitação, para fins de habilitação.

12.8.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido no Edital.

#### 12.8.15. **Capacidade Técnica-Profissional**

12.8.15.1. Prova de registro ou inscrição do(s) responsável(is) técnico(s) da licitante na entidade profissional competente (CREA ou CAU).

12.8.15.2. Todos os responsáveis técnicos indicados deverão, obrigatoriamente, por ocasião da celebração do contrato, comprovar a condição de vínculo com a empresa CONTRATADA em uma das seguintes condições:



a) Por contrato de prestação de serviço celebrado de acordo com a legislação civil, ou;

b) Por meio de cópia autenticada da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social acompanhada de cópia do Registro de Empregados, no caso de empregado da CONTRATADA, ou;

c) Por meio do Contrato Social da Empresa ou Certidão de Pessoa Jurídica do CREA, para o sócio ou proprietário.

12.8.15.3. É vedada indicação de um mesmo profissional como Responsável Técnico por mais de uma empresa proponente, fato este, que desqualificará todas as envolvidas.

12.8.15.4. O profissional indicado deverá apresentar no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica devidamente registrado no CREA/CAU, que comprove já ter executado ou estar executando serviços similares ao objeto deste Termo de Referência.

## 12.9. Avaliação de Conformidade com base na homologação de amostra

12.9.1. Após a conclusão da avaliação documental da proposta técnica, a licitante melhor classificada será convocada a realizar a etapa de avaliação de conformidade para fins de homologação de amostra, sem ônus para o CONTRATANTE. Na ocasião, a avaliação técnica, que consiste em uma avaliação prévia do funcionamento e do desempenho dos equipamentos e sistemas apresentados pela LICITANTE, de acordo com as especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência e no Anexo II (AVALIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EM CAMPO).

12.9.2. A avaliação de campo realizada por uma Comissão de Avaliação, formada por representantes da área demandante e pela Equipe de Planejamento desta Licitação.

12.9.3. Os exames práticos serão realizados em estrita conformidade com o que estiver expresso neste Termo de Referência, vedando-se qualquer outra avaliação complementar;

12.9.4. A licitante deverá indicar até dois representantes para que acompanhem a avaliação de seus equipamentos junto a Comissão do DETRAN/DF;

12.9.5. Será permitida a permanência de no máximo 01 (uma) pessoa indicada por cada uma das outras licitantes nos locais de instalação para acompanhar a operação dos sistemas na avaliação em campo;

## 13. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. Após a análise dos resultados nas duas planilhas, o valor total estimado para a pretensa contratação é de R\$ 15.157.917,36 (Quinze milhões, cento e cinquenta e sete mil, novecentos e dezessete reais e trinta e seis centavos) por ano, com valor total global de R\$ 75.789.586,80 (Setenta e cinco milhões, setecentos e oitenta e nove mil, quinhentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos), podendo haver prorrogação do contrato até o limite decenal previsto no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. Os valores foram definidos utilizando metodologia legal, com base em uma ampla pesquisa de preços, que sinaliza valor de referência que representa o de mercado, conforme Mapa Comparativo de Preços 2(SEI nº 200691982).

Dessa forma, a planilha abaixo apresenta os valores finais da contratação:

PLANILHA DE COTAÇÃO FINAL DA LICITAÇÃO						
ITENS	OBJETO DA CONTRATAÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (menor valor)	PREÇO MENSAL (quantitativo x menor valor)	PREÇO ANUAL	PREÇO GLOBAL (60 meses de contrato)
1	Equipamento REIT III – Avanço de sinal vermelho	381 faixas/mês	R\$ 3.315,38	R\$ 1.263.159,78	R\$ 15.157.917,36	R\$ 75.789.586,80

13.3. Em observância às normas vigentes e, em especial, às diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e pela Portaria nº 514/2018, a equipe responsável pelo planejamento da contratação adotou os seguintes critérios:

a) **Coleta de Preços:** Foram considerados quatro preços públicos, atendendo ao requisito da IN 65/2021 de possuir ao menos três valores válidos para cálculo estatístico, bem como a Portaria nº 514/20218 que estabelece as fontes oficiais para obtenção de valores de referência.

b) **Cálculo inicial da média e mediana:** Aplicaram-se os métodos estatísticos previstos na IN 65/2021, que admite o uso de média, mediana ou menor valor como base para composição da estimativa de preços.

c) **Identificação dos preços exorbitantes e inexequíveis:** como sendo aqueles que se apresentem 50% (cinquenta por cento) superiores ou inferiores, respectivamente, da mediana do conjunto, conforme previsão do artigo 100 do Decreto nº 44.330/2023.

d) **Reaplicação dos cálculos após depuração da série de preços:** Após a identificação dos valores exorbitantes e inexequíveis, realização cálculo da média e da mediana dos valores válidos. Em seguida, foram estabelecidos o menor valor entre a mediana final e a média para estabelecimento da estimativa do valor da contratação.

e) **Cálculo do valor anual e global:** Com base no valor unitário final, procederam-se às estimativas dos valores anual e global da contratação referente à locação e operação dos equipamentos REIT III.

13.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

13.5. Os reajustes dos preços dos serviços que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com o encerramento do ajuste.

13.6. Os reajustes serão formalizados por apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, quando deverão ser formalizados por meio de Termo Aditivo.

## 13.7. Análise do Custo Total de Propriedade (Total Cost of Ownership – TCO)

13.7.1. Em atendimento ao disposto no art. 11, inciso III, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, foi realizada a análise do Custo Total de Propriedade (Total Cost of Ownership – TCO) das soluções técnica e funcionalmente viáveis, considerando todos os custos diretos e indiretos associados à execução do objeto ao longo da vigência contratual.

13.7.2. Ressalta-se que a presente contratação adota o modelo de prestação de serviços especializados, com remuneração mensal vinculada à disponibilização e operação das faixas monitoradas, estando todos os custos necessários à plena execução do objeto embutidos no valor mensal contratado, conforme demonstrado no Mapa Comparativo de Preço e quadro presente no Estudo Técnico Preliminar deste processo licitatório.

13.7.3. A análise do Custo Total de Propriedade demonstra que o valor estimado da contratação contempla todos os custos necessários à plena execução do objeto ao longo de sua vigência, incluindo a disponibilização dos equipamentos, a operação contínua do sistema, a manutenção preventiva e corretiva, o suporte técnico, as telecomunicações e a atualização tecnológica da solução.

13.7.4. O modelo de contratação de serviços especializados proporciona maior previsibilidade orçamentária, mitigação de riscos operacionais e transferência da responsabilidade pela continuidade e sustentabilidade tecnológica da solução à empresa CONTRATADA, mostrando-se mais vantajoso para a Administração quando comparado à execução direta ou à aquisição isolada de equipamentos.

13.8. **Da não utilização do Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas**

13.8.1. Para fins de estimativa do valor da contratação, não foram utilizados preços constantes no Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, previsto na Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022.

13.8.2. Tal opção decorre do fato de que o objeto consiste em serviço finalístico de fiscalização eletrônica de trânsito, com solução integrada e características próprias, não se enquadrando nas tipologias de soluções de TIC padronizadas abrangidas pelo referido catálogo.

13.8.3. Nos termos do art. 20, § 3º, da IN SGD/ME nº 94/2022, a estimativa de preços foi elaborada com base em pesquisa de preços públicos de contratações similares, conforme detalhado no Mapa Comparativo de Preços que integra os autos, metodologia que se mostrou mais adequada à realidade do mercado e às necessidades do Detran-DF.

14. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I – Unidade Gestora: 220201 - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DF - DETRAN-DF / Gestão: 22201 - DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DF

II – Fonte de Recursos: 237/437;

III – Programa de Trabalho:

DESCRIÇÃO	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA	META	SUBTÍTULO
Gestão de Atividade de Policiamento e Fiscalização de Trânsito	06	181	6217	2801	0001
Gestão de Atividade de Engenharia de Trânsito	06	452	6217	2469	0001

IV – Elemento de Despesa: 3.3.90.39 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica

V – Plano Interno: N/A

14.2. As justificativas para a utilização de multas de trânsito como fonte de recursos se dá em razão da previsão legal do Código de Trânsito Brasileiro e da Resolução Contran nº 875, de 13 de setembro de 2021.

Art. 320/CTB. A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, em engenharia de tráfego, em engenharia de campo, em policiamento, em fiscalização, em renovação de frota circulante e em educação de trânsito.

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 875, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021. Dispõe sobre as formas de aplicação da receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito, conforme previsto no caput do art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe conferem os incisos I, II, V e XXX do art. 12 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 80000.048772/2010-41, resolve:

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre as formas de aplicação da receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito, conforme previsto no caput do art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Seção I Da Natureza da Receita

Art. 2º As multas aplicadas com a finalidade de punir quem transgredir a legislação de trânsito são receitas públicas orçamentárias e destinadas a atender, exclusivamente, as despesas públicas com sinalização, engenharia de tráfego e de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito.

(...)

Art. 7º A engenharia de campo, ramo da engenharia de transporte, é o conjunto de atividades relacionadas com a execução de serviços e obras nas vias e rodovias, suas redes e terrenos adjacentes, inclusive a integração de todos os modos e tipos de transportes, voltadas a ampliar as condições de fluidez e de segurança no trânsito, visando à movimentação segura, eficiente e conveniente de pessoas, veículos e cargas, a saber: já existentes;

I - desenvolvimento e implantação de corredores especiais de trânsito nas vias;

II - adequações e melhorias do sistema viário, das faixas de domínio e das margens de vias e rodovias;

III - ações e intervenções para a implementação da engenharia de tráfego, previstas nos arts. 4º e 5º desta Resolução; e

IV - outras atividades previstas em legislação específica.

Art. 8º São considerados elementos de despesas com engenharia de campo os procedimentos executivos em vias e ou rodovias para:

I - implantação de soluções para tratamento de segmentos críticos visando à minimização de acidentes de trânsito; conservação da sinalização.

(...)

XIV - aquisição, conservação e manutenção de equipamentos e materiais necessários ao levantamento de dados de engenharia de campo;

Art. 9º O policiamento e a fiscalização são os atos de prevenção e repressão que visam a controlar o cumprimento da legislação de trânsito, por meio do poder de polícia administrativa. Art. 10. São considerados elementos de despesas com policiamento e fiscalização:

I - capacitação de autoridades, de agentes de trânsito e agente de autoridade de trânsito;

II - material e equipamento para policiamento; III - serviço de recolhimento de animais soltos;

(...)

VI - equipamento ou instrumento fixo registrador de avanço de sinal vermelho, de parada sobre a faixa de pedestre e videomonitoramento para fiscalização de trânsito;

VII - aquisição, locação, manutenção e aferição de etilômetro;

VIII - aquisição, locação, manutenção e aferição de equipamento medidor de transmitância luminosa e de poluição sonora e atmosférica;

IX - operação, manutenção e transferência de infraestrutura instalada;

X - aquisição e/ou locação de veículos e viaturas – motos, triciclos, quadriciclos, caminhões, reboques, microônibus, minivans, aeronaves – com instalações e/ou equipamentos de policiamento e fiscalização;

XI - armazenamento de imagens para controle de infração de trânsito, relativas às notificações de autuação e de penalidade;

XII - emissão, expedição e publicação de notificações de autuação, de penalidade, de multa pública, de inclusão em dívida ativa e do resultado da defesa da autuação e/ou de recursos de infrações de trânsito;

XIII - manutenção, conservação e funcionamento das Juntas Administrativas de Recursos de Infração (JARI) da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e respectivas Câmaras Temáticas, do Conselho Estadual de Trânsito (CETTRAN), do Conselho de Trânsito do Distrito Federal (CONTRAN-DF) e do Colegiado Especial previsto no inciso I do art. 289 do CTB.

XIV - construção, manutenção, conservação e funcionamento de centros descentralizados de controle operacional de trânsito e de postos de policiamento, fiscalização e monitoramento eletrônico viário;

XV - instalação, operação, manutenção e aferição de equipamentos de controle de peso;

XVI - aquisição, locação, manutenção e configuração de talão eletrônico;

XVII - tarifas bancárias – arrecadação e cobrança, débito em conta, cartões de débito e crédito, referentes à notificação de penalidade;

XVIII - diárias e locomoção dos agentes de trânsito em operações de policiamento e fiscalização;

XIX - realização de ações conjuntas de policiamento e fiscalização;

XX - uniformes e acessórios para agentes de trânsito e agentes da autoridade de trânsito;

XXI - implementação, informatização e manutenção de sistemas informatizados para processamento de multas de trânsito e demais procedimentos relativos;

XXII - serviços de terceiros necessários ao exercício do policiamento e da fiscalização do trânsito; e

XXIII - manutenção e abastecimento da frota operacional destinada ao policiamento e à fiscalização de trânsito.

- 14.3. **Da compatibilidade da contratação com a Lei de Diretrizes Orçamentárias**
- 14.3.1. Certifica-se que o objeto da presente contratação é compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2026, instituída pela Lei nº 7.735, de 22 de julho de 2025.
- 14.3.2. Nos termos do art. 2º, inciso II, da referida Lei, a elaboração e a execução das despesas públicas devem visar ao alcance dos objetivos e metas previstos no Plano Plurianual – PPA 2024–2027, ao qual se vinculam as ações finalísticas do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran-DF, especialmente aquelas relacionadas à segurança viária e à fiscalização de trânsito.
- 14.3.3. Adicionalmente, o art. 3º da Lei nº 7.735/2025 estabelece que as programações orçamentárias devem guardar compatibilidade com o Anexo de Metas e Prioridades da LDO, evidenciando que a contratação se insere nas diretrizes e prioridades governamentais para o exercício de 2026.

15. **DOS ANEXOS**

- 15.1. São partes integrantes deste Termo de Referência, os seguintes anexos:
- 15.2. ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;
- 15.3. ANEXO II - DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS;
- 15.4. ANEXO III - AVALIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EM CAMPO;
- 15.5. ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA FORMAÇÃO DE PREÇOS;
- 15.6. ANEXO V - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE CORPORATIVO;
- 15.7. ANEXO VI - TERMO DE ENTREGA DE EQUIPAMENTO;
- 15.8. ANEXO VII - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE EQUIPAMENTO;
- 15.9. ANEXO VIII - FORMULÁRIO DE CADASTRO RESERVA; e
- 15.10. ANEXO IX - MODELOS DE DECLARAÇÕES.
1. Declaração de Responsabilidade Técnica
  2. Declaração de Atestado de Vistoria
  3. Declaração de Dispensa de Vistoria
  4. Declaração para os fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019 e artigo 14 da Lei 14.133/2021
  5. Declaração para Atendimento à Lei Distrital n.º 4.779/2012
  6. Declaração - Lei Federal 8.213/91
  7. Declaração para atendimento à Lei Distrital n.º 6.128/2018
  8. Declaração para atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados - Lei n.º 13.709/2018
  9. Declaração Pessoa Jurídica

16. **RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

O presente Termo de Referência foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa SGD/ME N.º 94, de 2023, recepcionada pelo Decreto Distrital N.º 45.011, 27 de setembro de 2023, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades apresentadas pela Área Demandante. Além disso, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis.		
<b>Equipe de Planejamento da Contratação</b>		
Instrução nº 199 de 98 de abril de 2026, publicada no DODF de 10/4/2026 (SEI/GDF nº 199951464)		
<b>Waldir da Silva Ferreira Junior</b> Matrícula: 256.634-6 Integrante Técnico	<b>Eduardo Dutra</b> Matrícula: 1.725.691-7 Integrante Requisitante	<b>Glauber Santos Naves Peixoto</b> Matrícula: 67.261-0 Integrante Administrativo

17. **DA APROVAÇÃO**

- 17.1. Considerando os termos do Decreto Distrital N.º 45.011, 27 de setembro de 2023, que recepcionou a Instrução Normativa SGD/ME N.º 94, de 2023, **APROVO** o presente Termo de Referência e ratifico a veracidade de todas as informações exaradas, assim como afirmo a ausência de direcionamento do objeto em tela.

Marcu Antônio de Souza Bellini  
Diretor-geral do Detran-DF

**ANEXO II**  
**DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS**

1. A solução abrangerá o controle de infrações por desrespeito à sinalização semafórica e utilização indevida de faixas exclusivas, além da identificação automática de placas veiculares e outras infrações específicas relacionadas a determinados tipos de veículos.
2. Todos os equipamentos a serem fornecidos e instalados com vistas ao cumprimento do objeto da contratação em referência devem atender todos os requisitos legais, bem como os critérios de qualidade e eficiência especificados neste Estudo Técnico e no Termo de Referência.
3. A solução de fiscalização eletrônica e análise de dados para os Registradores Eletrônicos de Infrações de Trânsito – REIT, relacionados na tabela com os quantitativos a seguir, deverá ser composta exclusivamente por equipamentos comprovadamente homologados pelo Inmetro, no que couber, estando previsto o fornecimento de todos os itens, materiais (caixa hermética, postes, parafusos, cabos, fios, suportes, etc.), serviços e equipamentos necessários para a correta instalação, ligação na rede elétrica (o

pagamento do consumo de energia será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA), transporte, manutenção, substituição (devido ao mal funcionamento, quebra, vandalismo ou manutenção, obras no pavimento, remanejamento/rodízio de equipamentos), fornecimento de energia elétrica e infraestrutura tecnológica (softwares, sistemas, aplicações, controle estatístico das faixas, contagem e classificação de tráfego, fiscalização com uso do OCR/LPR, link de comunicação de dados, dispositivos de segurança, no-break, etc.), devendo estar incluso todos e quaisquer materiais e serviços necessários para a instalação e o funcionamento ininterrupto de todos os equipamentos durante todo o período do contrato, bem como as aferições necessárias (inicial, eventuais e periódica), conforme especificados neste Estudo Técnico, no Termo de Referência e em legislações vigentes.

4. De forma global, os equipamentos e sistemas deverão ser capazes de:

- 4.1. Detecção de passagem de veículos automotores;
- 4.2. Registro da imagem do veículo;
- 4.3. Identificação da placa do veículo;
- 4.4. Transmissão das informações através de um sistema de comunicação apropriado para um sistema de gestão;
- 4.5. Consulta em Banco de Dados Cadastral de forma “online”;
- 4.6. Fiscalização automática das interseções semaforizadas;
- 4.7. Fiscalização do tráfego em faixa ou pista regulamentada como sendo exclusiva para determinado tipo de veículo;
- 4.8. Registro das imagens dos veículos em excesso de velocidade e de veículos que avançam o sinal vermelho;
- 4.9. Identificação do tempo de percurso para determinado trecho entre dois equipamentos;
- 4.10. Transmissão das imagens e irregularidades constatadas, através de um sistema de telecomunicação apropriado sem fio, para um sistema de gestão;
- 4.11. Apresentar mecanismos de segurança à rede de transmissão, controle de acesso e privacidade de todas as informações produzidas e consultadas;
- 4.12. Monitoramento do trânsito em tempo real por meio de imagens, bem como apresentar a política de descarte dos dados após transmissão;
- 4.13. Fornecimento de dados estatísticos e emissão de relatórios gerenciais do tráfego nas vias controladas.

5. Para a implantação do gerenciamento do tráfego especificado, estão compreendidas, no escopo dos serviços, as tarefas descritas a seguir:

- 5.1. Apoio logístico, operacional e tecnológico à fiscalização e a engenharia de trânsito (quando for o caso), aplicáveis ao monitoramento das placas de identificação dos veículos e na verificação das velocidades desenvolvidas pelos veículos;
- 5.2. Implementação dos sistemas computacionais necessários a gestão de equipamentos, tráfego e mobilidade, bem como a execução dos serviços previstos, e que permitam integração com soluções tecnológicas existentes no DETRAN/DF ou que venham a ser adquiridas, devendo monitorar de forma inteligente, e sejam integrados a uma interface que permita a gestão dos equipamentos, do tráfego e da mobilidade nas vias sob circunscrição do DETRAN/DF, baseado em eventos parametrizáveis tais como: níveis de congestionamento; lentidão; velocidade média; acidentes; obras; interdições; veículos parados; necessidade de manutenção na via; mapa de calor por evento; dentre outros, facilitando assim a tomada de decisões;
- 5.3. Suporte técnico especializado e atualização de sistemas e equipamentos;
- 5.4. Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e sistemas;
- 5.5. Treinamento e apoio específico para todos os profissionais envolvidos na utilização dos equipamentos e sistemas previstos no contrato.

6. Os equipamentos dotados de tecnologia OCR/LPR (Optical Character Recognition) deverão ser capazes, de forma adicional e nas quantidades previstas, de efetuar o registro on line e/ou em tempo real da placa de todos os veículos que trafegam na via, em sua área de abrangência, por meio de leitura automática de placas, que deverá permitir a identificação de irregularidades administrativas de veículos, tais como veículos furtados/roubados, licenciamento atrasado, busca/apreensão, bem como possibilitar a pesquisa de tempo de percurso para determinado trecho entre dois equipamentos, respeitando os seguintes parâmetros:

- 6.1. A capacidade técnica de transmissão deverá ser dimensionada para atender satisfatoriamente, e dentro das necessidades da fiscalização de trânsito, a demanda de tráfego prevista nas vias do Distrito Federal.

7. Os equipamentos do tipo Registrador Eletrônico de Infrações de Trânsito para Avanço de Sinal Vermelho (REIT III) deverão ser instalados em suporte próprio, pórticos ou estruturas especiais, conforme suas características técnicas. Os sistemas contratados, bem como os mobiliários e hardwares, deverão ser disponibilizados em perfeitas condições de funcionamento, garantindo a plena operabilidade.

8. O equipamento dotado da capacidade de fiscalização do desrespeito à sinalização semaforizada deverá estar de acordo com o disposto na RESOLUÇÃO Nº 920, de 28 de março de 2022, do CONTRAN. 9.10. Os equipamentos deverão ser fornecidos com a devida aferição pelo Inmetro, quando necessários, e deverá possuir Laudo de Comprovação de Aferição Individual.

9. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento dos equipamentos devidamente aferidos bem como todos os custos e despesas relativos à aferição e certificação dos equipamentos.

10. Para efeito de cumprimento do cronograma de instalação dos equipamentos, será considerada a data de entrega deles em condições de aferição pelo Inmetro acompanhada da comprovação da documentação de solicitação de aferição, bem como do Termo de Entrega de Equipamento.

11. A periodicidade das aferições deverá atender as resoluções do Contran e demais normas vigentes, ou seja, 12 (doze) meses ou quando notada alguma irregularidade no funcionamento do equipamento em questão, que não possa ser reparada sem a retirada do lacre do Inmetro.

12. Todos os equipamentos de fiscalização eletrônica deverão ser homologados posteriormente pelo DETRAN/DF, após a assinatura do Contrato, e somente serão efetivamente considerados em funcionamento após o atendimento dos critérios constantes neste Estudo Técnico e no Termo de Referência.

13. Todos os itens e condições especificados neste Estudo Técnico Preliminar fazem parte da solução exigida para atendimento ao objeto, sendo suas características mínimas de caráter obrigatório.

#### 14. REIT III – AVANÇO DE SINAL

14.1. Os equipamentos previstos para o REIT III, avanço de sinal, são equipamentos de fiscalização de trânsito que monitoram e autuam veículos que avançam o sinal vermelho do semáforo ou param sobre a faixa de pedestres, além de terem a função de registro de velocidade com a detecção de desrespeito à sinalização semaforizada, bem como outras funcionalidades previstas neste Estudo Técnico Preliminar.

14.2. Os equipamentos REIT III têm por objetivo o gerenciamento do tráfego em vias do Distrito Federal por meio do controle eletrônico de velocidade, avanço de sinal vermelho, parada sobre a faixa de pedestres e da circulação de veículos em situação irregular, sem a necessidade da presença de Autoridade de Trânsito ou de seu Agente, e permitem a detecção e registro automático de dados de fluxo viário e a captação da imagem digital do veículo que trafega acima da velocidade regulamentada para o local, atendendo integralmente a todas as normas, regulamentações e legislações vigentes e mais atualizadas do Código de Trânsito Brasileiro, INMETRO, SENATRAN e CONTRAN.

14.3. Serão utilizados equipamentos do tipo REIT III com a funcionalidade LPR, são equipamentos utilizados para a detecção de infrações em vias urbanas do Distrito Federal e para o registro automático das imagens de veículos infratores, transmissão das imagens e dados on-line, registros e ordenação de dados de contagem volumétrica de veículos, com expedição concomitante de relatório individual para emissão de Notificação de Autuação (NA) e de Penalidade (NP) e verificação do percurso de origem-destino e tempo de percurso. 9.17.4. Os equipamentos deverão atuar as infrações abaixo:

- 14.3.1. Transitar em velocidade superior à máxima permitida em até 20% - Art. 218, I, CTB: 74550;
- 14.3.2. Transitar em velocidade superior à máxima permitida em mais de 20% até 50% - Art. 218, II, CTB: 74630;
- 14.3.3. Transitar em velocidade superior à máxima permitida em mais de 50% - Art. 218, III, CTB: 74710;
- 14.3.4. Desrespeitar o sinal vermelho no semáforo – Art. 208, CTB: 60503;
- 14.3.5. Parar sobre a faixa de pedestres na mudança de sinal luminoso – Art. 183, CTB: 5673-2;
- 14.3.6. Transitar na faixa ou via exclusiva regulamentada para transporte público coletivo passageiros – Art. 184, III, CTB 75870;

- 14.3.7. Transitar com o veículo em ciclovias, ciclofaixas – Art. 193, CTB: 58192;
- 14.3.8. Transitar em locais e horários não permitidos pela regulamentação – Art. 187, I, CTB: 57461;
- 14.3.9. Não conservar o veículo na faixa a ele destinada pela sinalização de regulamentação – Art. 185, I, CTB: 57030;
- 14.3.10. Executar operação de conversão à direita em locais proibidos pela sinalização – Art. 207, CTB: 60411;
- 14.3.11. Executar operação de conversão à esquerda em locais proibidos pela sinalização – Art. 207, CTB 60412.

#### 14.4. Descrição dos Serviços

##### 14.4.1. O sistema descrito deverá, em termos gerais:

- a) Detectar a passagem de todos os veículos nas vias monitoradas, independentemente do tipo de veículo e das condições de tráfego.;
- b) Classificar os veículos;
- c) Identificar placas de veículos por meio da tecnologia LPR (License Plate Recognition) – Reconhecimento Automático de Placas de Veículos;
- d) Registrar, gravar e gerar a imagem dos veículos que cometerem infrações estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência;
- e) Transmitir as informações por meio de um sistema de comunicação para servidor de dados do Detran-DF, que será recebida por meio de Webservice ou tecnologia definida pelo Detran-DF. A transmissão deverá ser online ou em cargas periódicas definidas pelo Detran-DF, de acordo com a capacidade de tráfego suportada, ficando a cargo do Detran-DF a opção de utilizar qualquer uma das formas, bem como alterná-las durante a vigência do contrato, conforme sua necessidade;
- f) O Banco de Dados Cadastral deverá ser atualizado de forma on-line e automatizada;
  - i. O referido Banco de Dados Cadastral será fornecido pelo DETRAN/DF, após a assinatura do Contrato.
- g) Criar mecanismos de segurança à rede de transmissão, controle de acesso e privacidade de todas as informações produzidas e consultadas;
- h) Emitir relatórios gerenciais e estatísticos.
- i) Gerar Matriz de Origem e Destino (por meio da identificação de trajetos com uso da tecnologia LPR);
- j) Calcular Tempo de Percurso (por meio da identificação de trajetos com uso da tecnologia LPR).
- k) Para o desenvolvimento e implantação do sistema proposto, a CONTRATADA deverá:
  - i. Fornecer, instalar e operar Equipamentos de Fiscalização Eletrônica do tipo REIT III – “avanço de sinal”, com tecnologia LPR, operando de forma on-line (em rede digital);
  - ii. Implantar os sistemas computacionais visando a disponibilização dos aplicativos e sistemas de apoio ao DETRAN/DF, de acordo com as especificações constantes neste Estudo Técnico e no Termo de Referência, necessários à prestação dos serviços; iii. Oferecer suporte técnico especializado e atualização de sistemas e equipamentos.

##### 14.4.2. A CONTRATADA deverá ainda fornecer ao Detran-DF, atendendo às exigências mínimas especificadas neste Estudo Técnico e no Termo de Referência, os seguintes produtos:

- a) Dados das infrações relacionados, respectivamente, a todas as imagens captadas armazenadas em mídia ótica ou disco rígido (protegido de forma física e lógica) para grandes quantidades;
- b) Relatórios gerenciais, operacionais, estatísticos e volumétricos, em modelos previamente aprovados pelo Detran-DF, e entregues semanalmente;
- c) Dados de contagem de tráfego, classificados por tipo de veículos, e por intervalos de velocidade, compatível com o sistema e layout de arquivo utilizado no Detran-DF, mensalmente, em meio magnético, além daqueles dados disponibilizados on-line, via web (rede digital). A qualquer tempo poderá ser solicitada a apresentação de relatórios com os dados de tráfego captados pelo sistema em modelo previamente aprovado pelo Detran-DF.
- d) Laudo sobre o funcionamento do equipamento e demais informações que o Detran-DF julgue necessário, com a correspondente memória de cálculo, comprovando o resultado do laudo, em prazo não superior a 3 (três) dias úteis, sempre que solicitado, com vistas à instrução de processos de recursos de defesa prévia e recursos administrativos. Os relatórios serão encaminhados ao Detran-DF devidamente acompanhados da documentação relativa às imagens e classificados por equipamento.

#### 14.5. Observações Gerais:

- 14.5.1. As especificações apresentadas pela CONTRATADA referente à rede de transmissão dos dados deverá ser dimensionada para atender satisfatoriamente, e dentro das necessidades da fiscalização de trânsito, a demanda de tráfego prevista nas vias urbanas do Distrito Federal a serem monitoradas;
- 14.5.2. Os pontos de instalação dos equipamentos deverão possibilitar o monitoramento de todas as faixas de tráfego da via em que forem implantados;
- 14.5.3. Em locais com 03 (três) ou mais faixas, o sistema deverá ser capaz de adotar câmeras em ambos os lados da via, quando existir canteiro central ou assemelhado, a fim de evitar o encobrimento de imagens por outros veículos trafegando nas demais faixas;
- 14.5.4. A perda admitida para o sistema destinado à captura de infrações, bem como a identificação correta de placas de veículos, deverá ser de no máximo 10% (dez por cento), considerando-se o total de registros de imagens obtidas; a) Não serão considerados no item acima as perdas ocasionadas por fatos supervenientes.
- 14.5.5. Os equipamentos devem ser capazes de registrar as infrações de todos os tipos de veículos, inclusive motocicletas;
- 14.5.6. Deverão ser fornecidos todo o hardware e software necessários para o perfeito funcionamento dos equipamentos, acessórios e dispositivos para o funcionamento da solução;
- 14.5.7. A CONTRATADA se responsabilizará pela implantação da sinalização vertical e horizontal (retenção e aproximação) exigida pelo CONTRAN nas cercanias dos equipamentos de fiscalização eletrônica;
- 14.5.8. Considerando a função de fiscalização eletrônica de excesso de velocidade, o equipamento deverá ter seu modelo aprovado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO ou entidade por ele credenciada, nos termos da portaria n.º 158 de 31 de Março de 2022, e de acordo com o estabelecido pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, através da Resolução n.º 798/2020, que dispõe sobre requisitos técnicos mínimos para a fiscalização da velocidade de veículos automotores, elétricos, reboques e semirreboques, conforme o Código de Trânsito Brasileiro, bem como todas as alterações que possam ocorrer, além das prescrições da presente especificação.
- 14.5.9. Os equipamentos deverão ser fornecidos com a devida aferição pelo INMETRO, atendendo a legislação vigente. Todo o equipamento deverá possuir Laudo de Comprovação de Aferição Individual. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento dos equipamentos devidamente aferidos, bem como, todos os custos e despesas relativos à aferição e certificação dos equipamentos;
- 14.5.10. Os equipamentos deverão estar aprovados pelo INMETRO, nos termos exigidos pelos Requisitos de Avaliação da Conformidade para a Construção, Montagem e Funcionamento de Sistemas Automáticos não Metrológicos de Fiscalização de Trânsito pela Portaria INMETRO n.º 492, de 10 de dezembro de 2021;
- 14.5.11. A periodicidade das aferições deverá atender a legislação em vigor ou quando notada alguma irregularidade no funcionamento do equipamento em questão, que não possa ser reparada sem a retirada do lacre do INMETRO;
- 14.5.12. Nenhum equipamento que desempenhe função de fiscalização não metrológica de trânsito poderá entrar em operação oficial sem que seu fabricante apresente comprovação de registro de declaração de conformidade do fornecedor junto ao INMETRO;
- 14.5.13. Todos os equipamentos de fiscalização eletrônica de excesso de velocidade deverão ser homologados posteriormente pelo Detran-DF, após a assinatura do Contrato, e somente serão efetivamente considerados prontos para o funcionamento após o atendimento dos critérios constantes neste Estudo Técnico e no Termo de Referência;
- 14.5.14. Se por qualquer motivo, não previsto neste Estudo Técnico e no Termo de Referência, ocorrerem fatos que evidenciem prejuízos ao perfeito andamento da prestação dos serviços e/ou do objetivo de fiscalização pelos equipamentos eletrônicos, o Detran-DF poderá, solicitar da CONTRATADA, o remanejamento dos equipamentos para outros locais, no limite de 5% (cinco por cento) do número total de faixas monitoradas por ano;

14.5.15. De acordo com a conveniência do Detran-DF, poderá haver remanejamento de equipamento já instalado para outro local, em casos que excedam o limite supracitado, com ônus adicional para o Detran-DF;

14.5.16. A CONTRATADA deverá fornecer o suporte técnico necessário a todos os recursos materiais tecnológicos e sistemas disponibilizados, prevendo atualizações, para o atendimento das necessidades específicas do Detran-DF, de acordo com as especificações constantes neste termo;

14.5.17. A CONTRATADA deverá executar todas as manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos, dispositivos, acessórios e sistemas visando garantir o perfeito funcionamento das atividades;

14.5.18. Mensalmente deverão ser fornecidos os relatórios de manutenções realizadas com o documento descritivo detalhado de todos os procedimentos;

914.5.19. Mensalmente deverão ser fornecidos os relatórios exigidos pelo DETRAN/DF neste Estudo Técnico e no Termo de Referência;

14.5.20. A CONTRATADA deverá proceder, sem qualquer ônus para o DETRAN/DF, a alteração do equipamento instalado, quando a via sofrer alguma intervenção ou modificação com aumento de número de faixas de rolamento, de modo a contemplar o monitoramento de todas elas, respeitado um limite de até 5% (cinco por cento) do número total de faixas monitoradas por ano, bem como o número de faixas contratadas;

14.5.21. A CONTRATADA será a única responsável pelos custos de telecomunicação para funcionamento da solução;

14.5.22. Durante o período contratual, o DETRAN/DF poderá solicitar verificações dos equipamentos, além das previstas pela legislação vigente, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA o custo de tais procedimentos, desde que sejam identificadas anomalias nos equipamentos.

#### 14.6. Descrição dos Equipamentos em Campo

14.6.1. Equipamento de Fiscalização Eletrônica tipo REIT III – “avanço de sinal” com tecnologia LPR.

14.6.2. Quantidade: O quantitativo de equipamentos em campo, a ser dimensionado pela própria CONTRATADA, deverá ser capaz de monitorar 381 (trezentas e oitenta e uma) faixas, conforme especificado neste Estudo Técnico e no Termo de Referência.

#### 14.7. Especificações técnicas:

14.7.1. O equipamento deverá ser homologado e capaz de registrar as seguintes infrações:

- a) Transitar em velocidade superior à máxima permitida em até 20% - Art. 218, I, CTB: 74550;
- b) Transitar em velocidade superior à máxima permitida em mais de 20% até 50% - Art. 218, II, CTB: 74630;
- c) Transitar em velocidade superior à máxima permitida em mais de 50% - Art. 218, III, CTB: 74710;
- d) Desrespeitar o sinal vermelho no semáforo – Art. 208, CTB: 60503;
- e) Parar sobre a faixa de pedestres na mudança de sinal luminoso – Art. 183, CTB: 56732;
- f) Transitar na faixa ou via exclusiva regulamentada para transporte público coletivo passageiros – Art. 184, III, CTB 75870;
- g) Transitar com o veículo em ciclovias, ciclofaixas – Art. 193, CTB: 58192;
- h) Transitar em locais e horários não permitidos pela regulamentação – Art. 187, I, CTB: 57461;
- i) Não conservar o veículo na faixa a ele destinada pela sinalização de regulamentação – Art. 185, I, CTB: 57030;
- j) Executar operação de conversão à direita em locais proibidos pela sinalização – Art. 207, CTB: 60411;
- k) Executar operação de conversão à esquerda em locais proibidos pela sinalização – Art. 207, CTB 60412.

14.7.2. Os equipamentos de fiscalização eletrônica deverão dispor de recursos capazes de permitir o monitoramento das infrações descritas acima por meio do registro e armazenamento por três meses de imagens e vídeos dos veículos infratores e armazenamento de, no mínimo, um ano para dados de passagens, conforme especificações de cada tipo de infração;

14.7.3. Os equipamentos de fiscalização eletrônica deverão ainda realizar o registro por meio de imagem dos veículos infratores e contagem estatística das outras infrações a serem registradas;

14.7.4. Os equipamentos deverão ainda, operar de forma on-line, com transmissão automática dos dados, imagens e vídeos registrados;

14.7.5. Os diferentes tipos de infrações devem ser registrados pelos equipamentos, identificados individualmente e enquadrados nos respectivos códigos previstos no CTB;

14.7.6. Nos casos em que veículos cometam mais de uma infração ao mesmo tempo os equipamentos devem registrá-las através de imagens/vídeo e enquadrá-las separadamente de modo a permitir a correta geração de autos de infração independentes;

14.7.7. Os equipamentos de fiscalização eletrônica deverão possibilitar a correta classificação dos veículos que trafegarem pelas vias monitoradas, de forma a identificá-los como: carro, moto, ônibus e caminhão; apresentando percentual de acerto mínimo de 90% (noventa por cento) do total de imagens válidas registradas. Este percentual deve ser resultado da relação entre o total de veículos de cada categoria identificado pelo equipamento e o total de veículos de cada categoria que de fato trafegou pela via monitorada.

14.7.8. Registros de imagem e vídeo realizados pelos equipamentos:

- a) Para infrações de excesso de velocidade o equipamento deverá gerar uma imagem objetiva do veículo infrator, capaz de permitir a identificação inequívoca da placa (não reflexiva ou reflexiva), marca e modelo. Durante o dia as imagens deverão ser coloridas e durante a noite as imagens deverão ser em escala de cinza;
- b) As imagens deverão ser numeradas no momento do seu registro, de forma que seu número já seja inscrito na tarja pelo equipamento;
- c) A numeração da imagem deverá ser a mesma do correspondente registro do veículo. A numeração deverá ser em ordem cronológica, isto é, não poderá haver uma imagem com numeração superior em relação a outra imagem que foi registrada com um horário posterior.
- d) Não poderá haver duas ou mais imagens com o mesmo veículo e mesmo enquadramento no mesmo horário, bem como não poderá haver duas imagens com a mesma numeração no mesmo mês para um mesmo equipamento;
- e) A imagem registrada deverá conter a parte traseira ou dianteira do veículo, de forma a permitir a perfeita identificação visual da marca, modelo e placa do veículo, sem a utilização de artifícios que alterem a resolução e a nitidez da imagem;
- f) Para infrações de avanço de sinal vermelho deverá ser gerada uma imagem objetiva do veículo infrator, permitindo a identificação da placa, marca e modelo. Também deverá ser gerada uma imagem panorâmica com a visão traseira do veículo, mostrando o veículo posicionado na área de interseção do cruzamento, após a faixa de pedestres, a faixa de pedestres e o grupo focal. Deverão ser gravados dois vídeos panorâmicos do cruzamento, um mostrando a visão traseira do cruzamento, onde deverá aparecer o grupo focal semafórico e a faixa de pedestres e um mostrando a visão dianteira do cruzamento, exibindo a parte frontal do veículo. Ambos os vídeos deverão ser gerados de forma sincronizada entre si;
- g) Para infrações de parada sobre a faixa de pedestres deverá ser gerada uma imagem objetiva do veículo infrator, permitindo a identificação da placa, marca e modelo. Também deverá ser gerada uma imagem panorâmica com a visão traseira, mostrando o veículo posicionado sobre a faixa de pedestres, a faixa de pedestre e o grupo focal. Deverão ser gravados dois vídeos panorâmicos do cruzamento, um mostrando a visão traseira do cruzamento, onde deverá aparecer o grupo focal semafórico e a faixa de pedestres e um mostrando a visão dianteira do cruzamento, mostrando a parte frontal do veículo. Ambos os vídeos deverão ser gerados de forma sincronizada entre si;
- h) Para as demais deverá ser gerada uma imagem objetiva do veículo infrator, permitindo a identificação da placa, marca e modelo. Também deverá ser gerada uma imagem e vídeo panorâmicos com a visão traseira do veículo capturando o momento da infração;
- i) Os vídeos gravados para infrações deverão conter resolução mínima de 1024 X 768 pixels e deverão ser coloridos durante o dia e em escala de cinza durante a noite. Deverão apresentar, no mínimo, 15 quadros por segundo e deverão conter em uma tarja o código do local, data, hora, tempo transcorrido de sinal vermelho e número sequencial da infração;
- j) Os vídeos gravados para infrações deverão conter, no mínimo, dez segundos de duração, distribuídos de forma configurável entre os períodos anterior e posterior do

cometimento da infração. Entende-se como momento de cometimento da infração, no caso da parada sobre faixa de travessia de pedestres, o momento em que vence o tempo pré-configurado de permanência sobre a faixa de pedestres, com foco vermelho aceso e com o veículo sobre a faixa de pedestres.

k) Entende-se como momento de cometimento da infração de avanço de sinal vermelho quando o veículo deixa a área de influência dos sensores (área de interseção do cruzamento), com o foco vermelho aceso e após ter vencido o tempo de retardo pré-configurado;

14.7.9. Ficará por conta da CONTRATADA a elaboração dos estudos necessários à definição do Tempo de Retardo dos pontos contratados, conforme Resolução CONTRAN nº 920/2022 e demais normas vigentes;

14.7.10. Define-se como tempo de retardo, o período de tempo, após o início da fase vermelha do semáforo, em que o sistema automático não metrológico de fiscalização permanece inibido para efeito de registro da imagem do veículo em situação de infração;

14.7.11. As imagens panorâmicas registradas pelos equipamentos deverão conter em suas tarjas as mesmas informações contidas nas imagens objetivas dos respectivos veículos infratores. No entanto, esta imagem deverá conter marcação que a caracterize como sendo uma imagem panorâmica. As imagens panorâmicas e os vídeos panorâmicos dos veículos infratores por avanço de sinal vermelho e/ou parada sobre a faixa de pedestres deverão permitir a perfeita identificação da cor do foco aceso do grupo semaforico em quaisquer condições de luminosidade;

14.7.12. As imagens objetivas dos veículos, durante o dia, deverão ser coloridas;

14.7.13. Durante a noite não será permitido o uso de nenhum tipo de iluminação visível a olho nu evitando ofuscamento da visão dos condutores, devendo ser utilizada iluminação no espectro infravermelho e que possibilite a identificação inequívoca dos veículos infratores.

14.7.14. As imagens das infrações, provenientes destas câmeras, deverão ser armazenadas em estrutura lógica que permita sua publicação em página específica no site do DETRAN/DF;

14.7.15. Detecção e classificação dos veículos:

a) Os equipamentos deverão ser capazes de detectar e identificar todos os tipos de veículos que trafegarem pela via monitorada;

b) Os equipamentos de fiscalização eletrônica deverão possibilitar a correta classificação dos veículos que trafegarem pelas vias monitoradas, de forma a identificá-los como: carro, moto, ônibus e caminhão; apresentando percentual de acerto mínimo de 90% (noventa por cento) do total de imagens válidas registradas. Este percentual deve ser resultado da relação entre o total de veículos de cada categoria identificado pelo equipamento e o total de veículos de cada categoria que de fato trafegou pela via monitorada.

14.7.16. Forma de instalação: A CONTRATADA deverá realizar todas as obras necessárias para o correto funcionamento dos equipamentos eletrônicos de fiscalização. A infraestrutura de tubulações, alimentação elétrica e interface com controlador semaforico deve sempre ser subterrânea;

14.7.17. Proteções elétricas e comportamento quando da falta de energia:

a) O equipamento deverá possuir proteções contra descargas atmosféricas e distúrbios na rede de distribuição de energia elétrica;

b) O equipamento deverá possuir “nobreak” ou sistema de baterias que assegure seu funcionamento por um período mínimo de 40 (quarenta) minutos sem energia elétrica comercial;

c) O equipamento deverá detectar a falta de energia elétrica comercial e enviar, via conexão on-line, alerta ao Sistema de Gestão de Trânsito, enviando novo alerta assim que a energia for restabelecida. O atraso máximo para recepção do alerta na central após a ocorrência do evento deverá ser de 2 (dois) minutos. Todos os eventos deverão ser gravados em Logs e disponibilizados para visualização na central;

d) Caso ocorram problemas ligados à rede elétrica ou devido a descargas atmosféricas, o equipamento deverá manter armazenado todos os dados, imagens, relógio e parâmetros para seu correto funcionamento. O equipamento deve retornar automaticamente a operação assim que sanado o problema;

e) As interfaces entre os equipamentos eletrônicos de fiscalização e os controladores semaforicos devem ser protegidas eletricamente, evitando assim que transientes elétricos ou interferências sejam transmitidas entre os equipamentos.

14.7.27. Proteções contra atos de vandalismo e intempéries climáticas:

a) Os equipamentos eletrônicos de fiscalização deverão apresentar estrutura resistente, dificultando atos de vandalismo que venham a danificá-los.

14.7.28. Comportamento dos equipamentos na ocorrência de anomalias no grupo focal semaforico:

a) No caso de anomalias no semáforo, os equipamentos devem deixar de registrar qualquer infração de avanço de sinal vermelho e parada sobre a faixa de pedestres até que o comportamento normal do semáforo seja restabelecido. Todos os eventos de anomalia devem ser registrados em LOGs dos equipamentos, indicando o tipo de anomalia, o momento que a mesma ocorreu e o momento em que o funcionamento normal do semáforo foi restabelecido. Em termos de registro de infrações, os equipamentos devem apresentar o seguinte comportamento, após o término de cada tipo de anomalia:

b) Semáforo em alerta (amarelo piscante): o equipamento deve deixar de registrar infrações por avanço de sinal ou parada sobre a faixa de pedestres no primeiro vermelho após o semáforo deixar a condição de alerta;

c) Semáforo com duas ou mais cores acesas simultaneamente: o equipamento deve voltar a registrar infrações por avanço de sinal ou parada sobre a faixa de pedestres somente após haver uma sequência correta: verde, amarelo e vermelho. Se no vermelho desta primeira sequência houver uma infração, esta deve ser registrada normalmente;

d) Semáforo sem energia (apagado por completo): o equipamento deve deixar de registrar infrações por avanço de sinal ou parada sobre a faixa de pedestres no primeiro vermelho após o semáforo voltar ao funcionamento;

e) Falha de sequência, qualquer ordem de acendimento que não seja: verde, amarelo, vermelho: o equipamento deve voltar a registrar infrações por avanço ou parada sobre a faixa de pedestres somente após haver uma sequência correta: verde, amarelo e vermelho. Se no vermelho desta primeira sequência houver uma infração, esta deve ser registrada normalmente.

#### 14.8. Sistema de armazenamento de dados:

14.8.1. Para cada veículo detectado o equipamento eletrônico de fiscalização deverá registrar no mínimo os seguintes dados:

a) Local (por extenso);

b) Data (dia/mês/ano);

c) Hora (hora:minuto:segundo);

d) Velocidade regulamentada (em km/h), onde aplicável;

e) Velocidade medida (em km/h), onde aplicável;

f) Velocidade considerada (em km/h), onde aplicável;

g) Classe de veículo;

h) Faixa em que o veículo trafegou;

i) Identificação do local (código do ponto);

j) Imagens do veículo (caso seja infrator/irregular);

k) Imagem panorâmica do veículo (onde aplicável);

l) Vídeos da infração (onde aplicável);

m) Numeração sequencial da infração;

n) Data da última verificação/avaliação;

o) Tipo de infração cometida (código de enquadramento de infração conforme CTB);



- p) Tempo decorrido desde a entrada na fase vermelha e o cometimento da infração (para infrações de avanço de sinal e parada sobre faixa), onde aplicável;
- q) Tempo de retardo / permanência limite, conforme o caso (para infrações de avanço de sinal e parada sobre faixa), onde aplicável;
- r) Placa lida pelo sistema LPR;
- s) Tipo de irregularidade, para os casos de veículos detectados como irregulares pelo sistema LPR;

14.8.2. As imagens objetivas das infrações por excesso de velocidade devem conter em sua tarja as informações contidas nos itens listados acima;

14.8.3. As imagens objetivas e panorâmicas das infrações por avanço de sinal vermelho devem conter em sua tarja as informações contidas nos itens listados acima;

14.8.4. As imagens objetivas e panorâmicas das infrações por permanência sobre a faixa de travessia de pedestres devem conter em sua tarja as informações contidas nos itens listados acima;

14.8.5. As imagens objetivas e panorâmicas das demais infrações devem conter em sua tarja as informações contidas nos itens listados acima;

14.8.6. Os arquivos gerados pelos equipamentos eletrônicos de fiscalização devem ser criptografados por algoritmo reconhecidamente seguro, certificado por instituição de pesquisa ou ensino (universidades, institutos, laboratórios, etc.), cuja idoneidade e competência técnica sejam comprovadamente reconhecidas em âmbito nacional e/ou internacional. O certificado de criptografia deverá ser apresentado na documentação técnica, juntamente com a proposta enviada pela licitante.

#### **14.8.7. Coleta dos dados:**

- a) O equipamento deverá obrigatoriamente efetuar a transferência de dados, imagens e vídeo através de conexão remota on line com o DETRAN/DF (Sistema de Gestão de Trânsito);
- b) A conexão de dados entre os equipamentos eletrônicos de fiscalização e o Sistema de gestão de trânsito deve ser baseada em tecnologia capaz de manter o “link” de transmissão conectado 24 horas por dia com largura de banda suficiente para suprir a demanda de geração de dados.
- c) No caso de falha na conexão de dados entre equipamentos e o Sistema de Gestão de Trânsito no DETRAN/DF, os dados registrados localmente referentes ao período de operação “off-line” devem ser imediatamente transferidos assim que a conexão remota for restabelecida;
- d) Os dados deverão permanecer armazenados localmente nos equipamentos até serem corretamente transferidos para o DETRAN/DF, podendo ser descartados após confirmação de sua recepção. Este processo deve ocorrer automaticamente pelo sistema.

14.8.8. Ajuste de relógio dos equipamentos:

- a) Os equipamentos deverão ter seus relógios sincronizados automaticamente por meio de protocolo NTP ou dispositivo GPS. Esta sincronização deve ocorrer, no mínimo, duas vezes a cada 24 horas. Todos os ajustes de relógio deverão ser registrados nos Logs dos equipamentos;
- b) Os equipamentos deverão aplicar automaticamente as correções de relógio quando do início e fim de horário de verão.

14.8.9. Ajuste de parâmetros de funcionamento dos equipamentos:

14.8.10. O equipamento deverá possibilitar o ajuste de parâmetros de configuração através do Sistema de Gestão de Trânsito, de forma on-line. Os parâmetros configuráveis são:

- a) Dias da semana e horários de fiscalização das infrações de avanço de sinal vermelho e permanência sobre a faixa de travessia de pedestres;
- b) Tempo de distribuição dos vídeos de avanço de sinal vermelho e parada sobre faixa de pedestre entre pré e pós evento;
- c) Habilitação e desabilitação das infrações;
- d) Informações sobre o local de instalação;
- e) Cadastro de placas de veículos irregulares.

14.8.11. Estabilidade do equipamento:

- a) O equipamento deverá operar em modo contínuo, durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia.

14.8.12. Funcionalidade para monitoramento das condições de trânsito por meio das imagens captadas pela câmera panorâmica do equipamento:

- a) Todos os equipamentos REIT III deverão possuir Câmera de Captura de Imagens Amplas (panorâmicas) para função de monitoramento dinâmico das condições de trânsito. Estas câmeras deverão ser as mesmas utilizadas para gravação dos vídeos panorâmicos das infrações;
- b) Deverá ser enviado um vídeo da visão panorâmica do cruzamento ao Sistema de Gestão de Trânsito no DETRAN/DF, de pelo menos uma das câmeras panorâmicas do equipamento, apresentando um mínimo de 15 (quinze) fps, em resolução mínima de 1024 x 768. Esta configuração poderá ser realizada remotamente pelo DETRAN/DF;
- c) O vídeo deverá conter, no mínimo, os seguintes dados incorporados ao mesmo no momento de sua captura:
  - i. Data (dia, mês e ano) e horário (hora, minutos e segundos);
  - ii. Local da captura identificado de forma descritiva ou codificada;

14.8.13. Os vídeos para monitoramento de trânsito deverão ser armazenados por um prazo mínimo de 3 (três) meses, e depois descartados pelo processo FIFO (First In, First Out).

14.8.14. Sistema de Reconhecimento Automático de Placas de Veículos (LPR – License Plate Recognition):

- a) O sistema de identificação automática de placas deverá estar totalmente integrado ao funcionamento do equipamento eletrônico de fiscalização e funcional com seu sistema operacional;
- b) O sistema de identificação automática de placas deverá ser capaz de ler placas de diferentes cores e tipos de caracteres alfanuméricos;
- c) O sistema de identificação automática de placas deverá ser capaz de ler placas de veículos posicionados, no mínimo, a 30 cm das extremidades de uma faixa de rolamento e até 3,5m de largura;
- d) O software LPR – License Plate Recognition deverá realizar o reconhecimento automático das placas dos veículos que trafegarem pelos pontos monitorados, independentemente de suas velocidades, com operação 24 (vinte e quatro) horas por dia, ininterruptamente;
- e) Para a verificação quanto à situação de cada veículo identificado, os equipamentos deverão ser capazes de realizar busca em bancos de dados específicos, armazenados no próprio equipamento ou no Sistema de Gestão de Trânsito, sendo que, em ambos os casos, deverá ser possível a atualização de dados a partir de comando da central. O atraso admitido para a atualização cadastral entrar em vigor será de, no máximo, 2 minutos;
- f) Os equipamentos devem fotografar todos os veículos que trafegarem pelas vias monitoradas independente de suas velocidades, proceder à identificação automática de suas placas e consultá-las em banco de dados de veículos em situação irregular. Caso algum veículo irregular seja identificado, sua imagem juntamente com demais dados obtidos deve ser imediatamente enviada ao DETRAN/DF, onde um alerta deverá ser exibido. O atraso máximo para chegada dos dados e imagem na central deverá ser de (dez) segundos;
- g) Deverão ser armazenadas na estrutura de servidores de dados, todos as imagens dos veículos e placas capturadas (infratores ou não), por um período de 12 (doze) meses. Após este período será permitido que estes dados e imagens sejam transferidos para outras mídias, denominadas “arquivo morto”, mantendo a possibilidade de consulta a esses dados e imagens durante toda a vigência contratual;
- h) A taxa de erro máxima admitida para o sistema de reconhecimento automático de placas será de 10% (dez por cento), desconsiderando fatos supervenientes.
- i) Todos os equipamentos utilizados na prestação deverão ser novos e sem uso anterior.

#### **14.9. CONJUNTO DE SOFTWARES INTEGRADOS PARA MONITORAMENTO DE EQUIPAMENTOS**

14.9.1. A aplicação deverá ficar alocada nos servidores da CONTRATADA, desde que contemple a segurança necessária descrita no início do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência;

- 14.9.2. O sistema poderá ser disponibilizado para terceiros, como: fornecedores dos equipamentos de fiscalização eletrônica, controladores de segurança pública, polícia e outros stakeholders envolvidos com a segurança, considerando a permissão de cada usuário e autorização expressa da CONTRATANTE;
- 14.9.3. Permitir a integração com os fornecedores de equipamentos de fiscalização eletrônica, atuantes no Distrito Federal, para recebimento das informações de fluxo veicular, imagens comprobatórias do funcionamento dos equipamentos (imagem teste) e infrações;
- 14.9.4. O sistema deve estar preparado para receber grandes quantidades de informações e permitir a parametrização do tempo entre informações de um mesmo equipamento para que este seja considerado ativo;
- 14.9.5. Possuir um dashboard contendo o controle de quantidades recebidas de fluxo veicular e infrações por fornecedor;
- 14.9.6. Permitir a consulta dos dados de fluxo veicular através de filtros definidos, mostrando os dados de data, hora, local, equipamento e placa do veículo;
- 14.9.7. Possuir funcionalidade para rastrear a movimentação de um veículo específico entre os equipamentos instalados no Distrito Federal;
- 14.9.8. Funcionalidades para controle de equipamentos, permitindo o cadastro das informações com seus respectivos documentos de aferições, estudos técnicos, laudos e outros que forem necessários;
- 14.9.9. Permitir que a autoridade de trânsito valide as informações de equipamentos antes do funcionamento;
- 14.9.10. O sistema deve considerar os registros como infração somente após a aprovação da autoridade de trânsito;
- 14.9.11. Possuir um dashboard mostrando as imagens comprobatórias de funcionamento dos equipamentos de tal modo que seja possível identificar facilmente aqueles que estejam com algum problema;
- 14.9.12. Mapa Georreferenciado com os equipamentos, com destaque visual identificando os equipamentos em funcionamento e os equipamentos sem atividade;
- 14.9.13. Possuir um painel contendo todos os equipamentos instalados nas vias urbanas do Distrito Federal que estão em funcionamento, separando de maneira clara quais equipamentos não receberam dados no período parametrizado;

## **14.10. MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS**

- 14.10.1. Durante o prazo contratual, a empresa prestará serviços de assistência técnica aos equipamentos, serviços e produtos, efetuando manutenção preventiva e corretiva, sem ônus adicionais para manter solução de continuidade, enviando ao executor do Contrato, por e-mail, relatório diário das manutenções preventivas e corretivas realizadas;
- 14.10.2. Entende-se por manutenção preventiva a série de procedimentos diários destinados a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos dos equipamentos, serviços e produtos, conservando-os em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas.
- 14.10.3. A CONTRATADA deverá estabelecer rotina de manutenção preventiva e corretiva, visando à operação ininterrupta dos equipamentos, ou seja, os equipamentos devem estar em completa funcionalidade durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia.
- 14.10.4. Entende-se por manutenção preventiva a verificação dos equipamentos de forma rotineira, com análise das condições gerais dos equipamentos, o perfeito estado de funcionamento, promovendo-se a limpeza, substituição e reparo das mesmas por eventuais vandalismos ou danos;
- 14.10.5. Entende-se por manutenção corretiva a série de procedimentos destinados a recolocar os equipamentos, serviços e produtos em seu perfeito estado de uso, compreendendo inclusive substituições de peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas;
- 14.10.6. A manutenção corretiva será realizada sempre que solicitada pelo DETRAN/DF, por meio de contatos diversos, seja on-line, abertura de chamados, por e-mail ou telefone, ou quando da detecção, pela CONTRATADA, de alguma anomalia no funcionamento do equipamento, serviço ou produto, inclusive nos finais de semana e feriados;
- 14.10.7. A ferramenta disponibilizada para abertura de chamados deverá possuir níveis de acesso, através de login e senha disponibilizados apenas para pessoal autorizado e indicado pelo DETRAN/DF;
- 14.10.8. O sistema acima referido deverá permitir o cadastro de chamados, bem como seu acompanhamento e posterior emissão de relatórios.
- 14.10.9. Entende-se por início do atendimento a hora de chegada no local onde está instalado o serviço e/ou produto, e deverá ser respeitado o prazo de 10 (dez) horas entre a solicitação do DETRAN/DF e o início do atendimento;
- 14.10.10. Entende-se por término do reparo do equipamento, serviço e/ou produto a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado, e deverá ser respeitado o prazo de 48 (quarenta e oito) horas entre o início do atendimento e o término do reparo;
- 14.10.11. Caso o reparo do equipamento ultrapasse o período acima afixado para atendimento e reparo, a empresa deverá providenciar a imediata substituição do equipamento em pane, de modo a garantir a continuidade dos serviços;
- 14.10.12. O valor referente à manutenção corretiva e preventiva, bem como a instalação dos equipamentos está incluído no montante pago por faixa, sendo calculado de forma proporcional ao número de dias de efetiva operação no mês correspondente, conforme as especificações previstas no item Medição e Pagamento;
- 14.10.13. Quando da solicitação da manutenção corretiva por meio de telefone ou e-mail, o DETRAN/DF fornecerá à CONTRATADA para fins de abertura de chamado técnico, as seguintes informações:
- 14.10.13.1. Local onde o equipamento está instalado.
  - 14.10.13.2. Anormalidade observada.
  - 14.10.13.3. Nome do responsável pela solicitação do serviço.
  - 14.10.13.4. Número do telefone para contato.
  - 14.10.13.5. Horário da solicitação.
- 14.10.14. Todas as solicitações feitas pelo DETRAN/DF deverão ser registradas pela empresa para acompanhamento e controle da execução do contrato.
- 14.10.15. A empresa deverá apresentar mensalmente um relatório de visita contendo data, hora do chamado, início e término do atendimento, identificação do serviço/produto defeituoso, as providências adotadas e as informações pertinentes.
- 14.10.16. A empresa deverá apresentar mensalmente relatório de controle da situação de funcionamento dos equipamentos instalados, bem como das condições das placas de sinalização.
- 14.10.17. A empresa deverá substituir imediatamente o equipamento, ou seus componentes comprometidos por novos, nos seguintes casos:
- 14.10.17.1. Ocorram 04 (quatro) ou mais defeitos que comprometam o seu funcionamento normal, dentro de qualquer período de 30 (trinta) dias corridos;
  - 14.10.17.2. Caso não sejam aprovados pela avaliação do INMETRO após duas tentativas.
- 14.10.18. Em relação a este suporte técnico especializado a CONTRATADA deverá cumprir o seguinte acordo, o que deverá ser comprovado por meio de relatório mensal contendo todos os chamados/ocorrências das manutenções corretivas e atividades realizadas em relação às manutenções preventivas:
- 14.10.19. Em relação aos níveis de severidade ficam estabelecidas as seguintes definições:
- 14.10.19.1. CRÍTICO, serviço completamente indisponível;
  - 14.10.19.2. SEVERO, serviço operando parcialmente;
  - 14.10.19.3. MÉDIO, serviço operando com degradação de qualidade;
  - 14.10.19.4. INFORMAÇÕES, demandas que não impactam no funcionamento do serviço.
- 14.10.20. Em casos excepcionais e justificados, a execução contratual poderá suspender a contagem dos prazos estabelecidos neste acordo, sendo necessária a juntada nos autos de documentos que demonstrem tal necessidade.
- 14.10.21. O suporte técnico especializado deverá ser prestado 24 x 7 x 365, ou seja, 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano, a fim de garantir a qualidade esperada, reiterando que a CONTRATADA deverá manter rotinas regulares de manutenções preventivas as quais deverão constar do relatório mensal.
- 14.10.22. A demonstração do Acordo de Nível de Serviço para o Suporte Técnico se dará por meio de apresentação de relatório mensal listando as ações de manutenção

preventiva realizada, os chamados por nível de severidade, sua discriminação e informações relevantes, e sua conformidade com os acordos estabelecidos – tempo de atendimento e tempo de reparo.

14.10.23. A apuração do Acordo de Nível de Serviço se dará, para cada nível de severidade, aplicando-se os critérios abaixo:

SEVERIDADE	Tempo de Atendimento (h)	Tempo de Reparo (h)	CRITÉRIO DE GLOSA
Crítico	6	36	3% do valor da faixa monitorada
Severo	12	48	2% do valor da faixa monitorada
Médio	24	72	1% do valor da faixa monitorada

14.10.24. O início do atendimento não poderá ultrapassar os prazos previstos, contadas a partir da hora da solicitação feita ou da detecção da anomalia pela CONTRATADA. O término do reparo do equipamento, serviço e/ou produto não poderá ultrapassar os prazos previstos, contadas a partir do início do atendimento.

14.10.25. Entende-se por início do atendimento a hora de chegada ao local onde está instalado o serviço e/ou produto. Entende-se por término do reparo do equipamento, serviço e/ou produto a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado.

14.10.26. Se por qualquer motivo não previsto, ocorrerem fatos que evidenciem prejuízos ao perfeito andamento da prestação dos serviços e/ou do objetivo de fiscalização pelos equipamentos, o DETRAN/DF poderá, solicitar o remanejamento dos equipamentos para outros locais, mediante estudo realizado pela Diretoria de Engenharia de Trânsito.

14.10.27. Todos os serviços prestados pela CONTRATADA deverão ser adequados à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - LGPD), conforme explanado no item ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) deste documento.

14.10.28. Cabe exclusivamente à CONTRATADA escolher qual a melhor forma de link para tráfego dos dados de comunicação, bem como, em conjunto com o Detran-DF, definir os padrões tecnológicos de integrações e acesso seguro aos equipamentos, desde que forneça uma comunicação eficaz e interoperabilidade com sistemas do Detran-DF, caso seja necessário.

14.10.29. A CONTRATADA deverá garantir a prévia capacitação de todas as equipes responsáveis pela execução dos trabalhos de manutenção dos equipamentos disponibilizados ao Detran-DF. A realização desta capacitação deverá ser realizada pela própria CONTRATADA.

14.10.30. Se constatados pelo Detran-DF problemas nos equipamentos causados por procedimentos incorretos na execução das tarefas de manutenção, serão aplicadas sanções à CONTRATADA, a ser definido no Termo de Referência, no edital e nos Acordos de Nível de Serviço.

14.10.31. A CONTRATADA deverá manter controle sobre as manutenções, programadas ou não, decorrentes de qualquer evento que cause danos aos equipamentos, comprometendo a qualidade na prestação dos serviços. Além disso, estará sujeita aos Acordos de Níveis de Serviço (ANS), que definirão a natureza e a severidade de todas as intervenções e manutenções a serem realizadas nos equipamentos.

14.10.32. Nenhum equipamento poderá ser operado sem a devida homologação pelo Detran-DF.

14.10.33. Os equipamentos deverão manter uma conexão permanente, garantindo a atualização contínua e em tempo integral dos dados ao Ambiente de Monitoramento, localizado na Gerência de Controle Operacional de Trânsito (Gercop), situada no complexo da Dirpol na Asa Norte, permitindo o recebimento instantâneo das informações para o registro e do status de funcionamento.

14.10.34. Todos os custos com a implantação e manutenção dos equipamentos, incluindo eventuais serviços de terraplenagem, instalações elétricas, suporte técnico, transmissão de dados indispensáveis e quaisquer outros requeridos para a plena prestação do serviço, serão de responsabilidade da CONTRATADA, não sendo justificável alegar desconhecimento da situação dos locais destinados à instalação, sejam via urbanas, vias ou faixas de domínio.

14.10.35. Deverá ser emitida a devida Assinatura de Responsabilidade Técnica para cada projeto e execução de cada equipamento.

14.10.36. Os serviços executados ao longo das vias e avenidas necessitam de sinalização de obras compatível com a natureza do trabalho a ser realizado, o local, as condições do tempo e de tráfego e a duração das atividades, em conformidade com a Resolução do Contran vigente. Dessa forma, a empresa deverá diluir nos preços da planilha os custos referentes à sinalização de obras.

14.10.37. Todos os serviços e materiais empregados nas vias urbanas, bem como a sinalização de obras, deverão ser submetidos ao Detran-DF para aprovação.

14.10.38. As atividades que possam interferir no tráfego ou demandar sua interrupção deverão ser previamente planejadas e informadas ao Detran-DF, com o objetivo de mitigar os impactos à fluidez e segurança dos usuários da via.

14.10.39. Considerando a necessidade de minimizar transtornos ao tráfego, a CONTRATADA deverá prever, em sua composição de custos, que tais intervenções poderão ser autorizadas exclusivamente em finais de semana, feriados, domingos ou no período noturno.

14.10.40. É responsabilidade da CONTRATADA a implantação de um Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), conforme normas técnicas vigentes.

14.10.41. A CONTRATADA deverá assegurar que os volumes de proteção dos dispositivos do SPDA sejam adequados para garantir a segurança integral da estrutura, dos equipamentos instalados e das equipes envolvidas na execução dos serviços.

#### 14.11. ASSENTAMENTO DE ELETRODUTO SUBTERRÂNEO PELO MÉTODO NÃO DESTRUTIVO

14.11.1 O assentamento de eletroduto subterrâneo pelo Método Não Destrutivo – MND deve ser utilizado nas travessias de redes sob áreas de tráfego pavimentadas.

14.11.2 Este método deve evitar a quebra do pavimento e sua consequente reparação.

14.11.3 Nestes trechos (pavimentados) os eletrodutos devem ser assentados por perfuração de solo pelo método não destrutivo, M.N.D., com emprego de equipamento eletromecânico específico, dotado de sondas, hastes, alargadores, navegadores e localizadores eletrônicos.

#### 14.12. REMANEJAMENTO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS

14.12.1. Esta contratação prevê a instalação de infraestruturas robustas e completas para os registradores eletrônicos de infrações de trânsito, contendo poste, laços, caixas de energização, entre outros. Para isso, muitas vezes, há a necessidade, de realização de trocas, rodízios e remanejamentos, em razão de obras viárias e alocação em pontos de maior necessidade, entre outros, conforme estudos da Diretoria de Engenharia de Trânsito.

14.12.2. Diante desta necessidade e devidamente justificada pela CONTRATANTE, após estudos e/ou levantamento de informações de volumetria dos pontos, a empresa CONTRATADA deverá providenciar o remanejamento dos dispositivos eletrônicos para implantação nos pontos de rodízio, tais como equipamentos para fiscalização eletrônica de faixa exclusiva/corredor de ônibus.

14.12.3. Os pontos previstos deverão estar preparados com toda infraestrutura e em conformidade a fim de permitir as devidas aferições e verificação de desempenho.

14.12.4. Todos os custos com a implantação e manutenção dos equipamentos, incluindo eventuais serviços de terraplenagem, instalações elétricas, suporte técnico, transmissão de dados indispensáveis e quaisquer outros requeridos para a plena prestação do serviço, serão de responsabilidade da CONTRATADA, não sendo justificável alegar desconhecimento da situação dos locais destinados à instalação.

14.12.5. As equipes de manutenção deverão executar serviços de manutenção corretiva, preventiva e preditiva em equipamentos de fiscalização eletrônica instalados em vias urbanas sob responsabilidade do DETRAN/DF.

#### 14.12.6. Serviços Prestados:

- a) Sondagem e verificação de local para instalação.
- b) Instalação dos cabos do laço detector conforme projeto técnico.
- c) Conexão dos laços à central de controle.
- d) Teste de funcionamento com multímetro ou sistema de detecção.
- e) Manutenção preventiva e substituição de cabos danificados.
- f) Equipamentos Utilizados:
  - i. Multímetros / medidores de indutância.
  - ii. Equipamento de solda a frio / resina epóxi.
  - iii. EPIs (capacetes, luvas, coletes refletivos).
  - iv. Sinalização viária provisória.
  - v. Outros que se fizerem necessários.

#### 14.13. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA

14.13.1. Todos os equipamentos fornecidos deverão possuir garantia integral prestada pela CONTRATADA durante toda a vigência do contrato, abrangendo suporte técnico, substituição de peças e correções necessárias ao pleno funcionamento dos sistemas.

14.13.2. A CONTRATADA deverá apresentar garantia de execução contratual, conforme exigido pela legislação vigente, assegurando o fiel cumprimento das obrigações assumidas.

14.13.3. Além do suporte presencial prestado pelos profissionais, a CONTRATADA deverá disponibilizar canal de comunicação direto e permanente, por meio do qual o Detran-DF poderá acionar a garantia, sempre que necessário.

14.13.4. A garantia contratual terá início a partir da disponibilização dos equipamentos e do início efetivo das atividades, sem prejuízo de eventuais garantias adicionais oferecidas pelos fabricantes.

14.13.5. A CONTRATADA deverá assegurar a manutenção da garantia técnica durante todo o período de execução contratual, responsabilizando-se por quaisquer falhas ou defeitos que comprometam a operação dos sistemas.

#### 14.14. NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (SLA)

14.14.1. Na execução do Contrato, o valor total a ser pago para cada faixa de trânsito fiscalizada corresponderá ao seu preço unitário mensal, conforme apresentado na proposta vencedora.

14.14.2. O cálculo do índice de desempenho da CONTRATADA será aplicado da seguinte forma:

14.14.2.1.  $ID = IDF \times IEF$

14.14.2.2. Onde:

14.14.2.3. ID – é o Índice de Desempenho;

Valor de ID	Medida a ser adotada – Critério de Glosa
De 0,90 a 1,00	Não há Glosa
De 0,80 a 0,89	Glosa de 10% sobre o valor mensal da faixa
De 0,70 a 0,79	Glosa de 20% sobre o valor mensal da faixa
De 0,60 a 0,69	Glosa de 30% sobre o valor mensal da faixa
De 0,50 a 0,59	Glosa de 40% sobre o valor mensal da faixa
Se menor que 0,50	Glosa de 100% sobre o valor mensal da faixa (baixo desempenho da prestação do serviço)

14.14.2.4. IDF – é o Índice de Disponibilidade de Faixas;

14.14.2.5.  $IDF = \text{Número de Horas de Operação} / \text{Número máximo de horas de operação (NHo/NHt)}$

(NHo/NHt)	Valor a ser adotado
De 0,90 a 1,00	$IDF = 1,00$
Se menor que 0,90	$IDF = NHo/NHt$

14.14.2.6. IEF – é o Índice de Eficiência do Equipamento.

14.14.2.7.  $IEF = [0,6 * (\text{Índice de Aproveitamento de Registro de Imagem\_IRI})] + [0,4 * (\text{Índice de Leitura de Placa\_ILP})]$

$[0,6 * (IRI) + 0,4 * (ILP)]$	Valor a ser adotado
De 0,90 a 1,00	$IEF = 1,00$
Se menor que 0,90	$IEF = 0,6 * (IRI) + 0,4 * (ILP)$

14.14.2.8. Onde IRI:

IRI	Valor a ser adotado
De 0,90 a 1,00	1,00
De 0,75 a 0,89	0,80
De 0,65 a 0,74	0,70
De 0,55 a 0,64	0,60
De 0,45 a 0,54	0,50
Abaixo de 0,45	0

14.14.2.9. Onde ILP:

ILP	Valor a ser adotado
De 0,90 a 1,00	1,00
De 0,75 a 0,84	0,80
De 0,65 a 0,74	0,70
De 0,55 a 0,64	0,60
De 0,45 a 0,54	0,50
Abaixo de 0,45	0

14.14.3. Valor a ser pago se dará pelo somatório dos valores de faixa multiplicados pelos seus índices de desempenho, se descontando as Glosas referentes ao Acordo de Nível de Serviço.

14.14.4. As glosas serão aplicadas sem prejuízo da eventual aplicação das penalidades previstas no Decreto n° 44.330/2023.

14.14.5. A CONTRATADA poderá interpor, formalmente e em até 5 (cinco) dias úteis, recurso ao gestor do contrato quanto à aplicação de penalidades. O recurso deverá estar provido de documentos que demonstrem a alegação do recorrente. A CONTRATANTE apreciará o recurso em até 5 (cinco) dias.

14.14.6. No caso de interrupção programada por necessidade da CONTRATANTE, conforme previsto neste documento, edital e seus anexos, ela não afetará o índice de disponibilidade da CONTRATADA;

14.14.7. Prazo de Execução, Condições de Entrega e Cronograma de Implantação da Solução Prazo de Execução e Condições de Entrega

14.14.8. A CONTRATADA terá até 15 (quinze) dias ininterruptos após a assinatura do contrato para realizar a reunião de alinhamento para definição do planejamento estratégico, o escopo, as metas, os prazos e os direcionamentos necessários para a implantação da solução.

14.14.9. A CONTRATADA deverá apresentar um Plano de Implantação em no máximo 30 (trinta) dias ininterruptos a partir da assinatura do contrato.

14.14.10. A execução do plano de implantação somente poderá ser iniciada após a sua aprovação pela CONTRATANTE.

14.14.11. A CONTRATADA deverá estar com todos os equipamentos instalados e prontos para funcionar, com a central analítica de pontos de cercamento, Plataforma de monitoramento e gestão e Centro de Controle Operacional, inclusive com a aferição do Inmetro, no prazo máximo de noventa dias, após a emissão das Ordens de Serviço pela CONTRATADA.

14.14.12. O detalhamento do Plano de Implantação deverá conter no mínimo:

14.14.12.1. Cronograma com macro atividades a serem desenvolvidas para a implantação de todos os serviços previstos neste documento.

14.14.12.2. Identificação dos responsáveis das atividades.

14.14.12.3. Duração das atividades.

14.14.12.4. Sequenciamento das atividades.

14.14.12.5. Projetos Executivos dos Reits.

#### 14.14.13. Cronograma de Execução

ITEM	FASE	PRAZO ESTIMADO	RESPONSÁVEIS
1	Assinatura do Contrato	D¹	CONTRATADA / CONTRATANTE (DETRAN- DF)
2	Reunião de alinhamento	D+15	CONTRATADA / CONTRATANTE (DETRAN- DF)

3	Apresentação do Plano de Implantação	D+30	CONTRATADA / CONTRATANTE (DETRAN-DF)
4	Emissão das Ordens de Serviço Inicial	D+45	CONTRATANTE (DETRAN-DF)
5	Início da Implantação após OS	D+60	CONTRATADA
6	Término total da implantação	D+150	CONTRATADA

(1) Marco Inicial. Os dias serão contados de forma corrida.

14.14.13.1. O cronograma proposto poderá ser prorrogado, mediante solicitação oficial da CONTRATADA e aprovação da CONTRATANTE, caso sejam comprovados casos fortuitos ou força maior.

14.14.13.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

### ANEXO III AVALIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EM CAMPO

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Como parte do procedimento licitatório, a licitante classificada em 1º lugar deverá instalar as amostras proposta para testes de avaliação em escala real e averiguação dos requisitos mínimos obrigatórios previstos no Termo de Referência;

1.2. Os exames práticos serão realizados em estrita conformidade com o que estiver expresso neste Termo de Referência, vedando-se qualquer outra avaliação complementar;

1.3. A licitante classificada em 1º lugar no pregão poderá realizar os testes em qualquer unidade da federação, à sua escolha, onde tiver contrato e equipamentos instalados;

1.4. No caso de realização dos testes em Brasília a via, o(s) local(ais), a(s) faixa(s) de rolamento, a data e o período da avaliação serão determinados pelo DETRAN/DF. A via será escolhida entre as disponíveis quando da realização dos testes;

1.5. A Avaliação de Campo dos equipamentos de Controle Eletrônico de Velocidade será efetuada por Comissão composta por um representante da Contratante, que possua reconhecida capacidade e idoneidade técnica;

1.6. A licitante deverá indicar até dois representantes para que acompanhem a avaliação de seus equipamentos junto a Comissão do DETRAN/DF;

1.7. Será permitida a permanência de no máximo 01 (uma) pessoa indicada por cada uma das outras licitantes nos locais de instalação para acompanhar a operação dos sistemas na avaliação em campo;

1.8. A licitante classificada em 1º lugar deverá demonstrar os equipamentos ofertados, devendo instalá-lo e configurá-lo, de modo a deixá-lo totalmente em operação, para fins de avaliação no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de recebimento da solicitação formal. Todos os custos de instalação dos equipamentos destinados ao teste de avaliação em escala real correrão por conta da licitante;

1.9. A obtenção de energia elétrica e da comunicação de dados no local da avaliação, no prazo estipulado no item 1.8 deste documento, é de responsabilidade exclusiva da licitante;

1.9.1. Caso a concessionária de energia e/ou comunicação de dados não atenda a solicitação da empresa dentro deste prazo, a empresa deve solicitar formalmente a suspensão dos prazos de instalação até que esteja estabelecida, juntando cópia do protocolo de solicitação e informando o prazo necessário. Neste período não será permitido à empresa acesso ao local de instalação para montagem ou configuração do sistema.

1.10. Na Avaliação de Campo, a imagem deverá ser tomada pela parte traseira do veículo e obedecer ao disposto no Termo de Referência - Anexo I, devendo abranger a traseira do veículo de forma a permitir a perfeita identificação visual da placa, marca e modelo, além de enquadramento e tarja com as informações corretas.

#### 2. ESCOPO

2.1. Deverá ser instalado e configurado os seguintes equipamentos:

2.1.1. 02 (dois) REIT III, (com a mesma tecnologia a ser utilizada na contratação).

2.2. Entre os 02 (dois) REITs III deverá ser demonstrada a matriz origem-destino e o cálculo do tempo de percurso;

2.3. Os equipamentos deverão monitorar e fiscalizar, no mínimo, 03 (três) faixas de rolamento adjacentes à calçada (lado direito do sentido do trânsito) de uma seção de pista;

2.4. Deverão ser testados os sistemas de dados estatísticos on-line via web;

2.5. Juntamente com os equipamentos, a licitante deverá apresentar manuais, descrição das características funcionais, elétricas, eletrônicas, ópticas, mecânicas e do sistema aplicativo de tratamento de informação, para cada tipo de equipamento ofertado;

2.6. Deverá apresentar especificações técnicas claras dos recursos técnicos, marcas e modelos dos programas (softwares), materiais e demais componentes do objeto licitado e ofertado e as facilidades operacionais dos serviços;

2.7. Não será aceita a simples cópia do memorial descritivo, sob pena de desclassificação;

2.8. O prazo máximo dos testes será de até 5 (cinco) dias úteis;

2.9. Para possibilitar a avaliação das funcionalidades dos equipamentos e sistemas, como descritos no “item 4” do Termo de Referência, os equipamentos deverão ser instalados, conforme configuração a seguir:

2.9.1. Com base nas informações produzidas pelos equipamentos, será testado os sistemas de origem-destino, tempo de percurso e dados estatísticos on-line via web;

2.9.2. Os REIT's deverão possuir câmera panorâmica de modo a possibilitar verificação das condições do trânsito no local em que se encontram instalados;

2.9.3. A câmera panorâmica deverá enviar um fluxo de vídeo colorido, durante o dia, à Central na resolução mínima de 1024 x 768, com taxa mínima de 15fps, em qualidade adequada para a visualização no Vídeo Wall, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a transmissão à Central, (celular, wifi, fibra ou outra tecnologia);

2.9.4. A licitante, além da instalação dos equipamentos de campo, deverá prover de todos os meios para realização dos testes, exceto transporte dos integrantes da comissão de avaliação que será de responsabilidade do DETRAN/DF, no caso de o equipamento não ser instalado no Distrito Federal. Terminado o prazo de instalação, os equipamentos serão lacrados pela comissão de avaliação do DETRAN/DF, devendo permanecer assim até a data dos testes. Após a finalização dos testes, os equipamentos serão lacrados novamente.

- 2.10. A licitante que não demonstrar, bem como não deixar o equipamento ofertado plenamente operacional no prazo ora estabelecido, será desclassificada;
- 2.11. Qualquer equipamento instalado para teste de avaliação em escala real somente poderá ser trocado ou alterado, se houver autorização formal da Gerência de Licitação;
- 2.12. Durante a análise do equipamento instalado para teste de avaliação em escala real será verificado o atendimento às especificações técnicas do Termo de Referência e seus anexos e a conformidade com a literatura/manuais técnicos entregues, devendo a licitante fornecer todas as informações necessárias à Gerência de Licitação e efetuar todos os testes solicitados;
- 2.13. Se o equipamento encaminhado para teste de avaliação em escala real não contiver ao menos as especificações descritas no Termo de Referência, a licitante será desclassificada;
- 2.14. Se for instalado para demonstração equipamentos com características superiores às da proposta da licitante, esta poderá ser aceita desde que a licitante apresente declaração se comprometendo a entregar unidades do equipamento iguais ou superiores à amostra, sem qualquer ônus adicional para o DETRAN/DF. Do contrário, a licitante terá a sua proposta de preço desclassificada;
- 2.15. Todos os equipamentos instalados para teste de avaliação em escala real ficarão sob responsabilidade da licitante, sendo assim, caso haja sinistros (furto, roubo, depredação ou qualquer outro ato que provoque a perda ou danos no equipamento) a licitante arcará com os prejuízos. Os equipamentos somente poderão ser removidos do local onde foram instalados para demonstração quando houver autorização formal da Gerência de Licitação do DETRAN/DF;
- 2.16. Os REIT's, para fins de avaliação, deverão efetuar as seguintes atividades, para os veículos que trafegam pelas faixas de rolamento monitoradas, durante o período da avaliação:
- 2.17. Capturar, automaticamente, as imagens digitalizadas dos veículos que trafegam em velocidade superior à permitida, com o devido acréscimo de tolerância estabelecido pelo INMETRO e gerar os respectivos comprovantes de infração. Este item deverá ser comprovado in loco através da visualização das imagens em tela de computador (disponibilizado pela licitante) conectado aos equipamentos em demonstração. Para a situação em que não se deve capturar a imagem em função do não excesso de velocidade, o registro estatístico deve ser comprovado perante os avaliadores;
- 2.18. Registrar e armazenar os dados estatísticos para cada veículo que trafega pelas faixas monitoradas pelo equipamento (independentemente da velocidade desenvolvida);
- 2.19. Classificar os veículos registrados;
- 2.20. Comprovar o atendimento da exigência de que o equipamento deverá voltar a operar normalmente após o retorno da energia elétrica em decorrência do desarme por interrupção dela;
- 2.21. Será solicitado a licitante que estiver demonstrando seu equipamento, que desligue os equipamentos da energia elétrica e depois liguem novamente, para verificação do retorno de funcionamento do equipamento;
- 2.22. Comprovar o atendimento do funcionamento autônomo do equipamento de Controle Eletrônico de Velocidade, quando houver falta de energia da rede pública;
- 2.23. Comprovar os itens de segurança previstos no Termo de Referência em conjunto com laudo comprobatório;
- 2.24. Serão solicitadas à licitante, pelo menos duas imagens capturadas (de cada equipamento) durante os testes, gravadas em mídia (DVD/CD-ROM/PEN-DRIVE/HD EXTERNO, entre outros), de modo a possibilitar que se confirme a impossibilidade de abertura não autorizada delas, através de softwares comerciais de edição de imagem;
- 2.25. As imagens capturadas citadas deverão conter todos os dados exigidos neste documento, para isso, será solicitado que a licitante, através do software desenvolvido, exiba as duas imagens na tela do computador para confirmação da existência dos dados;
- 2.26. A comprovação dos itens estatísticos deverá ser feita por meio de visualização in loco, do registro (linha) estatístico na tela de computador no momento da passagem do veículo pelos equipamentos, indicando os seguintes dados:
- 2.26.1. Data e hora (hh:mm:ss) da passagem do veículo;
- 2.26.2. Velocidade medida (em Km/h);
- 2.26.3. Qual o tipo de veículo.
- 2.26.4. O tipo do veículo pode ser apresentado de modo codificado, desde que a licitante apresente previamente a tabela de codificação;
- 2.26.5. A classificação do tipo de veículo será comparada com as fotos capturadas pelos equipamentos e deverá estar dentre dos índices de acerto exigidos, conforme exigido no Termo de Referência.

3. Na demonstração da tecnologia LPR, se pretende verificar a captura digital das placas dos veículos que passam pelos mesmos e o seu confronto com o banco de dados da frota de veículos do Distrito Federal de forma on-line. Para tal, serão fornecidos às empresas arquivos de dados em formato TXT e suas respectivas estruturas, contendo tabelas dos veículos registrados no DF, marca/modelo, cores, tipos, categoria e espécie. O veículo ao passar pelo equipamento terá a imagem de sua placa capturada digitalmente, placa esta que deve ser reconhecida e transformada em caracteres alfanuméricos através de processo de leitura automatizada e confrontada com o banco de dados, que contém os dados cadastrais dos veículos do DF, apresentando concomitantemente, de forma on-line, na tela do computador instalado no local de demonstração dos equipamentos a ser definido pelo DETRAN/DF, a identificação do veículo que passou pelo equipamento, mostrando sua imagem e dados cadastrais.

#### 4. TESTE DE AVALIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EM ESCALA REAL

- 4.1. Após a avaliação de todos os requisitos mínimos obrigatórios, os equipamentos deverão permanecer ligados de forma ininterrupta, durante 24 horas, para fins de avaliação de confiabilidade e aproveitamento das imagens;
- 4.2. Ao final deste período de avaliação, todas as imagens, filmes, dados estatísticos e “logs” dos equipamentos deverão ser gravados em mídia (DVD/CD-ROM/PEN-DRIVE/HD EXTERNO, entre outros), no próprio equipamento instalado na via e entregue ao DETRAN/DF para avaliação;
- 4.3. A Comissão adotará no teste de avaliação em escala real dos equipamentos/sistemas, procedimentos em campo e em escritório, visando a sistematização e uniformização da análise técnica em campo e os procedimentos consistirão em:
- 4.3.1. Estipulação do horário em que o teste se iniciará e terminará;
- 4.3.2. Gravação de todos os dados estatísticos dos veículos que trafegarem no local de demonstração dos equipamentos da licitante, bem como a imagem daqueles que infringirem a sinalização local;
- 4.3.3. Apresentação dos sistemas de registro da imagem dos veículos, teste do registro on-line, pela licitante;
- 4.3.4. Demonstração da visualização dos dados estatísticos dos veículos que trafegarem no local dos testes;
- 4.3.5. Exposição dos componentes do equipamento objeto da demonstração, tais como estrutura física, câmeras, “flash”, processadores, “nobreaks”, etc.
- 4.4. Apresentação do sistema on-line para abertura de chamados de manutenção, com teste de abertura, atendimento e fechamento do chamado;
- 4.5. Deverão ser verificadas através de medições diretas ou simulações a detecção das seguintes infrações:
- 4.5.1. Transitar em velocidade superior à máxima permitida em até 20% - Art. 218, I, BTB: 745-50;
- 4.5.2. Transitar em velocidade superior à máxima permitida em mais de 20% até 50% - Art. 218, II, CTB: 746-30;
- 4.5.3. Transitar em velocidade superior à máxima permitida em mais de 50% - Art. 218, III, CTB: 747-10;
- 4.5.4. Desrespeitar o sinal vermelho no semáforo – Art. 208, CTB: 605-03;
- 4.5.5. Parar sobre a faixa de pedestres na mudança de sinal luminoso – Art. 183, CTB: 567-32;
- 4.5.6. Transitar na faixa ou via exclusiva regulamentada para transporte público coletivo passageiros – Art. 184, III, CTB 758-70;
- 4.5.7. Transitar com o veículo em ciclovias, ciclofaixas – Art. 193, CTB: 581-92;
- 4.5.8. Transitar em locais e horários não permitidos pela regulamentação – Art. 187, I, CTB: 574-61;
- 4.5.9. Não conservar o veículo na faixa a ele destinada pela sinalização de regulamentação – Art. 185, I, CTB: 570-30;

- 4.5.10. Executar operação de conversão à direita em locais proibidos pela sinalização – Art. 207, CTB: 604-11;
- 4.5.11. Executar operação de conversão à esquerda em locais proibidos pela sinalização – Art. 207, CTB 604-12;
- 4.5.12. Teste para verificar a detecção de veículo que se encontra em situação irregular.
- 4.6. Coleta de dados de uma quantidade de veículos, a ser definida pela Comissão, que transitarem sequencialmente pela faixa da esquerda da pista. Os dados obtidos serão confrontados com os registrados pelos Sistemas da empresa licitante, e verificados a obtenção da foto, o reconhecimento dos caracteres das placas e os dados cadastrais de identificação dos veículos.
- 4.7. Durante esta fase da apresentação, os Sistemas da licitante deverão apresentar em tela de computador (monitores):
- 4.7.1. Monitor 1 – as imagens da câmera panorâmica - simulação de chamada das imagens de câmera em ponto remoto da Gestão de Trânsito;
- 4.7.2. Monitor 2 – de forma simultânea a foto e/ou vídeo e os demais dados de identificação do veículo que for capturado em qualquer situação irregular ou de cometimento de infração.
- 4.8. Todas as informações capturadas pelos equipamentos em demonstração, visando um posterior cotejamento analítico das informações geradas pelos equipamentos da licitante, deverão ser entregues à Comissão. Os dados coletados durante o período de teste para avaliação do equipamento em campo deverão ser gravados no local e fornecidos pela licitante na mídia (DVD/CD-ROM/PEN-DRIVE/HD EXTERNO, entre outros);
- 4.9. No escritório os procedimentos consistirão em:
- 4.9.1. Processamento e verificação das imagens coletadas em campo;
- 4.9.2. Demonstração da segurança do sistema;
- 4.9.3. Verificação e comprovação das imagens dos veículos pré-cadastrados e que passaram no local dos testes com excesso de velocidade;
- 4.9.4. Verificação e demonstração da imagem panorâmica da via monitorada (clique em tela seguido da disponibilização da imagem);
- 4.9.5. Verificação da notificação da queda e restabelecimento de energia e comunicação;
- 4.9.6. Verificação do sistema de origem-destino e tempo de percurso;
- 4.9.7. Verificação do sistema de dados estatísticos on-line via web.
- 4.10. A empresa que estiver demonstrando o equipamento no teste de avaliação em escala real poderá realizar as manutenções que julgarem necessárias no equipamento, desde que essas manutenções não sejam de tal forma a configurar-se uma situação irreel do estado de regime operacional;
- 4.11. Antes de a licitante realizar qualquer manutenção deverá esta informar previamente a Comissão Técnica devendo esta aprovar ou não. Em caso de aprovação, as demais licitantes serão avisadas para que, caso queiram, possam acompanhar também;
- 4.12. Não será permitido a empresa licitante efetuar a manutenção dos equipamentos de forma constante, pois esse comportamento difere do estado normal de regime operacional;
- 4.13. Considera-se constante mais de 1 (um) pedido de manutenção por equipamento, durante 12 (doze) horas;
- 4.14. O DETRAN/DF efetuará o lacre da caixa que contém o equipamento ofertado para o teste de avaliação em escala real e o mesmo somente poderá ser rompido com autorização de um dos membros da Comissão de Avaliação Técnica. O rompimento do lacre fora destas condições descritas implicará na desclassificação da empresa licitante;
- 4.15. A avaliação das imagens consistirá no seguinte procedimento:
- 4.15.1. Até às 14 horas do primeiro dia corrido, após o término dos Testes de Avaliação dos Equipamentos em Escala Real a licitante deverá entregar para a Comissão de Avaliação Técnica uma mídia (DVD/CD-ROM/PEN-DRIVE, HD EXTERNO, entre outros) contendo a gravação de todas as imagens/vídeos capturadas, logs e os dados estatísticos;
- 4.15.2. Não será admitido o tratamento das imagens, qualquer que seja;
- 4.15.3. Os veículos com placas encobertas, sujas, apagadas, extremamente refletivas e em outras situações que notadamente inviabilizem a legibilidade delas, não sendo falha do equipamento, serão desprezadas. Não se encaixa a este parágrafo a ilegitimidade da placa ou da identificação da marca e do modelo do veículo devido à má qualidade da imagem seja ela por falta ou excesso de iluminação, baixa resolução ou outros fatores adversos.
- 4.16. A empresa licitante que estiver demonstrando o equipamento deverá disponibilizar equipe técnica para a realização dos testes em escala real e acompanhamento de vistorias conjuntas em períodos pré-estabelecidos. Será vedada a participação e/ou manifestação de pessoas não autorizadas.
- 4.17. Todas as especificações dos equipamentos (hardware) e software, deverão atender os descritivos do Anexo I.

## ANEXO IV

### MODELO DE PROPOSTA FORMAÇÃO DE PREÇOS

AO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

A Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ(CGC)/MF sob nº \_\_\_\_\_ instalada no (endereço completo), telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, apresenta proposta para:

PROPOSTA DE PREÇO						
ORDEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO MENSAL	PREÇO ANUAL	PREÇO GLOBAL
	Serviços de monitoramento e gestão das informações de tráfego e fiscalização eletrônica para as vias urbanas do Distrito Federal, com uso do Registrador Eletrônico de Infrações de Trânsito REIT III – avanço de sinal vermelho, com sistema intrusivo e não intrusivo ao pavimento.	381 faixas/mês	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>PREÇO GLOBAL PARA 60 (SESSENTA) MESES</b>						

1. Validade da Proposta: dias (não inferior a 90 dias).

2. Os Pagamentos deverão ser efetuados no Banco\_Agência\_Conta Corrente nº

Obs. As empresas que possuem sede, filiais ou representações no Distrito Federal com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do contratado junto ao Banco de Brasília S/A - BRB. Dessa forma deverão indicar número da



conta corrente a agência do BRB, em cumprimento ao disposto Decreto nº32.767 de 17 de fevereiro de 2011.

3. Declaramos que na nossa proposta os valores apresentados englobam todas as despesas com tributos, impostos, contribuições fiscais, parafiscais ou taxas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, que incidam direta ou indiretamente no valor dos serviços cotados que venham a onerar o objeto desta licitação.

4. Declaramos que os prazos serão os indicados ou os solicitados na forma do Termo de Referência e Edital.

5. Declaramos que aceitamos acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato, de acordo com o § 10 do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93. (art. 125, 14.133)

Brasília, de de 2026.

Nome Fantasia:

CNPJ:

Razão social:

Endereço completo:

Representante Legal da Empresa

## ANEXO VI

### TERMO DE CONFIDENCIALIDADE CORPORATIVA

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste termo é a proteção das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS disponibilizadas pelo Detran-DF, em razão do contrato celebrado entre as partes.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEFINIÇÕES

Todas as informações técnicas obtidas através da execução do contrato celebrado entre o Detran-DF e a empresa contratada serão tidas como confidenciais.

PARÁGRAFO ÚNICO: Serão consideradas confidenciais, para efeito deste Termo, toda e qualquer informação disponibilizada pelo Detran-DF que, ainda que não estejam acobertadas pelo sigilo legal.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA RESPONSABILIDADE

Os empregados da Empresa Contratada se comprometem a manter sigilo, não utilizando tais informações confidenciais em proveito próprio ou alheio. Os empregados que detiverem os dados confidenciais incorrem nos mesmos deveres dos servidores públicos conforme estabelece o artigo 327 do Código Penal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Empresa Contratada deverá fornecer Termo de Confidencialidade dos funcionários que prestarão serviço ao Detran-DF, bem como atualizá-lo em caso de dispensa e nova contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O Detran-DF poderá exigir Termos de Confidencialidade individuais quando entender necessário.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA GUARDA DAS INFORMAÇÕES

O dever de confidencialidade e sigilo previsto neste termo terá validade durante toda a vigência da execução contratual. A custódia das informações deverá obedecer aos padrões de segurança contratualmente estipulados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

A contratada se obriga a:

Cumprir as disposições da Política de Segurança da Informação desta instituição; Usar tais informações apenas com o propósito de bem e fiel cumprir o objeto contratado; Manter o sigilo relativo às informações confidenciais e revelá-las apenas aos empregados cadastrados que tiverem necessidade de ter conhecimento sobre elas; Manter procedimentos administrativos adequados à prevenção de extravio ou perda de quaisquer documentos ou informações confidenciais, devendo comunicar à Contratante, imediatamente, a ocorrência de incidentes desta natureza, o que não excluirá sua responsabilidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A quebra do dever de sigilo e a violação das obrigações deste Termo sujeitarão o responsável à pena prevista no artigo 325 do Código Penal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os funcionários da contratada deverão destruir todos e quaisquer documentos por eles produzidos que contenham informações confidenciais quando não mais for necessária a manutenção desses, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções, sob pena de incorrer nas responsabilidades previstas neste instrumento.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Ao assinar o presente instrumento, a Empresa Contratada manifesta sua concordância no seguinte sentido:

Todas as condições, termos e obrigações, ora constituídas, serão regidas pelo presente Termo, bem como pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes; O presente Termo só poderá ser alterado mediante a celebração de novo termo, posterior e aditivo; As alterações do número, natureza e quantidade das informações confidenciais disponibilizadas pela Contratada não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso ou as obrigações pactuadas neste Termo de Confidencialidade, que permanecerá válido e com todos os seus efeitos legais em qualquer das situações tipificadas neste instrumento; O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer das informações confidenciais conhecidas pelo funcionário, serão incorporadas a este Termo, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, não sendo necessária, nessas hipóteses, a assinatura ou formalização de Termo de Confidencialidade aditivo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VALIDADE

Este Termo tornar-se-á válido a partir da data de sua efetiva assinatura pelas partes, mantendo-se esse compromisso, inclusive, após o término da contratação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A não-observância de quaisquer das disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitará a Empresa Contratada, por ação ou omissão de qualquer de seus agentes, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos comprovados pelo Detran-DF.

Brasília, de de 2026.

Nome Fantasia:  
CNPJ:  
Razão social:  
Endereço completo:

Representante Legal da Empresa

ANEXO VII  
TERMO DE ENTREGA DE EQUIPAMENTO

Nº CONTRATO:

Este presente termo visa atestar que foram entregues ao DETRAN/DF os seguintes equipamentos, e que eles se encontram devidamente instalados e em plenas condições de operação, conforme os requisitos e obrigações contidas no Edital xxx/20xx.

EQUIPAMENTO	ENDEREÇO	QTD FAIXAS

OBSERVAÇÕES:

Entregue por:  
(assinatura/ carimbo)

Recebido por:  
(assinatura/ carimbo)

Brasília - DF, de de 2026.

ANEXO VIII  
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE EQUIPAMENTO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE EQUIPAMENTO				
REIT TIPO CONTRATO				
Nº EMPRESA:				
ORDEM	ITEM	CONFORMIDADE		OBSERVAÇÃO
		SIM	NÃO	

1	ENDEREÇO	()	()	
2	CROQUI	()	()	
3	SINALIZAÇÃO	()	()	
4	MODELO EQUIPAMENTO	()	()	
5	AFERIÇÃO	()	()	
6	ESTUDO TEMPO DE RETARDO	()	()	
7	QUANTIDADE DE FAIXAS	()	()	
8	LPR	()	()	
DATA DA HOMOLOGAÇÃO //		DATA DE INÍCIO DE OPERAÇÃO //		

**ANEXO IX**  
**FORMULÁRIO DE CADASTRO RESERVA**

RELAÇÃO DOS FORNECEDORES REGISTRADOS EM CADASTRO RESERVA PARA O FORNECIMENTO DOS PRODUTOS REGISTRADOS EM ATA, NA IMPOSSIBILIDADE DE FORNECIMENTO PELO DETENTOR DA ATA:

EMPRESA:

CNPJ Nº:

ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
	Registrador Eletrônico de Infrações de Trânsito REIT III – sistema de detecção de avanço de sinal vermelho.	R\$ 3.315,38	R\$ 1.263.159,78	R\$ 15.157.917,36

**ANEXO X**  
**MODELOS DE DECLARAÇÕES**

**1.DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

Ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF,

Declaramos, para efeito da licitação em epígrafe, junto ao DETRAN/DF, disposto no Termo de Referência e seus Anexos, que indicamos para ser(em), responsável(eis) técnico(s) pelas obras/serviços, os profissionais abaixo listados, e que tal indicação está em consonância com as resoluções nº 217 de 29/06/76 e nº 425 de 18/12/98, do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia:

Resolução 218/1973 Resolução 1.025/2009

1–DIRETOR TÉCNICO

NOME: CREA Nº

ASSINATURA: DATA DE REGISTRO ESPECIALIDADE:

2-ENGENHEIRO SUPERVISOR

NOME: CREA Nº

ASSINATURA: DATA DE REGISTRO ESPECIALIDADE:

3–ENGENHEIRO RESIDENTE

NOME: CREA Nº

ASSINATURA: DATA DE REGISTRO ESPECIALIDADE:

Declaramos, outrossim, que os profissionais acima relacionados como engenheiro residente estarão disponíveis durante a vigência deste contrato para acompanhamento dos serviços/obras, e que nenhum destes profissionais é responsável técnico por outra empresa em outra região, sem a correspondente autorização do CREA respectivo.

Ficam ainda cientes os acima relacionados das restrições contidas no Ato nº 15 do CREA-DF e Deliberação nº 08/88-CEE Civil do CREA-DF, cujos descumprimentos acarretarão as aplicações das penalidades cabíveis.

Brasília, de de 2026.

Nome Fantasia:

CNPJ:

Razão social:

Endereço completo:

\_\_\_\_\_  
Representante Legal da Empresa

## 2. DECLARAÇÃO DE ATESTADO DE VISTORIA

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida no endereço \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo seu representante legal, Sr(a) \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, declara que vistoriou o local onde os serviços serão realizados, bem como tem ciência de todas as particularidades e peculiaridades na execução do objeto do Pregão Eletrônico /20\_\_\_\_, não podendo alegar no futuro desconhecimento para quaisquer fins e efeitos.

Brasília, de de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante legal da Empresa

\_\_\_\_\_  
Representante do Órgão

## 3. MODELO DE DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE VISTORIA

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida no endereço \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo seu representante legal, Sr(a) \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, declara que se ABSTEM de realizar vistoria e está ciente que não poderá alegar desconhecimento do local, bem como das dificuldades que poderão surgir no curso da execução dos serviços objeto do Pregão Eletrônico nº /20\_\_.

Brasília, de de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante legal da Empresa

## 4. DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019 E ARTIGO 14 DA LEI 14.133/2021

Pregão Eletrônico nº /20\_- Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida no endereço \_\_\_\_\_, telefone n.º \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal, Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no artigo. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no artigo 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Brasília, de de 20 .

\_\_\_\_\_  
Representante legal da Empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

## 5. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI DISTRITAL N.º 4.799/2012

Pregão Eletrônico nº /20\_- Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone/fax nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal, Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que atende ou que atenderá durante a vigência do contrato ao disposto na Lei Distrital 4.799, de 29 de março de 2012, para a contratação referente ao objeto do Pregão Eletrônico nº /20\_- Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

Brasília, de de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante legal da Empresa

## 6. DECLARAÇÃO - LEI FEDERAL 8.213/91

(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

Ao DETRAN/DF

(Entidade) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na (endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins de atendimento ao art. 93, da Lei Federal 8.213/91, que dispõe, em seus quadros, do percentual de empregados beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na proporção de %, na medida em que atualmente conta com ( ) empregados.

ENTIDADE

\_\_\_\_\_  
Representante legal da Empresa

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

Observação: caso possua menos de cem empregados, a declaração deverá ser apresentada na seguinte forma

(Entidade) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na (endereço completo), neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, **DECLARA** que possui menos de 100 empregados, não se submetendo, portanto, ao regime estabelecido no art. 93, da Lei Federal 8.213/91.

Brasília, de de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante legal da Empresa

## 7. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI DISTRITAL N.º 6.128/2018

Pregão Eletrônico nº /20\_- Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone/fax nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal, Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA para fins do disposto na Lei Distrital 6.128, de 1º de março de 2018, que será oportunizado o preenchimento de 2% de vagas de trabalho a serem destinadas a pessoas em situação de rua, para a contratação objeto do Pregão Eletrônico nº /20\_- Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

Brasília, de de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante legal da Empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

## 8. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N.º 13.709/2018

Pregão Eletrônico nº /20\_- Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone/fax nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal, Sr(a).

\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que:

1. Tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo DETRAN/DF.

2. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

3. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoas sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.

4. Tem ciência que poderá responder administrativa e/ou judicialmente, em caso de causar danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

5. Está ciente e de acordo que o Detran-DF, para a execução do serviço ou aquisição objeto deste edital, tenha acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, entre outros que possam ser exigidos para a execução contratual.

6. Possui conhecimento de que a LICITANTE/CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao Detran-DF, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, ocorridos durante o prazo contratual, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

Brasília, de de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante legal da Empresa

9. DECLARAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA

D E C L A R A Ç Ã O

Ref.: (identificação da licitação)

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº\_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993 (inciso VI, art. 68 da Lei nº14.133), acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Brasília, de de 2026.

Nome Fantasia:  
CNPJ:  
Razão social:  
Endereço completo:

\_\_\_\_\_  
Representante Legal da Empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO B (do Edital)  
TABELA DE PREÇO MÁXIMO ADMISSÍVEL

LOTE	ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADES	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
ÚNICO	1	17744	Registrador Eletrônico de Infrações de Trânsito REIT III – sistema de detecção de avanço de sinal vermelho.	381 faixas	R\$ 3.315,38	R\$ 1.263.159,78	R\$ 15.157.917,36
VALOR TOTAL GLOBAL DA LICITAÇÃO (60 MESES)							R\$ 75.789.586,80

ANEXO C (do Edital)  
MODELOS DE DECLARAÇÕES

## 1. DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019 E ARTIGO 14 DA LEI 14.133/2021

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/20\_\_ Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019.

Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

.....  
(Local data)

.....  
(representante)  
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

## 2. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI DISTRITAL Nº 4.770/2012

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/20\_\_ Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone/fax nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA para fins do disposto no artigo 2º da Lei Distrital 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, que receberá, sem nenhum custo para o Detran-DF, bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pela administração pública, provenientes do objeto do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/20\_\_ - Departamento de Trânsito do Distrito Federal, e que dará o destino legalmente estabelecido para a deposição e o tratamento adequados de objetos e resíduos.

.....  
(Local e data)

.....  
(representante)  
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

## 3. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI Nº 13.709/2018

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/20\_\_ Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone/fax nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que:

1. Tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo DETRAN/DF.
2. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
3. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.
4. Tem ciência que poderá responder administrativa e/ou judicialmente, em caso de causar danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.
5. Está ciente e de acordo que o DETRAN/DF, para a execução do serviço ou aquisição objeto deste edital, tenha acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, entre outros que possam ser exigidos para a execução contratual.
6. Possui conhecimento de que a LICITANTE/CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao DETRAN/DF, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, ocorridos durante o prazo contratual, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD..

Brasília (DF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA  
(SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)

## 4. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI DISTRITAL Nº 4.799/2012

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/202\_\_ Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone/fax nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que atende ou que atenderá durante a vigência do contrato ao disposto na Lei Distrital 4.779, de 29 de março de 2012, para a contratação referente ao objeto do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/202\_ - Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

(Local data)

(representante)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO D (do Edital)  
MINUTA CONTRATO

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO  
FEDERAL  
Processo nº 00055-00017994/2026-23  
Contrato de Prestação de Serviços nº xx/20xx

O DISTRITO FEDERAL, por intermédio do DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL - DETRAN/DF, autarquia distrital, inscrita no CNPJ sob o nº 00.475.855/0001-79, com sede na SEPS 713/913 BLOCO D - Bairro ASA SUL - CEP 70390-135, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, XXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXX, CI nº XXXXXXXX, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa xxxxx, inscrita no CNPJ nº xxxxx, com sede na xxxxx, doravante denominada CONTRATADA, representada por xxx, CPF nº xxxxx, CI nº xxx na qualidade de xxx,tendo em vista o que consta no **Processo nº 00055-00017994/2026-23**, e em observância às disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, do **Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023**, e demais normas aplicáveis, bem como pelo resultado do **Pregão Eletrônico nº xxx/2026**, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (ART. 92, I E II, DA LEI Nº 14.133/21)

1.1. O objeto deste Contrato é a contratação de serviços de monitoramento e gestão das informações de tráfego e fiscalização eletrônica para as vias urbanas do Distrito Federal, com uso do Registrador Eletrônico de Infrações de Trânsito **REIT III (avanço de sinal vermelho)**, com tecnologia intrusiva ou não intrusiva ao pavimento, para atender às necessidades do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF.

1.2. A contratação abrange os seguintes itens e quantitativos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓD. CASTER	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (MENSAL)	VALOR MENSAL TOTAL	VALOR GLOBAL (60MESES)
1	Registrador Eletrônico de Infrações (REIT III) - Sistema de detecção de avanço de sinal vermelho	17744	381 faixas	R\$ xxxx	R\$ xxxx	R\$ xxxxx

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência nº XX/2026-DETRAN/DG (XXXXX) e seus Anexos;;
- 1.3.2. O Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026 (XXXXX) e seus anexos;
- 1.3.3. A Proposta da CONTRATADA (XXXX)
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. A solução configura Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC (equipamentos e infraestrutura, conforme Anexo II da IN SGD/ME nº 94/2022), sendo vedada a oferta de múltipla solução ou serviços estratégicos de forma conjunta que fira o art. 3º da referida Instrução Normativa.

1.5. Em observância à sustentabilidade ambiental, a CONTRATADA deverá realizar a gestão de resíduos eletrônicos e reciclagem de materiais descartados, nos termos da Lei Distrital nº 4.770/2012.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO (ART. 106 E 107 DA LEI Nº 14.133/21)

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) meses**, contados da data da sua assinatura, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os **custos não renováveis** já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.



### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO (ART. 92, IV, VII E XVIII)

- 3.1. O regime de execução deste Contrato é o de **empreitada por preço global**, com prestação de serviços de natureza contínua.
- 3.2. Os serviços serão executados conforme as etapas e prazos definidos no Termo de Referência, compreendendo:
- 3.2.1. **Implantação:** Realização de vistorias técnicas nos locais indicados e instalação dos equipamentos REIT III em até 150 (cento e cinquenta) dias após a emissão da Ordem de Serviço (OS) inicial.
- 3.2.2. **Operação:** Monitoramento ininterrupto (24x7) com manutenção corretiva e preventiva, garantindo a integridade dos dados e o envio de imagens/infrações ao sistema do DETRAN/DF.
- 3.2.3. **Manutenção:** Manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos, com tempo de reparo variando entre **4h e 24h**, conforme a gravidade da falha (Tabela 6.2 do TR4).
- 3.3. **Níveis de Serviço (SLA) e Glosas:** A execução está sujeita ao cumprimento dos Indicadores de Níveis de Serviço (SLA) previstos no TR4:
- 3.3.1. **Disponibilidade:** O Índice de Disponibilidade (ID) será calculado pela fórmula  $ID = IDF \times IEF$ , devendo ser mantido  $\geq 0,90$  (90% de disponibilidade por faixa monitorada).
- 3.3.2. **Penalização:** O descumprimento dos SLAs ensejará glosas automáticas no pagamento mensal, variando de **10% a 100%** do valor da faixa, conforme a Tabela 8.1.3 do TR4.
- 3.4. **Gestão e Fiscalização:** O contrato será gerido e fiscalizado por representantes designados pelo DETRAN/DF, conforme o Art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes:
- 3.4.1. Gestor do Contrato: Coordenação dos aspectos administrativos, financeiros e documentais.
- 3.4.2. Fiscal Técnico: Verificação da conformidade dos equipamentos, das instalações e do cumprimento dos requisitos tecnológicos.
- 3.4.3. Fiscal Administrativo: Controle da documentação trabalhista e previdenciária da CONTRATADA.
- 3.5. **Recebimento do Objeto:**
- 3.5.1. **Provisório:** Realizado pelo fiscal técnico em até 15 (quinze) dias após a entrega do relatório mensal de serviços.
- 3.5.2. **Definitivo:** Realizado pelo gestor em até 15 (quinze) dias após o recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento de todas as obrigações contratuais.
- 3.6. Sem prejuízo das glosas de SLA por Índice de Disponibilidade, o descumprimento dos prazos de reparo (Time to Repair) sujeitará a CONTRATADA a glosas sobre o valor mensal da faixa afetada, nos termos do **item 14.10.23 do TR4**:
- I - **Falha Crítica:** 3% (três por cento) de glosa;
- II - **Falha Severa:** 2% (dois por cento) de glosa;
- III - **Falha Média:** 1% (um por cento) de glosa.

### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. **Não será admitida a subcontratação do objeto deste Contrato**, conforme estabelecido no item 16.1 do Termo de Referência nº XX/2026.
- 4.2. A CONTRATADA deverá executar o objeto diretamente, por meio de seu próprio pessoal e equipamentos, sendo-lhe vedado repassar a terceiros as responsabilidades assumidas neste instrumento.

### 5. CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO (ART. 92, V)

- 5.1. O valor mensal estimado para a execução deste contrato é de **R\$XXX (XXXX)**, perfazendo um valor anual contratado de **R\$XXX (XXXX)**.
- 5.2. O valor total global para o período de 60 (sessenta) meses é de **R\$XXX (XXXX)**.
- 5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como taxas de licenciamento, seguros, fretes e quaisquer outros custos.
- 5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos (faixas monitoradas e disponíveis) efetivamente fornecidos e atestados pela fiscalização, observados os Níveis de Serviço (SLA).

### 6. CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

- 6.1. O pagamento será efetuado mensalmente em até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento definitivo da Nota Fiscal/Fatura acompanhada da documentação válida para liquidação.
- 6.2. Para fins de faturamento, a CONTRATADA deverá apresentar relatório mensal contendo o cálculo do **Índice de Disponibilidade (ID)** por faixa monitorada. O valor do pagamento será obtido pelo somatório dos valores devidos para cada faixa que esteve em operação, observadas as glosas automáticas previstas no item 8.1 do TR4 caso o ID seja inferior a 0,90.
- 6.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser entregue pela CONTRATADA até o **5º (quinto) dia útil** do mês subsequente ao da prestação dos serviços e deve expressar:
- 6.3.1. O prazo de validade e data de emissão;
- 6.3.2. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 6.3.3. O período respectivo de execução e o valor a pagar (já deduzidas eventuais glosas de SLA);
- 6.3.4. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 6.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes certidões e documentos:
- I - Certidão junto à Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- II - Certidão de Regularidade do FGTS (CRF) junto à Caixa Econômica Federal;
- III - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) junto à Justiça do Trabalho;
- IV - Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- V - Atestado do Fiscal Técnico com cálculo detalhado do ID ( $IDF \times IEF$ ) por faixa monitorada;
- VI - Relatório de comprovantes de manutenções (Tabela TR4 6.2) e comprovação de Dashboard online em tempo real.
- 6.5. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 6.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e, persistindo a irregularidade, adotar as medidas necessárias à rescisão contratual, assegurada a ampla defesa. A omissão na entrega dos documentos técnicos citados no item 6.4 (incisos V e VI) ensejará **glosa de 5% (cinco por cento)** sobre o pagamento mensal.
- 6.7. O pagamento será realizado mensalmente por ordem bancária. Para valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o crédito será feito exclusivamente em conta corrente junto ao **Banco de Brasília S/A - BRB**, nos termos do Decreto nº 32.767/2011, ressalvadas as exceções legais para empresas de outros estados.
- 6.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação. O contratado optante pelo Simples Nacional não sofrerá retenção quanto aos tributos abrangidos pelo regime, condicionado à apresentação de comprovação oficial.
- 6.9. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por culpa da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação *pro rata tempore* do **IPCA**, nos termos do Art. 3º, do Decreto Distrital nº 37.121/2016.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE (ART. 92, V)**

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado (XXXXXXX).
- 7.2. Após o interregno de um ano, os preços serão reajustados, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, acumulado no período, ou outro índice que venha a substituí-lo por decisão oficial, conforme o art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.
- 7.3. Para os reajustes subsequentes, a periodicidade mínima de 12 (doze) meses será contada a partir da data do último reajuste ocorrido.
- 7.4. O reajuste será formalizado por simples apostilamento, exceto quando coincidir com a prorrogação da vigência contratual, hipótese em que poderá ser formalizado por termo aditivo, conforme as normas do Decreto Distrital nº 37.121/2016.
- 7.5. No caso de atraso ou deflação do índice pactuado, a Administração poderá adotar índice substitutivo previsto na legislação federal ou distrital, mantendo-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
- 8.1.1. Designar, formalmente, o gestor e os fiscais técnico e administrativo para acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Distrital nº 44.330/2023.
- 8.1.2. Proporcionar todas as facilidades e acessos necessários para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços, incluindo o acesso aos locais de instalação dos equipamentos e aos sistemas de dados do DETRAN/DF, observadas as normas de segurança cibernética.
- 8.1.3. Prestar prontamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** e que sejam necessários para a fiel execução do objeto.
- 8.1.4. Atestar a execução dos serviços mediante relatórios mensais de conformidade, avaliando rigorosamente o **Índice de Disponibilidade (ID)** e os níveis de serviço (**SLA**) pactuados, registrando eventuais falhas e aplicando as glosas devidas no momento da liquidação.
- 8.1.5. Efetuar o pagamento das faturas aprovadas nos prazos e condições estabelecidos neste Contrato, observando as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.
- 8.1.6. Analisar e aprovar, por meio da Diretoria de Engenharia de Trânsito, os projetos de instalação e vistorias técnicas apresentados pela **CONTRATADA** no prazo previsto no TR.
- 8.1.7. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção e, se for o caso, instaurar processo administrativo para aplicação de sanções, garantindo o contraditório e a ampla defesa.
- 8.1.8. Auxiliar, no que couber, nos procedimentos de aferição e homologação dos equipamentos perante o INMETRO ou órgãos delegados, conforme a legislação de trânsito vigente.
- 8.1.9. Garantir o tratamento adequado das informações recebidas pela **CONTRATADA**, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018).

## **9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (ART. 92, XIV, XVI E XVII)**

- 9.1. Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além das previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Termo de Referência nº XX/2026-DETRAN/DG:
- 9.2. É responsabilidade da **CONTRATADA** assegurar que cada faixa monitorada apresente Índice de Disponibilidade (ID) igual ou superior a **0,90 (noventa por cento)**, calculado mensalmente pela fórmula  $ID = IDF \times IEF$  estabelecida no Termo de Referência nº XX/2026-DETRAN/DG.
- 9.2.1. O descumprimento do índice mínimo de disponibilidade ( $ID < 0,90$ ) ensejará a aplicação de glosas automáticas no pagamento mensal, conforme a gradação prevista na **Tabela 8.1.3 do TR4**, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por inexecução parcial do objeto.
- 9.3. A **CONTRATADA** deverá realizar manutenções preventivas mensais em todos os equipamentos instalados e executar manutenções corretivas para sanar falhas críticas no prazo máximo de 4 (quatro) horas e falhas não críticas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da constatação do defeito ou da notificação pela fiscalização.
- 9.4. Cabe à **CONTRATADA** providenciar, exclusivamente a suas expensas, a verificação inicial e as verificações periódicas anuais de todos os equipamentos de fiscalização eletrônica perante o INMETRO ou entidade por este delegada, mantendo os certificados de aferição e os lacres de segurança íntegros e atualizados.
- 9.5. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar ao CONTRATANTE acesso a um Dashboard online de gestão, em tempo real, que permita a auditoria completa da disponibilidade dos equipamentos, bem como o acompanhamento dos chamados de manutenção e o desempenho técnico de cada ponto monitorado.
- 9.6. Em conformidade com a Lei Distrital nº 6.112/2018, a **CONTRATADA** obriga-se a implementar e manter em pleno funcionamento um Programa de Integridade (Compliance), no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura deste instrumento, sob pena de aplicação de multa diária e rescisão contratual.
- 9.7. A **CONTRATADA** obriga-se a cumprir rigorosamente as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/2018), garantindo que as imagens e dados de veículos e condutores sejam utilizados estritamente para a finalidade deste contrato, sendo vedado o armazenamento, cessão, venda ou compartilhamento com terceiros sob qualquer pretexto.
- 9.8. A **CONTRATADA** assume integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários resultantes da execução deste contrato, sendo que a inadimplência em relação a tais obrigações não transfere a responsabilidade ao DETRAN/DF e não poderá onerar o objeto contratado, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.9. A **CONTRATADA** responderá civil e criminalmente por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução dos serviços, não sendo tal responsabilidade excluída ou reduzida pela fiscalização ou acompanhamento realizado pelo CONTRATANTE.
- 9.10. É obrigação da **CONTRATADA** realizar o descarte e a reciclagem ambientalmente adequada de todos os componentes e resíduos eletrônicos resultantes da substituição ou manutenção dos equipamentos (logística reversa), em estrita observância à Lei Distrital nº 4.770/2012.
- 9.11. A **CONTRATADA** deverá indicar, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, um preposto qualificado e investido de poderes legais para resolver quaisquer questões relacionadas à execução contratual e para representar a empresa perante a fiscalização do DETRAN/DF.
- 9.12. A **CONTRATADA** manterá, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de licitação, apresentando mensalmente as certidões de regularidade como condição indispensável para a liquidação e pagamento das faturas.
- 9.13. Ao término do contrato, a **CONTRATADA** obriga-se a cumprir o Plano de Transição conforme o **item 5.8 do TR4**, garantindo a transferência de tecnologia, conhecimento e a continuidade dos serviços até a assunção da nova contratada, sem custos adicionais ao DETRAN/DF.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por

garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. 10.10.1. os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

11.1. Conforme disposto na Lei nº 6.112/2018, alterada pela Lei nº 6.308/2019, e regulamentada no âmbito do Distrito Federal pelo Decreto Distrital nº 40.388/2020, é obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2020, o adjudicatário após a assinatura do CONTRATO, deverá implantar o Programa de Integridade no âmbito de sua pessoa jurídica.

11.1.1. Para efetiva implantação do Programa de Integridade, os custos ou despesas resultantes correm à conta da empresa CONTRATADA, não cabendo ao órgão CONTRATANTE o seu ressarcimento.

11.1.2. Em caso de descumprimento da exigência prevista, será aplicada à empresa CONTRATADA:

i) multa de 0,08%, por dia, incidente sobre o valor atualizado do CONTRATO, sendo que o montante correspondente à soma dos valores básicos da multa é limitada a 10%, do valor do CONTRATO;

11.1.2.1. O não cumprimento da obrigação implicará:

i) inscrição em dívida ativa, em nome da pessoa jurídica sancionada;

ii) sujeição a rescisão unilateral da relação contratual, a critério do órgão ou entidade CONTRATANTE;

iii) impedimento de contratar com a administração pública do Distrito Federal, de qualquer esfera de poder, até a efetiva comprovação de implementação do Programa de Integridade, sem prejuízo do pagamento da multa aplicada.

11.1.3. Caso a empresa possua o programa implantado, deverá apresentar, no momento da contratação, declaração informando a sua existência.

11.1.4. A implementação do Programa de Integridade limita-se aos contratos com valor global igual ou superior ao que consta na tabela atualizada, publicada pelo Gabinete da Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF e, aplica-se em sua plenitude às pessoas jurídicas que firmem relação contratual com prazo de validade ou de execução igual ou superior a 180 dias.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)

12.1. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos** contados da assinatura deste Contrato, conforme estabelecido no **item 15.1 do Termo de Referência nº XX/2026-DETRAN/DG**, comprovante de prestação de garantia de execução no valor de **5% (cinco por cento)** do valor total global do Contrato.

12.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

12.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

12.2.2. Seguro garantia;

12.2.3. Fiança bancária.

12.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

12.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, no banco indicado, com correção monetária, em favor do contratante.

12.5. A garantia deverá ser readequada ou renovada a cada prorrogação contratual.

12.6. Caso seu valor seja utilizado para cobrir prejuízos ou multas, a CONTRATADA deverá realizar a reposição no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação.

12.7. A garantia será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, nos termos do art. 100 da Lei nº 14.133/2021.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

der causa à inexecução parcial do contrato;

der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

der causa à inexecução total do contrato;

ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

praticar ato fraudulento na execução do contrato;

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.3. **MULTA:**

13.3.1. **Multa Moratória:**

Pelo atraso injustificado na execução do objeto, será aplicada multa de **2,0% (dois por cento)** por dia de atraso (conforme item 7.1.4.4 do TR4), calculada sobre o valor da nota fiscal correspondente, limitado a 15 (quinze) dias;

Pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da **Garantia de Execução**, será aplicada multa de **0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso, incidente sobre o **valor total do contrato**, até o limite máximo de 2% (dois por cento).

13.3.1.1. O atraso na execução superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

13.3.2. **Multa Compensatória:** As multas compensatórias serão calculadas sobre o **valor total do contrato** e aplicadas nos seguintes percentuais:

**7% (sete por cento)** para inexecução total (alínea “c” do item 12.1), conforme item 7.1.4.4 do TR4;

**5% (cinco por cento)** para as infrações descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do item 12.1;

**3% (três por cento)** para a infração descrita na alínea “b” do item 12.1;

**2% (dois por cento)** para as infrações descritas nas alíneas “a” e “d” do item 12.1.

13.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, em conformidade com o **item 7.1.9 do TR4**, a contar do recebimento da notificação da decisão definitiva de aplicação da penalidade.

13.5. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9.º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.6. Todas as sanções previstas neste termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7.º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8.º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158, da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1.º, da Lei n.º 14.133, de 2021):

13.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.10.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.10.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

13.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, pelo mesmo processo administrativo.

13.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da [Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da [Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163, da [Lei n.º 14.133/21](#).

13.15. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26, de 13 de abril de 2022](#).

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da **CONTRATADA** pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no **artigo 137 da Lei nº 14.133/2021**, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.3.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

14.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3. Cálculo de indenizações e multas eventuais.

14.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que poderá ser concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a **CONTRATADA** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Distrito Federal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I - Gestão/Unidade:

II - Fonte de Recursos:

III - Programa de Trabalho:

IV - Elemento de Despesa:

V - Plano Interno:

VI - Nota de Empenho:

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

18.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Distrito Federal, é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, e deverá ocorrer em até 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação, contados da data de sua assinatura, consoante Art. 94 da Lei nº 14.133/2021 e Art. 263 do Decreto nº 44.330/2023.

#### 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato.

#### 20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Fica proibido o uso de mão de obra infantil, conforme disposto na Lei nº 5.061/2013.

20.2. Nos termos da Lei Distrital nº 4.794/2012, a CONTRATADA se obriga ao aproveitamento dos empregados vinculados à empresa antecessora, conforme o caso.

20.3. Decreto-DF nº 32.767/2011, que estipula que os pagamentos às empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, referentes a créditos de valores iguais ou superiores a R\$5.000,00, serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A- BRB.

20.4. Fica proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório contra a mulher, homofóbico, racista ou sexista, nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015.

20.5. A CONTRATADA fica obrigada a comprovar mensalmente a regularidade no atendimento às suas obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária relativas a seus empregados, nos termos da Lei Distrital nº 5.087/2013.

20.6. Lei-DF nº 4.770/2012, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental.

20.7. Lei-DF nº 5.575/2015, que determina que as súmulas dos contratos devem ser publicadas no Portal da Transparência.

20.8. Caso a CONTRATADA possua 100 (cem) ou mais empregados, fica obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, habilitadas, na proporção estabelecida pela Lei Distrital nº 3.985/2007.

20.9. Lei-DF nº 6.679/2020, que determina como condição para assinatura de contrato, a comprovação ou o compromisso de adoção de mecanismos para garantir a equidade salarial entre homens e mulheres.

20.10. Decreto-DF nº 46.174/2024, que dispõe sobre a Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal.

20.11. Decreto-DF nº 32.751/2011, que trata da vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal.

20.12. Decreto-DF 39.620/2019, que versa sobre a análise prévia dos pagamentos pela unidade de controle interno.

20.13. Lei-DF nº 4.799/2012, que institui a obrigatoriedade do fornecimento de plano de saúde aos funcionários das empresas prestadoras de serviço contratadas pela Administração Pública direta e indireta no âmbito do Distrito Federal.

20.14. Caso a CONTRATADA possua mais de 20 (vinte) funcionários, obriga-se a oferecer-lhes, diretamente ou por convênio, curso de alfabetização ou de complementação do ensino fundamental, nos termos da Lei Distrital nº 5.847/2017.

20.15. Caso este contrato suceda outro para a prestação do mesmo serviço, a CONTRATADA se obriga ao aproveitamento dos empregados vinculados à empresa antecessora, nos termos da Lei Distrital nº 4.794/2012.

20.16. A CONTRATADA se obriga a fornecer aos empregados plano de saúde, conforme o caso e nos termos da Lei Distrital nº 4.799/2012.

20.17. Fica estabelecido o canal da Ouvidoria de Combate à Corrupção da Controladoria Geral do Distrito Federal (Telefone: 0800-644-9060) para comunicação de eventuais irregularidades, conforme Decreto Distrital nº 34.031/2012.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento.

Pelo DETRAN/DF:

**MARCU ANTÔNIO DE SOUZA BELLINI**  
DIRETOR-GERAL DO DETRAN/DF

Pela Contratada:

XXXXXX

REPRESENTANTE LEGAL



Documento assinado eletronicamente por **MARCU ANTÔNIO DE SOUZA BELLINI - Matr.1724906-6, Diretor(a)-Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal**, em 09/06/2026, às 14:56, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= 205223706 código CRC= 94885572.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

